



## Revisão constitucional em mesa- -redonda

Os camaradas Carlos Brito, Veiga de Oliveira, Vital Moreira, José Manuel Mendes e Odete Santos - deputados representantes do PCP na comissão de Revisão Constitucional - responderam a 16 perguntas do «Avante!» sobre a situação e perspectivas desta questão central para a defesa do Portugal de Abril.

Pág. 4



A visita a Portugal, a convite do PCP, do camarada Georges Marchais, terminou em Lisboa com um grandioso comício no Pavilhão dos Desportos, no qual tomaram a palavra os secretários-gerais do PCF e do PCP. A visita reforçou os laços de amizade e solidariedade entre os dois partidos.

## SOLIDARIEDADE PCP-PCF

O comício de amizade realizado no Pavilhão dos Desportos encerrou de forma entusiástica a visita a Portugal da delegação do PCP dirigida pelo camarada Georges Marchais - Pág. 7. Discursos dos camaradas Álvaro Cunhal e Georges Marchais nas págs. 8 e 9

## REFORMA AGRÁRIA

Importante reunião dos organismos de direcção do PCP dos distritos de Évora, Beja e Portalegre. Pág. 12

## SESSÃO COM

## ÁLVARO CUNHAL

O secretário-geral do PCP participa amanhã, às 18 e 30, numa sessão, promovida pelo Organismo da Função Pública da Organização Regional de Lisboa, que se realiza no Centro de Trabalho de Alfama



A delegação do PTC, presidida pelo camarada Uyn Gi Bok, manteve conversações com uma delegação do PCP, constituída pelos camaradas Carlos Costa, Albano Nunes e Luisa Araújo. O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, assistiu a parte dos trabalhos entre as duas delegações.

## Ambiente de compreensão e amizade fraternais caracterizaram a visita da delegação do PTC

Pág. 5

Entrevista ao «Avante!» do camarada Uyn Bi Bok



## A Revolução de Outubro foi há 64 anos.

Em Portugal como em todo o mundo comemora-se a primeira revolução socialista vitoriosa. Uma importante delegação cultural soviética encontra-se no nosso país para participar em diversas realizações, entre as quais um espectáculo amanhã no Coliseu dos Recreios de Lisboa.

Na página 10, «Avante!» publica um artigo sobre a repercussão da Revolução de Outubro na imprensa da época.

# SEMANA Nacional

28

Quarta-feira

Chegam a Lisboa, para visitas a Portugal, a convite do Partido Comunista Português, delegações do Partido Comunista Francês e do Partido do Trabalho da Coreia, à frente das quais, respectivamente, se encontram os camaradas Georges Marchais, secretário-geral do PCF, e Uyn Gi Bok, membro suplente do Bureau Político e Secretário do CC do PTC. Termina de madrugada uma reunião da Comissão Política do Partido Socialista, onde é aprovada uma orientação que é publicamente divulgada como «mais à esquerda», ao mesmo tempo que no comunicado final se criticam as posições assumidas por Salgado Zinha e António Arnaut, de crítica à orientação do PS seguida após o último congresso. O Partido Socialista alia-se à AD, na comissão de revisão constitucional, a fim de retirar ao Presidente da República os poderes que a actual Constituição lhe confere no tocante à nomeação das chefias militares.

29

Quinta-feira



O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, avistase com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, ao qual, em audiência de cerca de hora e meia, transmite as preocupações dos comunistas sobre a situação económica, política e social do país. A Assembleia da República aprova a instauração de um inquérito parlamentar ao negócio de cereais, no seguimento de um escândalo no qual se supõe estarem envolvidos membros do Governo AD/Balsemão. O camarada Georges Marchais, secretário-geral do PCF, em encontro com jornalistas, fala sobre as relações entre o seu partido e o PSF, ao lado do qual participa no governo de França. Atinge 70 por cento a adesão à greve convocada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Sul e Açores, visa a obtenção de um projecto de carreira profissional digno.

30

Sexta-feira

Realiza-se em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, um comício de amizade PCP-PCF, durante o qual discursam os secretários-gerais dos dois partidos, camaradas Álvaro Cunhal e Georges Marchais. O secretário-geral do PCF é recebido no mesmo dia pelo Presidente da República general Ramalho Eanes, e pelo Presidente da Assembleia da República. O administrador indigado da CAISPA é condenado, no 1.º Juízo Criminal da Boa-Hora, a nove anos de prisão maior, por burla. É apresentado na Assembleia da República um projecto de lei que visa a criação da Região Demarcada do Cartaxo. A Comissão Política do PCP alerta os democratas portugueses e a opinião pública nacional «para a excepcional gravidade do acordo estabelecido na comissão de revisão constitucional da AR entre a Direcção do PS e a AD quanto à escolha e nomeação dos chefes militares».

31

Sábado



Regressa a França o secretário-geral do PCF, camarada Georges Marchais, após a sua estadia de 4 dias em Portugal a convite do PCP. No aeroporto o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, apresenta despedidas. É divulgada a vitória da lista unitária nas eleições realizadas para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul. A lista A obtem 13 652 votos contra a lista B que recolhe apenas 2361 votos. Estão suspensas até ao fim do ano as escrituras para aquisição de habitação própria através do crédito da Caixa Geral de Depósitos, conforme circular enviada por esta entidade bancária à suas agências, o que corresponde à paralisação de milhares de processos de compra em curso.

1

Domingo

Acompanhado por numerosa comitiva que incluía o embaixador dos EUA em Lisboa, Pinto Balsemão visita localidades do Centro do País a desmultiplicar-se em declarações contra as «tentativas de concentração do poder militar» e de «criação de um partido presidencial». Em Mangualde e no decurso da visita efectuada ao distrito de Coimbra, o Presidente da República afirma que «a acção política para ser consistente nos resultados e coerente nos princípios não deve ser desenvolvida em ambiente de confronto artificial ou ameaças que o mais elementar juízo sobre os factos prova não terem fundamento». A DORT do PCP denuncia: centenas de trabalhadores da região do Douro não recebem ainda o salário das vindimas nem sabem sequer quanto lhes será pago pelos patrões.

2

Segunda-feira

Os pescadores do arrasto costeiro iniciam hoje uma série de greves semanais de 24 horas pela actualização do vencimento-base, actualmente de 6250\$00, e pelos subsídios de férias e de Natal. Um responsável da Federação de Faro do PS afirma à ANOP que o seu partido concorrerá sozinho à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, actualmente de maioria APJ. José Vitorino, do PSD, afirmava no sábado que o seu partido está aberto a uma coligação com os socialistas para as eleições naquela autarquia. Segundo o INE, entre Agosto de 1980 e Agosto de 1981 as despesas com vestuário e calçado aumentaram 42,9 por cento. Entre Julho e Agosto do ano corrente, alimentação e bebidas sofreram um aumento de 12,6 por cento, e de 55,4 por cento desde Agosto do ano passado a Agosto deste ano. Neste mesmo período, a fruta subiu 85,2 por cento e o peixe 101,7 por cento!

3

Terça-feira



Os trabalhadores da CGD acusam a administração de estar a aceitar, «esquecendo social iminentemente, a vocação da empresa», as imposições do Governo no que toca às limitações ao crédito para compra de habitação própria, assim como ao que estava previsto conceder a construtores. Por outro lado, segundo o «Diário de Lisboa», tais restrições ao crédito estender-se-ão proximamente à indústria, agricultura e pescas, assim como às empresas públicas e às autarquias, com o cancelamento de financiamentos já negociados ou em via de negociação. Em artigo publicado no «DN», o major Vasco Lourenço, do Conselho da Revolução, afirma o carácter antidemocrático do Governo AD, enumerando aspectos mais graves da sua política, e alerta todos os democratas para que abram os olhos e saibam ver «onde se encontram os verdadeiros inimigos da democracia, muitos deles camuflados de democratas». O Governo, em nota oficiosa, informa que o major Vasco Lourenço «será ouvido» para fundamentar as acusações de corrupção e compadrio contidas no seu artigo no «DN» e que o Governo adoptará «o comportamento consequente se se revelarem infundadas».

**Efeméride da semana** — A 29 de Outubro de 1936 é inaugurado o campo de concentração do Tarrafal, na linha de Santiago, em Cabo Verde; neste dia entram os primeiros 150 presos.

## Editorial

# «AD» APROFUNDA A CRISE

Uma escaldante semana política, recheada de acontecimentos significativos, esta que acaba de passar.

Uma visão de conjunto da situação nacional actual e da sua evolução no decurso dos últimos seis dias seria globalmente impossível nos limites deste artigo. Pode-se, contudo, fazer-lhe nos aspectos mais esclarecedores e fundamentais.

É uma visão necessária que nos dará o quadro aproximado da profundidade da crise engendrada pela política antidemocrática da AD e do seu Governo Balsemão/Freitas e da gravidade e multiplicidade das suas manifestações mais típicas.

Permitir-nos-á ao mesmo tempo determinar certas linhas de força dos acontecimentos e de um combate eminentemente patriótico que urge travar e alargar contra o plano subversivo de liquidação da democracia da AD, e ainda reafirmar as tarefas centrais imediatas do movimento popular e democrático numa linha de acção já antes definida nas propostas políticas ao País do CC do PCP.

Quais os acontecimentos mais significativos da semana que acaba de passar?

- 1) A guerra aberta movida pela coligação governante contra o PR e o CR conheceu novo surto; a operação de desestabilizadora das Forças Armadas pela AD prossegue numa escala ascendente;
- 2) O acordo entre o PS e a AD no âmbito da Comissão de Revisão Constitucional da AR é um grave passo para o esvaziamento de poderes do PR em matéria político-militar e para o desaparecimento do controlo da constitucionalidade;
- 3) O Governo AD/Balsemão/Freitas apresentou na Assembleia da República o celebrado Pacote das leis laborais que mais propriamente se deveria chamar de «leis patronais»;
- 4) A crise económica abala o País; novos dados do agravamento das condições de vida dos portugueses são agora conhecidos;
- 5) A luta da classe operária intensificou-se e alargou-se; um potente movimento grevista alastra e mobiliza centenas de milhares de trabalhadores;
- 6) A submissão de Portugal ao imperialismo assumiu expressões descaradas com a viagem de Freitas do Amaral à reunião da NATO na Escócia e com a visita conjunta ao Norte do País do Primeiro-Ministro e do Embaixador dos Estados Unidos.

Nestes seis dias os ataques da AD e pessoalmente do próprio Balsemão contra o Presidente da República e do Conselho da Revolução assumiram formas insidiosas de inaudita virulência verbal.

Uma furiosa campanha reaccionária concertada de toda a imprensa fascista e fascizante e dos órgãos de comunicação social controlados pela direita, vomita os insultos mais sózias sobre as Forças Armadas e os militares fiéis ao 25 de Abril. Os dois órgãos de soberania — PR e CR — são diariamente enlameados pelos discursos, prosas, caricaturas e fotomontagens saídos dos centros de provocação e divisação da AD.

Esta raivosa orquestração desenvolve-se em sintonia com a discussão na Comissão de Revisão Constitucional das disposições relativas aos poderes e competências em matéria militar do Presidente da República, principalmente depois do inqualificável acordo entre o PS e a AD no âmbito daquela Comissão sobre tal matéria.

As coisas estão claras: a vergonhosa cedência do PS, se sancionada no plenário da AR pelos dois terços de votos necessários, colocaria nas mãos da AD e do seu Governo a escolha dos chefes do Estado-Maior; o domínio das Forças Armadas, a sua utilização como cobertura do plano subversivo contra o regime democrático.

O PR deixaria de poder destituir o Governo, a eternização da AD como força governante seria um facto.

Simultaneamente, com a desaparecimento do CR, a que o PS e os outros partidos da FRS deram já a sua concordância tudo apontaria para a criação de um novo órgão dominado pela AD o qual significaria a desapareição prática dos mecanis-

mos de controlo da constitucionalidade das leis, facto que abriria à maioria AD na AR um vasto campo de iniciativa para aprovação e promulgação das leis arbitrárias e antidemocráticas.

Esta vergonhosa cedência do PS e dos outros componentes da FRS na Comissão de Revisão Constitucional aos objectivos restauracionistas da AD representa um autêntico golpe contra a democracia e um perigo mortal para a Revolução de Abril.

Se, por esta fôrma a Aliança reaccionária conseguisse realizar os objectivos do seu plano subversivo, Mário Soares e aqueles que o acompanham nesta verdadeira cruzada antidemocrática assumiriam perante o povo português pesadas responsabilidades.

Um primeiro passo para a subversão das instituições foi dado. A gravidade dos perigos que ameaçam a democracia coloca com grande força a questão da defesa da Constituição não só dentro e no plano da AR como fora dela pela acção conjugada de todos os portugueses antifascistas, de todas as forças democráticas e patrióticas.

A entrega pelo Governo AD/Balsemão/Freitas do pacote das «leis laborais» na Assembleia da República é parte integrante de uma nova ofensiva contra os trabalhadores, contra as suas condições de vida e o seu direito ao trabalho. Num ano, de Agosto de 1980 a Agosto de 1981, os preços de produtos e serviços de 1.ª necessidade acusaram subidas excepcionais.

No grupo da Alimentação e Bebidas, os preços subiram naquele período de 55,4%, as frutas de 85,2%, o peixe de 101,7%; as despesas de Habitação (compreendendo água, luz, combustível, bens domésticos duráveis e despesas domésticas correntes) subiram 45,1%.

A variação dos preços no período Janeiro a Setembro de 1980, comparativamente ao ano de 1981, (excluindo Habitação) é oficialmente de 18,3% mas o próprio e suspeito Cavaco e Silva atira-a para os 20% no final do ano.

Sabemos como os governantes e políticos da AD falseiam e manipulam os números. Os trabalhadores sabem-no por experiência própria.

O aumento do custo dos factores de produção na agricultura é por seu lado um importante factor de agravamento dos preços da Alimentação no consumidor e de redução crescente dos preços dos produtos agrícolas no produtor. A subida de 45% nos adubos constitui um forte onus para os agricultores cuja situação se tornou ainda mais grave com a ruínosa redução do crédito, o aumento das taxas de juro, o recurso crescente ao capital usurário.

O Governo mostra a cada passo a sua cara de classe, o carácter demagógico da sua política social.

O Primeiro-Ministro na apresentação do Programa do actual Governo proclamou com ênfase a resolução do problema da Habitação.

O corte do crédito para a Habitação foi agora de 50%, os que recorreram aos empréstimos ficaram agora defraudados e numa difícil situação — esta é a verdadeira política da Habitação da AD e do PM.

O agravamento da exploração dos trabalhadores, a ofensiva contra o poder de compra das classes e camadas médias da população é um dado essencial da política do Governo AD/Balsemão/Freitas.

É aliás parte integrante de uma política económica e social virada para a defesa dos interesses do grande patronato, para a venda da nossa independência nacional.

D e facto a situação económica do País atingiu índices alarmantes.

O défice da Balança Comercial nos primeiros 5 meses de 1981 agravou-se em 70,6% atingindo a elevada cifra de 138,2 milhões de contos; a taxa de cobertura das exportações sobre as importações passou de 52,2% em 1980 (5 primeiros meses) para 40,8%. Só relativamente aos países da CEE o

defíce passou de 14,7 milhões de contos para 36,6 milhões naquele período.

O défice da Balança de Transacções Correntes atingiu no 1.º semestre de 1981 os 1300 a 1400 milhões de dólares (80 a 85 milhões de contos). As estimativas apontam para o final do ano o défice astronómico de 120 a 130 milhões de contos (o dobro do ano passado).

A Dívida Externa (compreendendo os empréstimos do FMI e a dívida directa de Cabora Bassa) atingiu no 1.º semestre 600 milhões.

O povo português tem de pagar só de juros aos credores estrangeiros mais de 60 milhões de contos (!).

A ruínosa dinâmica da integração na CEE é desde já um factor de degradação de vários sectores da economia nacional.

Já vimos como só no sector da têxtil, onde a crise produz verdadeiras razias e os trabalhadores estão ameaçados de desemprego, 70% das unidades industriais desapareceriam e 60 000 operários ficariam sem trabalho.

No sector agro-industrial, onde inúmeras empresas foram desintervencionadas, a perspectiva da CEE é um verdadeiro cutelo suspenso sobre a laboração e a solvência de muitas delas.

Na opinião de um técnico do IFADAP, citado pelo semanário do PM, metade das empresas de concentrado de tomate devem estar tecnicamente falidas prevendo-se um passivo de 500 a 600 mil contos.

O Governo AD/Balsemão/Freitas não faz mais que gerir a crise em benefício do grande patronato e do capital estrangeiro.

Não admira que o OGE para 1982 apresente grandes cortes em áreas sensíveis como a Educação, a Saúde Pública, a Habitação, etc., e que a Dívida Pública seja agravada nas previsões do Governo em 58,436 milhões de contos prevendo-se que atinja os 180 milhões de contos.

Daqui uma conclusão clara: para empreender a recuperação económica do País, para sair da crise, a primeira condição é correr com a AD do Governo, é pôr à frente do País um Governo honesto, competente, patriota que se oriente pela linha de interesses dos trabalhadores e do Povo português.

Contra a política social do Governo AD mobilizam-se para a luta centenas de milhares de trabalhadores, em poderosas acções, em particular pelo recurso à greve. Só no mês de Outubro mais de meio milhão de trabalhadores recoreram a essa forma superior de luta atingindo em alguns sectores um elevado grau de unidade, de participação, de combatividade.

Nos Têxteis, na Siderurgia, na Metalurgia, nos Químicos, nos Transportes Urbanos e noutros sectores e empresas o movimento grevista ganhou uma notável amplitude, fez em alguns casos recuar o patronato e o Governo.

A luta pela revisão dos contratos colectivos e actualização dos salários mobiliza vastas massas de trabalhadores.

Sob a direcção da CGTP-IR novas acções estão previstas. O Pacote das leis laborais exige desde já uma tomada de posição dos organismos de classe dos trabalhadores. Nessas leis, um outro insignificante e inseguro benefício é anulado pela liberalização do desemprego, pela possibilidade do patronato e o seu Governo AD ditarem a lei nas Comissões paritárias.

O movimento democrático tem nas lutas operárias um grande estivo e um incentivo para uma firme acção em defesa das liberdades democráticas, da Constituição, da Paz, da Independência Nacional, pela demissão do Governo AD/Balsemão/Freitas, por um Governo democrático e uma política democrática.

A hora é de unidade e de acção e não de afrouxamento no combate, de divisão de forças, de conciliação com a AD e direita mais reaccionária.

Quem assim não compreender o selo das forças democráticas está pondo em perigo a democracia portuguesa, está fazendo o jogo da reacção, está abrindo o caminho para o regresso ao passado.

O Povo português não o consentirá. O Povo português saberá defender a democracia.

## PCP

### Homenagem a Guilherme Carvalho

Promovida pelas Comissões de Freguesia do Bonfim e St.º Idefonso, realizou-se no passado dia 24 uma homenagem ao cemitério do Prado do Repouso em homenagem ao militante comunista Guilherme da Costa Carvalho.

Neste acto, em que participaram cerca de duas centenas de pessoas, estiveram representadas as comissões de freguesia e o Comité Local do Porto do

PCP. Na ocasião usaram da palavra Rui Luis Gomes e Virgínia de Moura que lembraram a figura do nosso camarada como exemplo de lutador antifascista e militante comunista. Coincidindo com o 7.º aniversário da abertura do Centro de Trabalho do Bonfim, esta homenagem incluiu ainda uma exposição de materiais de Guilherme de Carvalho, nomeadamente cartas escritas na prisão.

### Pioneiros do Porto retomam actividades

No distrito do Porto começaram já para muitos Pioneiros as actividades regulares dos núcleos.

Depois do acampamento de se realizou em Julho, houve uma grande paragem, mas agora, que também já começaram as aulas, vão-se fazer todos os esforços para que os núcleos comecem a funcionar com muita animação e para que muitas mais crianças se inscrevam na organização dos Pioneiros de Portugal.

É verdade que ainda há alguns «buracos» (núcleos e instalações) mas com a ajuda dos camaradas do Partido e a vontade dos Pioneiros em resolver

os problemas, acreditamos que a sua organização vai mesmo andar para a frente.

Já houve uma projecção de filmes do Charlot no Porto, vai sair esta semana o pequeno jornal «Primeiro de Junho» e estão a ser organizados vários magustos (por exemplo, em Santo Tirso já para o dia 7 e no Porto para o dia 15).

E como os Pioneiros amam as crianças de todo o Mundo, não nos esqueçamos que as crianças angolanas estão a ser vítimas de uma guerra e que podemos dar-lhes o nosso apoio, escrevendo cartas e recolhendo comidas enlatadas e brinquedos para os Pioneiros de Angola.

## Poder local

### Textos da Conferência publicados em livro

Como tinha sido anunciado, os textos apresentados à Conferência do PCP sobre o Poder Local vão ser editados em livro. Ou, melhor dizendo, em livros, dado que o material existente é tão vasto que a sua edição seria impraticável de outra forma.

Serão 14 os volumes a publicar, em princípio ainda antes do Natal.

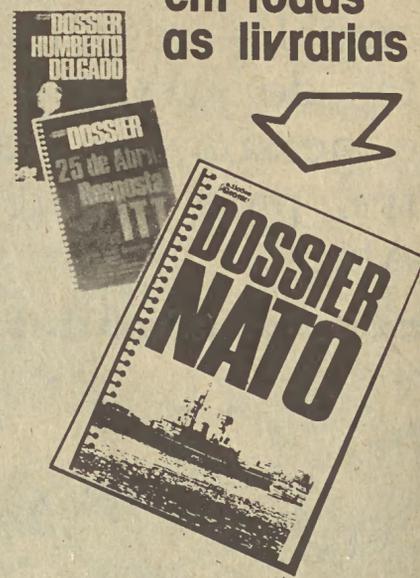
A importância daqueles documentos, enquanto precioso material de estudo sem paralelo em Portugal no que toca à realidade do Poder Local, aconselha a que se lhe dedique a maior atenção.

Os volumes que em breve serão postos no mercado, ainda que não necessariamente pela ordem agora indicada, serão os seguintes:

- I. Poder Local no Portugal de Abril — Intervenções de Álvaro Cunhal e Carlos Costa
- Documento-síntese
- Manifesto
- II. Poder Local — Situação e perspectivas
- III. Poder local — Política de unidade
- Informação às populações
- Participação popular
- IV. Poder Local

- Descentralização e relações com o Poder Central
- V. Poder Local — Funcionamento dos órgãos autárquicos
- VI. Poder Local — Administração e gestão
- VII. Poder Local — Habitação
- Administração urbanística e política de solos
- VIII. Poder Local — Recursos hídricos e saneamento básico
- Rede viária
- Trânsito e transportes
- Electrificação
- IX. Poder Local — Ecologia
- X. Poder Local — Educação
- Cultura
- Desporto
- Ocupação dos tempos livres
- Juventude
- XI. Poder Local — Património Cultural
- XII. Poder Local — Saúde e Segurança Social
- XIII. Poder Local — Desenvolvimento económico
- Agricultura e Pescas
- Indústria
- Construção civil
- Comércio
- Turismo
- XIV. Poder Local — As freguesias na administração local portuguesa

## À VENDA em todas as livrarias



BLOCO MILITAR AGRESSIVO, BASTIÃO DA GUERRA FRIA, INSTRUMENTO DE PRESSÕES E INGERÊNCIAS DO IMPERIALISMO,

A NATO É UMA AMEAÇA À PAZ E À INDEPENDÊNCIA NACIONAL

AGORA UM DOSSIER NATO PARA DESVENDAR E ELUCIDAR O QUE FOI E O QUE É A NATO, SUAS PRESSÕES E INGERÊNCIAS EM PORTUGAL

# Avante!

## Nova tabela de assinaturas

50 números

CONTINENTE — 700\$00 • REGIÕES AUTÓNOMAS — 1 000\$00 • ESPANHA — 1 050\$00 • EUROPA — 1 850\$00 • PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA — 2 400\$00 • RESTO DO MUNDO — 3 000\$00

## Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 79744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: C.D.L. Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 683995.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha — 3000 Coimbra Tel. 31296.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776368/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heika Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Tiragem média do mês de Outubro: 54 174

PCP

## Nota da Comissão Política do CC do PCP

## Aliança «AD»-PS visa subordinar as Forças Armadas à orientação das forças reaccionárias

1. O Partido Comunista Português considera imperioso alertar desde já os democratas portugueses e a opinião pública nacional para a excepcional gravidade do acordo estabelecido na comissão de revisão constitucional da Assembleia da República entre a Direcção do PS e a «AD» quanto à escolha e nomeação dos chefes militares.

2. O compromisso estabelecido entre a Direcção do PS e a «AD» para retirar ao Presidente da República as suas actuais competências militares, atribuindo ao governo a competência para escolher e propor os chefes militares, significa que a Direcção do PS converge com a «AD» no propósito de subordinar as Forças Armadas ao comando e aos objectivos subversivos das forças reaccionárias e de assegurar a governamentalização, partidização e instrumentalização da instituição militar, liquidando o seu compromisso de fidelidade ao regime democrático.

3. É absolutamente necessário e urgente que todos os democratas tomem aguda consciência das gravíssimas consequências e enormes perigos que resultariam para a democracia, caso o acordo agora estabelecido entre a Direcção do PS e a «AD» viesse a ser votado favoravelmente na Assembleia da República e consagrado no texto constitucional.

Na situação concreta em que vivemos, a solução acordada entre o PS e a «AD»

— escolha e indicação dos chefes militares pelo governo «AD» e sua nomeação formal pelo Presidente da República — só poderia provocar duas situações, qualquer delas tão altamente favoráveis aos planos e interesses das forças reaccionárias quanto extremamente prejudiciais para a defesa da democracia:

— Ou o Presidente da República aceitava as propostas do governo «AD» e assim consentiria na entrega das Forças Armadas ao controlo da «AD» que rapidamente restabeleceria uma hierarquia militar fascizante e as utilizaria para dar cobertura ao seu golpe contra o regime democrático;

— ou o Presidente da República recusava, uma após outra, todas as propostas de nomeações dos chefes do Estado-Maior, e criava-se uma situação de grandes dificuldades ao funcionamento das instituições.

4. O acordo estabelecido pelo PS com a «AD» nesta matéria constitui uma das graves confirmações e manifestações da efectiva política de alianças com a direita em que está deliberadamente empenhada a Direcção do PS.

Não há manobras demagógicas nem adaptações tácticas insinceras que escafoquem a verdade dos factos. Com efeito, no próprio dia em que um documento aprovado pela Comissão Política do PS enunciava uma rejeição de alianças com a direita e era propagandeada

uma pretensa «inflexão à esquerda» da orientação do PS — a verdade é que, na comissão de revisão constitucional da Assembleia da República, e em relação a um ponto de vital importância para o futuro de liberdade e de democracia em Portugal, a Direcção do PS aliava-se à «AD» para enfraquecer uma das linhas essenciais de defesa do regime democrático; para fornecer à «AD» instrumentos decisivos para o seu plano de liquidação da democracia; para esvaziar de poderes um Presidente da República eleito pela maioria do povo português; para permitir à «AD» recuperar quase tudo o que o povo expressamente lhe negou ao derrotar, sem apelo nem agravo, o general fascista Soares Carneiro.

O exuberante e despujado regozijo que os órgãos de informação afectos à direita e à extrema-direita estão manifestando por este «consenso» estabelecido entre o PS e a «AD», é prova suplementar de que a solução proposta nesta matéria pelo PS serve inteiramente o objectivo central da «AD» na revisão da Constituição: a concentração nas suas mãos de todo o poder político-militar.

5. Entretanto, nenhum democrata se deve esquecer, por um momento que seja, de que o acordo estabelecido entre o PS e a «AD» no âmbito da comissão de revisão constitucional da Assembleia da República não é lei no Portugal Democrático, nem é irreversível e inevitável a sua consagração na Lei Fundamental do País.

A submissão das Forças Armadas Portuguesas — que, com a luta do povo, derrubaram a ditadura fascista e fizeram o 25 de Abril — aos partidos reaccionários que não lhes perdoam esse feito histórico e que querem destruir o regime democrático, provoca indignação, descontentamento e reservas em amplos sectores democráticos, incluindo no Partido Socialista. Despertará uma poderosa resposta da classe operária, dos trabalhadores, dos democratas, de todos os portugueses que querem que prossiga o Portugal de Abril.

A reconsideração pela Direcção do PS dos seus compromissos com a «AD» em matéria de organização do poder político, torna-se desde já uma justa exigência democrática e nacional em relação ao processo de revisão constitucional.

O povo português tem todo o direito de intervir e decidir sobre a revisão constitucional. Rompendo a cortina de silêncio e as negociações e acordos de bastidores, é essencial que se levante e afirme um amplo movimento de opinião popular, democrática e patriótica em defesa da Constituição e para impedir que na revisão constitucional se consuma um golpe traiçoeiro contra a luta do povo português e contra o regime democrático.

30.10.81

A Comissão Política do C.C. do PCP

## Trabalhadores

## Governo AD é responsável pela agudização dos conflitos

## ● Hoje nos têxteis greve e concentração de âmbito nacional ● Carris pára hoje 24 horas

Sectores laborais tão diferentes como pescadores e magistrados, sectores económicos vitais como os têxteis e empresas que prestam serviços insubstituíveis como a Carris de Lisboa, a par de enfermeiros, trabalhadores químicos, ajudantes de farmácia, metalúrgicos (para lá do facto de serem assalariados, de trabalharem na Petrogal, na Siderurgia, no mar, nos tribunais; ou de os respectivos sectores englobarem centenas de milhares de pessoas que vivem exclusivamente do seu trabalho) vêm-se forçados a dar início, ou preconizar formas de luta que, entre vários objectivos comuns com relevo natural para a contratação colectiva, têm um alvo definido, e também comum, que se resume na actuação do Governo cada vez mais claramente apontado como o primeiro e principal responsável pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores e pela agudização dos conflitos relacionados na sua maior parte com as tentativas governamentais de retirar regalias e direitos adquiridos e com a insuficiência gritante dos salários, cada dia mais incapazes de aguentar a subida desenfreada do custo de vida em Portugal.

Hoje, dia 5, com a Siderurgia Nacional a acabar ontem paralizações em cadeia, que se prolongaram por cerca de uma semana, e com a continuação da luta em várias empresas de sectores diferentes, paralisam a nível na-

cional os trabalhadores do têxtil e actividades afins, representados pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couro e Peles de Portugal. Os activistas sindicais do sector concentra-

ram-se hoje, dia 5, em Lisboa, na Praça de Londres, junto ao Ministério do Trabalho.

Também hoje e por 24 horas, como os têxteis das zonas principais de concentração da indústria, pára em

Lisboa a Carris.

«Para fazer vingar a justiça das soluções defendidas» num caderno reivindicativo aprovado recentemente num encontro em Coimbra, o conselho directivo geral da Associação Sindical dos Magistrados Judiciais Portugueses anunciava, entretanto no Porto, o recurso, se necessário, a «todos os meios legais» de luta sem excluir a greve. A Associação representa 800 dos 900 magistrados existentes no País.

Pelos 30 por cento

A actualização dos salários com um aumento médio de 30 por cento (relativamente — sublinhe-se — a salários dos mais baixos de

toda a indústria transformadora) subsídio de alimentação, descanso semanal de dois dias, redução do horário de trabalho e a obrigação de as empresas em boa situação económica admitirem tabelas salariais acima dos mínimos do Contrato (CCTUV) constituem as principais reivindicações de centenas de milhares de trabalhadores, predominantemente mulheres, em luta desde 23 de Junho com um calendário que tem incluído paralizações por sectores e por zonas que abrangem todo o País com forte adesão e combatividade, como temos noticiado e comentado semanalmente aqui no «Avante!».

As fases da luta são conhecidas. A acção dos divisionistas e do patronato também. A do Governo revela-

se diariamente através de um Ministério do Trabalho desinteressado e incapaz de intervir em defesa dos interesses da parte maioritária, isto é, dos interesses dos trabalhadores. O contrato-farsa assinado com uma organização fantoche (aumentos de 15 por cento em troca de uma centena de regalias retiradas do contrato anterior) deveria, segundo o patronato e o seu Governo, servir tal como está para uma portaria de extensão a todo o sector. Os trabalhadores nunca poderiam aceitar semelhante solução.

Dai nova fase da luta que já deu resultados positivos e abundantes. Dezenas de mil trabalhadores já conseguiram aumentos iguais ou superiores a 22 por cento,

mantendo-se as regalias anteriores.

A recusa da portaria de extensão faz parte dessa fase da luta que hoje terá elevada expressão na greve de 24 horas marcada para os têxteis do Porto, Braga e Centro; vestuário do Porto; tapeteiros de Aveiro; lanifícios do Norte; e têxteis, malhas, lanifícios e tapeçarias do Sul.

A continuação da luta e o seu calendário nacional, incluindo a greve de hoje, foram aprovados em plenário de todos os sindicatos do sector. Reunidos no Porto, sede da Federação, os representantes sindicais que aprovaram o calendário das paralizações para esta semana, avisaram o Governo de que «jamais será aceite a portaria de extensão» do

contrato-farsa assinado com o Sindetex.

Pré-aviso na EPNC

Markada para um período de 24 horas, entre as 8 horas do dia 6 e a mesma hora de 7 do corrente, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação, e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas, era entretanto anunciada uma greve na EPNC, empresa pública proprietária dos jornais «Diário de Notícias» e «A Capital».

Os trabalhadores, que analisam a situação na empresa num extenso comunicado, querem garantias efectivas quanto aos postos de trabalho e reclamam a negociação de um caderno reivindicativo.

## Encontro da mulher trabalhadora

Os problemas da mulher trabalhadora, as suas reivindicações e o reforço da sua participação na vida sindical constituem os principais objectivos do Encontro Distrital que a USL (União dos Sindicatos de Lisboa) leva a cabo em 30 de Janeiro próximo.

«Após um período de preparação intensa nos locais de trabalho, nos Sindicatos e em todos os níveis da estrutura sindical do distrito», o Encontro será assegurado, na parte que respeita à representação dos Sindicatos, «por todas as mulheres dirigentes sindicais e ainda por delegadas ou delegadas eleitas entre os trabalhadores na proporção de 1 por cada 5000», refere o Departamento das Mulheres da USL. Depois de assinalar que a resolução dos problemas das mulheres «exige luta firme e determinada», aquele Departamento lembra que essa luta não pode ser individual, nem espontânea. Tão pouco pode ser isolada das realidades.

Para ajudar a resolver os «problemas específicos das mulheres trabalhadoras», designadamente a sua emancipação «no trabalho e na sociedade», bem como a «igualdade de direitos e garantias», o Encontro promovido pela USL «não se limita à reunião das delegadas e delegados em 30 de Janeiro». O Encontro começa de imediato com o desenrolar dos trabalhos preparatórios. Num apelo à participação (a iniciativa é aberta a todos os Sindicatos do distrito, filiados ou não na CGTP-INT) o Departamento das Mulheres da USL alinha desde já algumas tarefas, como sejam:

- Preencher e ajudar as companheiras a preencher o Inquérito distribuído pela USL para o levantamento dos principais problemas que afectam as mulheres trabalhadoras;
- Criar ou promover as comissões dinamizadoras do Encontro e participar nas já existentes, pois são elas que asseguram o desenvolvimento do trabalho nas empresas, zonas e sectores de actividade;
- Participar nas reuniões e plenários preparatórios do Encontro, organizando-os ou promovendo-os quando for caso disso;
- Participar nos encontros sectoriais no âmbito da preparação do Encontro Distrital.

## Direitos especiais

A propósito da revisão-81 do CCTV (Contrato) da Metalurgia e Metalomecânica, o respectivo Sindicato de Lisboa emitiu um folheto sobre os «direitos especiais das mulheres». Esses direitos que constam do Contrato é preciso defendê-los. Essa defesa é possível como é possível também melhorar direitos e garantias em futuras revisões. Mas — refere o Sindicato dirigindo-se às mulheres trabalhadoras

— «não podemos aguardar passivamente que a nossa situação seja melhorada sem para isso darmos o nosso contributo». Os problemas fundamentais das mulheres devem ser discutidos com os organismos representativos dos trabalhadores nos locais de trabalho, «a fim de serem enquadrados nas reivindicações gerais dos trabalhadores portugueses». O Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa destaca da Carta Reivindicativa, aprovada pela Conferência Sindical sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora organizada pela CGTP-INT, várias reivindicações específicas de âmbito laboral feminino, designadamente no que diz respeito à estabilidade do emprego, à igualdade de oportunidades e à «criação de infra-estruturas sociais de apoio que permitam às mulheres a integração na vida económica, social e política».

## Novos salários

Os trabalhadores da garrataria (indústria vidreira) representados pelo seu Sindicato e pela respectiva CNS (Comissão Negociadora Sindical) conquistaram recentemente, em negociações directas, novos salários e outras regalias contratuais com uma vigência efectiva de 12 meses. Os aumentos totais (excluindo os praticantes, estagiários e aprendizes: 15 por cento com arredondamento para a centena ou meia centena imediatamente superior) oscilam entre os 23,38% e os 25,62% numa tabela salarial com 24 grupos, cujos salários vão desde os 16 500 escudos até aos 40 500 escudos por mês. Além da tabela salarial foram aumentados todos os subsídios. Num comunicado a CNS afirma que, embora os resultados obtidos não sejam os que se reivindicaram, eles traduzem todavia a acção mobilizadora e a determinação de que os trabalhadores deram provas nos plenários de empresa durante o período das negociações.

## Solidariedade

A campanha de solidariedade para com o povo da República Popular de Angola, vítima do assalto racista de Pretória, alarga-se a todo o movimento sindical unitário. Depois dos sectores metalúrgico e das indústrias eléctricas, tomaram posições públicas de solidariedade outras associações sindicais, designadamente o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (Secção Regional do Sul) que faz um apelo a todos os trabalhadores no sentido de entregarem aos delegados sindicais, com urgência, «medicamentos, roupas, produtos alimentares, etc.», ou de fazerem chegar esses ou outros donativos à sede do Sindicato «até ao dia 9 de Novembro de 1981, por forma a podermos aliar-nos ao vasto movimento de solidariedade que tem estado a ser organizado em vários países no sentido de socorrer as populações afectadas.

## Indústria farmacêutica

## ● Conclusões do 1.º Encontro Nacional sobre multinacionais do sector

## ● Conferência internacional em Moscovo em 11 do corrente

Reunido pela primeira vez no nosso país, um Encontro sindical sobre «sociedades transnacionais da indústria farmacêutica» aprovou conclusões de vária ordem com alcance nacional e internacional.

As organizações sindicais do sector, que realizaram o Encontro de 24 de Outubro findo em Lisboa, distribuíram entretanto alguns elementos de apoio e divulgaram a preparação internacional e a realização de 11 a 13 do corrente em Moscovo, de uma Conferência Sindical Internacional subordinada ao tema: «A acção sindical face às sociedades transnacionais da indústria farmacêutica, por uma indústria farmacêutica e uma política de saúde ao serviço do homem».

Essa Conferência tem sido preparada por um Comité Internacional criado por várias organizações sindicais reunidas em Genebra, na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 16 e 17 de Setembro do ano findo.

Segundo os organizadores do Encontro de Lisboa, esse Comité, que «integra todas as sensibilidades do Movimento Sindical, começou a multiplicar esforços no sentido do seu alargamento».

Depois da reunião de Genebra, em Setembro do ano passado, o Comité já reuniu duas vezes em 1981: a primeira em Budapeste no dia 6 de Janeiro e a segunda em 14 e 15 de Abril em Atenas. A Conferência Internacional de Moscovo deve reunir cerca de 300 delegados.

## Medicamentos e capital

Depois de uma introdução que resume os pontos de vista sobre a cada vez maior concentração do mercado farmacêutico capitalista nas mãos de gigantes grupos económicos, o choque entre esses interesses monopolistas e a defesa da saúde das populações, passando pela adopção de «uma estratégia comum e eficaz a nível nacional e internacional» de todos os Sindicatos, os participantes no Encontro de Lisboa dividem as suas conclusões em dois planos (nacional e internacional) e propõem-se lutar por «uma resposta sindical eficaz, alargada e unitária», contra a política de lucro das sociedades multinacionais que dominam o mercado capitalista da indústria farmacêutica.

«O cumprimento dos princípios defendidos na Constituição da República no que diz respeito à definição e aplicação prática de uma política de saúde e do medicamento» é uma das principais reivindicações do Encontro. Outra diz respeito à vida sindical nas empresas, ao controlo de gestão e designadamente ao «estabelecimento de um plano a ser executado por fases, prevenindo a síntese de matérias-primas com o objectivo da criação de uma verdadeira indústria farmacêutica de base», em Portugal, «controlada pelo Estado e pelos trabalhadores», no sentido de escapar às imposições do lucro, do mercado da oferta e da procura, criando novos postos de trabalho e libertando o País da dependência estrangeira.

No campo dessa dependência hoje bem visível e entrando já num campo mais vasto, o Encontro reclama «uma regulamentação internacional obrigatória da actividade das sociedades transnacionais (STN's) que preveja entre outros aspectos: a garantia de segurança e eficácia dos medicamentos; critérios de ensaios clínicos no homem, rigorosos e objectivos, que salvaguardem a saúde e dignidade dos que voluntariamente a

eles se submetem; limitação do uso de patentes; fixação dos preços de acordo com os custos reais de produção e comercialização; diminuição e moralização dos custos publicitários; subordinação da pesquisa farmacêutica à síntese de novos medicamentos com real e comprovado valor terapêutico, adequado às condições particulares de cada país; aproveitamento da medicina tradicional e das matérias-primas locais, que deverão ser transformadas no próprio país de origem; transferência de tecnologia e know-how (conhecimentos, descobertas científicas, etc.) no sentido de acabar com a actual situação de dependência e de «minoridade tecnológica» dos países menos desenvolvidos; imposição de sanções pesadas às empresas que violem esta regulamentação».

O Encontro que, entre outras reclamações exige «o controlo sobre todos os medicamentos existentes no mercado salvaguardando a sua eficácia e tolerância, não sendo lícito permitir-se a introdução de novos produtos cuja acção não está provada ou é duvidosa», defende em vários pontos os direitos constitucionais em vigor, designadamente os direitos e liberdades sindicais, e exige, em especial, que «a próxima revisão da Constituição não altere, antes mantenha e alargue, os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores já consagrados na nossa Lei Fundamental».

PCP

# Revisão Constitucional

# O perigo é real e iminente mas os democratas vão juntar-se para defender a Constituição

## Mesa redonda com os camaradas Carlos Brito, Veiga de Oliveira, Vital Moreira, José Manuel Mendes e Odete Santos

«Avante!» — O acordo entre a 'AD' e o Partido Socialista sobre a alteração dos poderes do Presidente da República, designadamente no que toca à nomeação das chefias militares, voltou a trazer a primeiro plano e a público, a questão da revisão constitucional. A direita regozija-se pelo «entendimento entre os partidos democráticos» e aproveita para afirmar que tal entendimento «esvazia as pretensões vanguardistas» de alguns militares. Qual é o significado e o alcance deste acordo?

**Carlos Brito** — A primeira coisa que é preciso dizer é que o acordo entre a 'AD' e a direcção do PS sobre a escolha e a nomeação das chefias militares reveste-se, sem qualquer espécie de dúvida, de uma extrema gravidade para os destinos da democracia no nosso país. É necessário dizer a seguir que o acordo não foi ainda consumado por qualquer votação formal. Por isso mesmo é tempo ainda para agir no sentido de impedir que seja consumado. Já vemos que os democratas e os antifascistas, todos aqueles que estão com o 25 de Abril têm as mais altas razões para dedicar os seus melhores esforços a esta causa.

reacção contra o regime democrático.

Um conhecido analista de extrema-direita escrevia nas vésperas do acordo: «Para que o PS vote a recusa dos poderes militares que o PR se vem arrogando, o preço é sempre pequeno em cedências em outras áreas constitucionais». A reacção não fez segredo, nem antes nem depois do acordo, do enorme significado e alcance que atribuiu em ganhar o PS para a causa da expropriação dos poderes militares do Presidente da República. O júbilo com que os meios reaccionários saudaram o acordo PS/'AD', mostra que para as forças reaccionárias ele tem o sabor e o significado de uma vitória sobre a democracia, tem o sabor e o significado de uma vitória sobre os capitães de Abril.

Parece-nos de uma grande importância que aqueles socialistas que não foram sensíveis ao nosso esclarecimento, às nossas explicações, às nossas advertências, saibam interpretar as manifestações festivas das forças reaccionárias, sejam sensíveis agora à situação que está criada, e que essa seja uma boa razão para lutarem no sentido de que o seu partido reconsiderasse as posições que adoptou em relação à organização do poder político, designadamente em relação aos poderes militares do Presidente da República. Na verdade de nada valerá que a revisão constitucional seja «boazinha» no que toca aos direitos fundamentais ou no que se refere ao articulado relativo à organização económica. Se a 'AD' fica em condições de passar a controlar as Forças Armadas, se consegue eliminar mecanismos constitucionais através dos quais o seu Governo pode ser posto em causa e se consegue eliminar ou afrouxar a fiscalização sobre a constitucionalidade das leis não precisa de muito tempo para delirar por terra tudo o que representa conquistas económicas, sociais e culturais dos trabalhadores e em geral de todo o Povo português.

«Avante!» — No sentido de minorar o que este acordo tem de grave, dizem alguns que o PR continua a ter «a última palavra» quanto à nomeação dos chefes dos Estados-Maiores. Que quer isto dizer?

**Veiga de Oliveira** — Antes de mais, o acordo, como já foi dito, não está definitivamente consumado. O que há é a indicação de um possível acordo na Comissão de Revisão Constitucional. O acordo, a verificar-se, só se dará por dois terços, em plenário, juntamente com uma multidão de outras questões que são ligadas intimamente a esta questão dos poderes militares do Presidente da República. Mas em relação à questão concreta colocada: creio que só por hipocrisia é que se pode dizer que quem tem a última palavra é o Presidente. De facto, a proposta da FRS com o assentimento da 'AD' prevê na forma que claramente foi expressa na Comissão, que o Presidente tem o poder «formal» de nomear. A sua afirmativa ou negati-

va não teria outra base que não a sua opinião pessoal, a sua opinião de Presidente da República acerca de quaisquer nomes que lhe são propostos ou acerca de uma exoneração que lhe fosse proposta em concreto. Isto é: tal como a proposta da FRS é configurada, e com o entendimento que foi feito na Comissão, em que inclusivamente se aponta para que não seja ovidada pelo Presidente da República nenhuma entidade representativa das Forças Armadas para a nomeação. Tal como as coisas se apresentam de facto, o que se pretende e se entende é que o PR fique com o poder «formal» de nomear e de exonerar, mas que fique inteiramente dependente da proposta do Governo.

«Avante!» — O entendimento entre o PS e a 'AD' é apertado pelos dirigentes do PS/Mário Soares como um meio termo encontrado entre duas propostas radicais — a do PCP e a da 'AD'. Será assim?

**Vital Moreira** — Bom, isso pressuporia que neste momento não houvesse já uma solução constitucionalmente fixada, por um lado, e, por outro lado, pressuporia que a proposta da 'AD' fosse radicalmente diferente da proposta da FRS. Na verdade nenhuma dessas coisas corresponde à realidade. Em primeiro lugar, a proposta do PCP, tal como a do MDP, tal como era também a da ASDI no seu projecto de revisão constitucional, é apenas a explicitação da actual solução constitucional. Hoje a Constituição atribui ao Presidente da República as funções de comandante supremo das Forças Armadas e foi na concre-

tização desse cargo e dessas funções que a lei lhe atribuiu o poder de nomear as chefias militares. A nossa proposta consistia apenas em explicitar esta solução constitucional, e portanto, não traz qualquer inovação política, não se podendo pôr ao lado de outras propostas que visam alterar a solução constitucional. Por outro lado, a proposta da 'AD' só apareceu na sua última versão exactamente porque a FRS apresentou a proposta que tinha sido a da 'AD'. Concretizando: num documento público, o compromisso eleitoral da 'AD', para as eleições de 5 de Outubro de 1980 a solução que se propunha era exactamente a

designação das chefias militares sob proposta do Governo mas mantendo o poder formal do Presidente da República. Quando a FRS veio a fazer sua esta proposta, a 'AD' sentiu necessidade de se demarcar dela, digamos, numa proposta aparentemente mais radical. Mas o que é certo é que a 'AD' nem sequer se deu ao trabalho de defender a sua proposta na comissão; pegou na da FRS, provando assim duas coisas: primeiro, que a proposta da FRS satisfazia os objectivos fundamentais da 'AD', ou seja, por um lado cercar um dos mais importantes poderes do Presidente da República, e por outro lado propiciar, abrir caminho à dominação das Forças Armadas pela 'AD'; e em segundo lugar, prova que esta última proposta da 'AD' visava apenas criar uma aparência de alternativa à proposta da FRS, a qual no fundo corres-

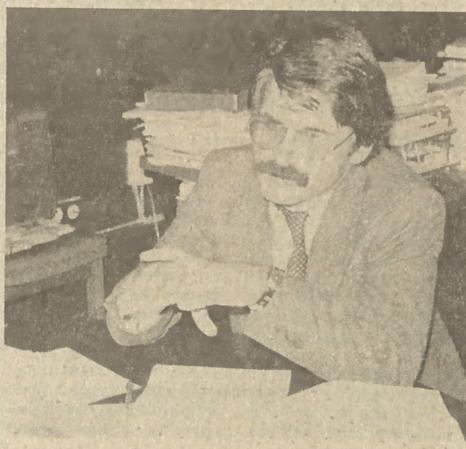
pondia aos interesses fundamentais da 'AD'.

O que há, portanto, é de um lado a Constituição e a actual solução constitucional que atribui esse poder ao PR, sem interferência do Governo, e há, por outro lado, a proposta da FRS e, na sua versão última, da 'AD', que transferem para o Governo a decisão fundamental, dado que, como já foi salientado pelo camarada Veiga de Oliveira, mesmo que mantendo no PR o poder formal de designar, ele só pode designar quem lhe seja proposto pelo Governo, o qual naturalmente só proporrá quem lhe agrade. A asserção referida na pergunta não corresponde portanto a realidade nenhuma e é apenas uma tentativa de obscurecer ou encobrir o significado político fundamental deste acordo realizado a nível da Comissão de Revisão Constitucional.

«Avante!» — Outra das ideias avançadas é a de que o resultado final neste capítulo da revisão é que conta: tiram poderes ao PR mas também lhe dão poderes. Afinal como é?

**Vital Moreira** — Isso só teria algum sentido se se admitisse que os poderes do PR são todos iguais. Ora, não é assim. Há poderes e poderes. Não é por acaso que «este» poder tem estado sempre à frente na discussão constitucional. Porquê? Porque no contexto da situação portuguesa esse poder do PR não que respeita às chefias militares tem uma tal importância, um tal destaque, que não pode ser posto ao nível de outros poderes que face a ele e relativamente a ele são de importância bastante menor. Este poder (e outros importantes poderes como o de exonerar a destituição do Governo através da exoneração do primeiro-ministro em que também a 'AD' e a FRS se encontram) é de tal modo importante que não se vê bem como pudesse ser equilibrado por outros poderes. O que no caso nem sequer está em causa. A FRS fez esta proposta e deixou que a 'AD' a aceitasse sem reservar a garantia por parte da 'AD' da aceitação das tais propostas da FRS que pretendiam aumentar os poderes do PR. Portanto, a face e o queijo ficaram nas mãos da 'AD'. Ela «aceitou» esta, que significa cercar drasticamente um poder

importantíssimo do PR, e ficou claramente de mãos livres para rejeitar as várias propostas da FRS que pretendiam aumentar os poderes do PR, como seria o caso por exemplo do reforço do direito de veto. E tanto assim que nós na Comissão concitámos o PS para dizer se sim ou não aquele acordo estava condicionado a outras soluções, à solução de outros aspectos dos poderes do Presidente. A resposta que obtivemos foi o silêncio. Resumindo: este poder do Presidente da República é só por si um domínio de tal modo especial, de tal modo destacado, que não pode ser comparado e relativizado face a outros. Não é verdade que haja qualquer aumento significativo dos poderes do PR em áreas de convergência entre a FRS e a 'AD'. O que há é convergência entre a FRS e a 'AD' para a diminuição de outros importantes poderes do Presidente, como é a possibilidade de destituir os governos mediante a exoneração do primeiro-ministro. Se há alguma coisa em que a 'AD' e a FRS se têm encontrado muito bem é na diminuição, no cerceamento do actual estatuto constitucional do Presidente da República.



«Avante!» Afirma-se também que assim se consagra a subordinação do poder militar ao poder civil, como em todos os países da Europa Ocidental. Isto é verdade?

**Veiga de Oliveira** — Naturalmente que, mesmo em termos de estrita comparação, é falso. Mas o importante não é tanto a comparação que se pretende falsamente fazer, mas é verificar que neste terreno, todos os acordos que se vislumbrem na Comissão de Revisão Constitucional entre a 'AD' e a FRS têm de ser examinados tendo como pano de fundo a perspectiva da extinção do Conselho da Revolução, que para além de outros importantes poderes constitucionais assegurava a inserção da instituição militar na organização do poder político, no funcionamento do Estado democrático, garantindo o empenhamento das Forças Armadas na defesa da democra-

cia conquistada pelo Povo português depois do 25 de Abril.

Assim sendo, o que se trata de mascarar, de falsificar com justificações várias, em torno da subordinação do poder militar ao poder civil, é justamente a tentativa que por essa via se faz de governmentalizar e partidarizar as Forças Armadas, desviando-as daquela que tem sido até agora a sua missão, assegurada pelo Conselho da Revolução. Isto é: não cabe na cabeça de ninguém mais ou menos conhecedor de questões constitucionais, que se subordine o poder militar ao poder civil quando se faz depender as Forças Armadas só do governo, e que não se subordine o poder militar ao po-

der eminentemente conjuntural, sujeito a variações e a maiorias eventuais, a partidos e partidarismos, e portanto faz depender as FA's de forças que são elas próprias não garantidoras do empenhamento das Forças Armadas na defesa do Estado democrático conquistado com o 25 de Abril. E mesmo algumas delas são forças que, comprovadamente, são desestabilizadoras e procuram servir-se do poder das Forças Armadas para as usarem contra o regime democrático e o 25 de Abril. É o caso da 'AD', da sua maioria e do seu Governo.

der eminentemente conjuntural, sujeito a variações e a maiorias eventuais, a partidos e partidarismos, e portanto faz depender as FA's de forças que são elas próprias não garantidoras do empenhamento das Forças Armadas na defesa do Estado democrático conquistado com o 25 de Abril. E mesmo algumas delas são forças que, comprovadamente, são desestabilizadoras e procuram servir-se do poder das Forças Armadas para as usarem contra o regime democrático e o 25 de Abril. É o caso da 'AD', da sua maioria e do seu Governo.



«Avante!» — O acordo verificado agora entre o PS e a 'AD', na base da proposta da FRS, suscitava, mesmo antes de concluir-se, repúdio de alguns destacados socialistas. E qual foi a posição assumida pela UEDS e pela ASDI?

**Carlos Brito** — Como consta da própria pergunta, a ASDI e a UEDS foram parte da proposta da FRS na base da qual se fez o acordo. Os representantes da ASDI e da UEDS na Comissão Eventual de Revisão Constitucional declararam-se solidários com a proposta da FRS. Não foram inclusivamente sensíveis aos nossos argumentos frisando os perigos que ela comportava para o regime democrático. Não foram sequer sensíveis à fácil adesão da 'AD'

va do PS a FRS poderiam, uma vez readquirida a sua independência (e neste caso num ponto tão fulcral e com tão grandes consequências para o futuro da democracia portuguesa), mudar de posição. Isso não se verificou e deve sublinhar-se ainda que é particularmente surpreendente sobretudo no que diz respeito à ASDI, uma vez que a ASDI, no seu projecto, apresentava uma outra solução, uma solução até próxima daquela que é apresentada pelo PCP.

**Vital Moreira:** «Há poderes e poderes (...) No contexto da situação portuguesa, o poder do PR no que respeita às chefias militares tem uma tal importância, um tal destaque, que não pode ser posto ao nível de outros poderes que face a ele e relativamente a ele são de importância bastante menor. (...) A FRS fez esta proposta e deixou que a "AD" a aceitasse sem reservar a garantia, por parte da "AD", da aceitação das tais propostas da FRS que pretendiam aumentar os poderes do PR. Portanto, a face e o queijo ficaram nas mãos da AD (...)».

«Avante!» — Este acordo deixa entrever a possibilidade de outros acordos graves, formando-se de novo entre o PS e a 'AD' a maioria de dois terços que possibilite mudanças desvantajosas para a democracia. Quais são, na base dos diferentes projectos, os outros pontos nevrálgicos da revisão?

**Carlos Brito** — É necessário de mais esclarecer que não se verificou nenhuma maioria de dois terços na Comissão. Na Comissão não se está a votar. O que houve foi um entendimento de posições da parte do sector que lidera a representação do PS na Comissão, e do

A questão tem pois uma resposta clara: em tudo o que é essencial no acordo, a UEDS e a ASDI também participaram. Na sociedade do acordo comportam-se, digamos como sócios. Não serão sócios gerentes. Mas sócios são.

sector que lidera a representação da 'AD' na Comissão. Não houve votação. É duvidoso até que se houvesse uma votação na Comissão o resultado fosse absolutamente este. E que se tivesse verificado sequer uma maioria de dois terços. Relativamente ainda à questão

da maioria de dois terços é necessário esclarecer que para a revisão constitucional só contarão as maiorias de dois terços que se verificarem no plenário. E deve dizer-se que muito provavelmente haverá votações na Comissão que não terão uma reprodução igual ou semelhante no plenário. Sobretudo em relação a algumas destas questões extremamente polémicas e extremamente delicadas, essa votação poderá não ser reproduzida exactamente da mesma maneira. Isto para esclarecer a questão dos dois terços. Portanto: ainda não há dois terços em coisa nenhuma. Ainda não há nenhuma votação. É ainda tempo oportuno de agir para evitar más votações. Quanto ao segundo aspecto da pergunta: é preciso dizer que desde há muito que o nosso Partido, através de muitas iniciativas de esclarecimento, chamou a atenção para as aproximações que se verificavam entre o projecto da FRS e o projecto da 'AD'. Essas aproximações existem particularmente na área da organização do poder político. Chamámos-lhe até algumas vezes «aproximações perigosas». E afirmámos muitas vezes que essas aproximações perigosas podiam dar lugar a «ligações perigosas». Ora bem, é isso que

este acordo, que é feito em torno da questão da nomeação das chefias militares, vem colocar com mais força na ordem do dia. Nós afirmámos em várias ocasiões e em vários documentos que o projecto da 'AD' e o projecto da FRS coincidem em dois aspectos fundamentais: a extinção do CR e a redução dos poderes do Presidente da República. Adoptam a partir daqui soluções que se aproximam bastante em domínios quanto a nós capitais: a questão da direcção das Forças Armadas (a escolha e nomeação das chefias militares, a legislação, regulamentação, administração e gestão das Forças Armadas); as questões do Governo há pouco já largamente referidas pelo camarada Vital Moreira e designadamente a supressão do poder de destituição do governo através da exoneração do primeiro-ministro; e finalmente o afrouxamento ou até eliminação dos mecanismos respeitantes à fiscalização da constitucionalidade das leis. Estas são as áreas mais perigosas, aquelas que podem ter mais consequências para o futuro e que põem mais em risco a democracia portuguesa. Pois o que agora se passou com a questão das chefias militares aumenta naturalmente as nossas preocupações no que se refere às outras áreas perigosas.

**Carlos Brito:** «Na Comissão não se está a votar. O que houve foi um entendimento de posições da parte do sector que lidera a representação da "AD" na Comissão. Não houve votação. É duvidoso até que se houvesse uma votação na Comissão o resultado fosse absolutamente este. E que se tivesse verificado sequer uma maioria de dois terços (...) Para a revisão constitucional só contarão as maiorias de dois terços que se verificarem no plenário.»

«Avante!» — Por exemplo a extinção do Conselho da Revolução: como se processará o controlo da constitucionalidade das leis?

**Vital Moreira** — É um dos pontos fundamentais da revisão constitucional. E é uma das questões em que imaginar a extinção do CR implica desde logo temer que não seja possível, sem graves riscos para a defesa da Constituição, imaginar um outro sistema que possa substituir o CR nessa área. Hoje, como se sabe, o CR, em articulação com uma Comissão Constitucional e com os tribunais, é o órgão supremo da fiscalização da constitucionalidade. Compete-lhe em exclusivo a fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis e dos decretos-leis, compete-lhe também a fiscalização da constitucionalidade por omissão; e compete-lhe um papel muito importante no controlo das leis depois de publicadas, o controlo a posteriori da acção legislativa e regulamentar.

aliás, visto que se trata de uma garantia da revisão de acordo com o artigo 290.º), suprimia o controlo da constitucionalidade por omissão e também o controlo preventivo da constitucionalidade. A esta luz assume toda a importância a consideração há pouco feita pelo camarada Carlos Brito segundo a qual não basta garantir que a revisão da Constituição não toque nos direitos fundamentais, na organização económica, etc. O que significaria isso se não houvesse um sistema que impeça que a Constituição seja permanentemente e impunemente violada por leis inconstitucionais? É esse o problema fundamental: uma Constituição sem um guardião eficaz, independente, com força para a defender, de nada valerá. O projecto FRS não vai tão longe como a 'AD', mas também trata de engendrar um órgão, igualmente designado tribunal constitucional, (?) para desempenhar as tarefas que agora cabem ao Conselho da Revolução. Mas embora sejam diferentes as regras de composição, também a composição proposta não dá garantias de um órgão independente e que tenha uma visão constitucional da Constituição, isto é, que seja composto maioritariamente por pessoas que deem garantias de estarem com a Constituição. Este é um dos aspectos em torno dos quais, a meu ver, importa desenvolver uma batalha política decisiva no sentido de fazer que a revisão da Constituição não implique a perda do essencial daquilo que está em causa na revisão constitucional.

«Avante!» — Entretanto o processo de revisão foi encetado há algum tempo. Quais os factos mais notáveis ocorridos? E os acordos mais graves, que colocam em perigo disposições constitucionais caras aos trabalhadores e aos democratas?

**Veiga de Oliveira** — Naturalmente que os factos mais graves são aqueles já referidos e ligados com a organização do poder político e o poder de nomeação e de escolha dos chefes dos Estados-Maiores. Mas não só aqui há situações que manifestamente apontam para possíveis cedências da FRS, face à pressão da direita. Assim também em relação ao direito internacional e designadamente à pretensão que da 'AD' quer da FRS de integrar directamente o Direito da CEE e das restantes estruturas comunitárias europeias na ordem jurídica interna de Portugal, a pretexto de uma futura adesão cada vez menos crível, faz-se introduzir na Constituição a recepção imediata e directa desse Direito. (?)

«Avante!» — Entretanto o processo de revisão foi encetado há algum tempo. Quais os factos mais notáveis ocorridos? E os acordos mais graves, que colocam em perigo disposições constitucionais caras aos trabalhadores e aos democratas?

É assim também em relação à chamada «desideologização» da Constituição em que, a pretexto de retirar carga ideológica de vários artigos, o que se tem conseguido, com acordos e cedências da FRS à 'AD', é impedir-lhe uma nova carga ideológica, agora em favor das classes dominantes e designadamente dos grandes capitalistas e da grande burguesia, contra os trabalhadores e contra as classes que saíram de alguma forma protegidas pela Constituição de Abril. É assim também em relação às nacionalizações onde, apesar de no fundamental a FRS ter sustido as investidas liquidacionistas da 'AD', aceita mesmo assim rever questões importantes como sejam o carácter

das nacionalizações, isto é, não só a sua irreversibilidade mas o facto de serem conquistas das classes trabalhadoras e não de serem instrumentos ao serviço do grande capital e das classes dominantes.

É assim também em relação à Reforma Agrária, onde apesar de a FRS se ter absteído de fazer qualquer proposta de alteração e ter começado por dizer que não aceitava nenhuma alteração, ter admitido já na Comissão rever a sua posição em relação a alguns dos aspectos e algumas propostas da 'AD' que todas elas são extremamente negativas e visam destruir completamente a Reforma Agrária no texto constitucional.

«Avante!» — E a respeito dos direitos fundamentais ameaçados? Que perspectivas há de os salvaguardar?

José Manuel Mendes — Sublinhe-se, antes de mais, que a ameaça aos direitos fundamentais pode não ser feita de maneira frontal, uma vez que é perfeitamente possível elaborar um enquadramento formal que garanta minimamente as liberdades e, por outro lado, proceder a uma prática que constantemente as viole e acabe por esvaziá-las de qualquer conteúdo concreto. Este tem sido, de certa maneira, o molde da actuação da 'AD' enquanto governo e tem sido também o seu perfil enquanto força política reacçãoária. No entanto, em sede de revisão constitucional, a 'AD' vai mesmo mais longe, vai ao confronto directo de algumas das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, que, como é sabido, ultrapassam, na nossa lei constitucional, o quadro de referências de um qualquer liberalismo, ou da própria revolução republicana e que se inserem dentro de uma lógica que, expressando as conquistas do 25 de

há a clara cedência da FRS no que toca à aceitação de que seja o sector privado o sector prioritário, aparecendo relegado para plano secundário o sector público, quase que numa transição para a sua extinção.

Mas há outros aspectos em que há algumas cedências. Podíamos falar por exemplo no ensino, podíamos falar em alguns aspectos dos direitos das Comissões de Trabalhadores e das suas organizações, mas supomos que no essencial, e voltando ao início, as questões mais importantes e perigosas se configuram na organização do poder político e designadamente no já referido poder de nomeação e escolha das chefias das Forças Armadas.

portanto, que apareça, em sede do texto constitucional, a proposta, da autoria da coligação da direita, visando colocar, num dos pratos da balança, em termos de perfeita paridade, com os trabalhadores, regalias relacionadas com o patronato, o que, sendo um ultrage às conquistas históricas da classe operária, constitui, para além de tudo, um dilatado processo de procurar reverter a história a favor das forças do passado, o que é de todo em todo impossível. A pergunta é também dirigida no sentido de saber que possibilidades existem, neste momento, passado já algum tempo sobre o início dos trabalhos da Comissão Eventual de Revisão Constitucional, de salvaguardar esses direitos e essas liberdades fundamentais. Somos de opinião que, no essencial, tem sido possível preservar o quadro constitucional de 1976, preservá-lo enquanto enunciação de princípios, pre-



tais normas se confrontam com os preceitos sobre direitos dos trabalhadores, tendo-se em conta o referido enfraquecimento dos mecanismos de fiscalização de constitucionalidade também propostos pela FRS, como poderá o PS vir agora a aprovar que é necessária uma viragem à

«Avante!» — No que toca à estrutura económica da sociedade portuguesa actualmente consagrada na Constituição, quais são as novidades em matéria de revisão?

Veiga de Oliveira — Como dissemos já, é em matéria económica que aparentemente a FRS se encontra menos disposta a fazer cedências à 'AD'. Naturalmente, pelo projecto da 'AD', a estrutura económica da sociedade portuguesa seria constitucionalmente convertida na estrutura económica anterior ao 25 de Abril. Pelo contrário, a FRS coloca-se na posição de não aceitar revisões profundas em matéria de estrutura económica e de se limitar a algumas pequenas malefeitorias, que já referi em resposta anterior, quer em relação à estrutura económica da sociedade portuguesa, quer em relação à estrutura económica da sociedade portuguesa, quer em relação à estrutura económica da sociedade portuguesa.

esquerda? É óbvio que a 'AD' pagou um preço pequeno quando desiste de defender as suas próprias propostas relativas aos direitos dos trabalhadores. E é mais do que evidente que em troca recebe um grande naco — a destruição na prática dos próprios direitos dos trabalhadores.

«Avante!» — Por outro lado, a 'AD' gostaria de possuir outra Constituição, completamente diferente. Sabe-se o que é que a aliança reacçãoária intenta mudar?

José Manuel Mendes — A 'AD' pensa que é de mudar tudo o que diga respeito às conquistas do nosso povo após o 25 de Abril, tudo quanto traga em si a marca da Revolução, a marca da justiça social, a marca dos passos em frente dados pelas classes trabalhadoras na senda da erradicação dos constrangimentos e duma democracia a caminho do Socialismo. Para a 'AD' isto é mau, logo, é de mudar. A mudança, para a 'AD', é entendida não no sentido da História, mas no sentido do futuro, mas no do passado, apontando ao 24 de Abril. Significa, por um lado, toda uma organização de Estado autoritário, com tudo o que lhe é inerente, ou seja: a possibilidade de explorar livremente e à vontade, de exercer sobre os trabalhadores toda a espécie de violências e discriminações; e, por outro lado, na mesma lógica, eliminar tudo aquilo que, na Lei Fundamental, funciona como um avanço irreversível das camadas anti-monopolistas, do nosso povo, realizada após a Revolução de Abril, e, por esta via, reintroduzir formas e mecanismos que de todo em todo são incompatíveis com o novo Portugal democrático.

teração constantes do projecto do PCP. Outras alterações são, digamos, alterações de pormenor, visando corrigir um ou outro aspecto, cuja importância política não tem a importância destas que acabo de indicar. A prova da pertinência de

«Avante!» — Para terminar, só mais uma pergunta: é ainda possível impedir a revisão inconstitucional da Constituição?

Carlos Brito — A nossa resposta é amplamente afirmativa. Repare-se: até agora havia quem sendo sensível aos nossos argumentos achava que nos gerávamos: «o PS não há fazer acordos com a 'AD' em matéria de revisão constitucional», diziam. Agora já se vê que não exageramos nada. São preocupações, os esclarecimentos, as prevenções e as advertências do PCP sobre o perigo de acordos do PS com a 'AD' em torno de questões neoliberais da organização do poder político adquirem muito mais força depois de feita a prova de que a direcção do PS não hesitou em se entender com a 'AD' no objectivo de entregar a esta a escolha das chefias militares. O perigo é real e iminente. É urgente conseguir que a direcção do PS reconsidere seriamente as suas posições que, como hoje se revela claramente, põem nas mãos dos inimigos da democracia meios poderosos para atentarem contra ela.

multas soluções do projecto do PCP é o facto de elas se imporem por si mesmas e o facto de muitas delas estarem em condições de reivindicarem o apoio e de poderem vir a fazer parte da lei de revisão constitucional que vier a ser publicada.

«Avante!» — E quanto aos direitos dos trabalhadores?

Odete Santos — Quanto aos direitos dos trabalhadores, tem pleno cabimento a afirmação do «analista» de extrema-direita referida pelo camarada Carlos Brito. Realmente, nessa matéria deparámos com uma 'AD' débil na defesa da sua proposta, claudicando facilmente perante a recusa da oposição em aderir ao seu projecto. O PS depressa admitiu o corte de princípios definidores do regime. Nomeadamente no que diz respeito ao n.º 1 do artigo 55.º. Aí o PS aceitou que se superasse, como finalidade das comissões de trabalhadores, a «intervenção democrática» na vida da empresa, o reforço da unidade das classes trabalhadoras (expressão onde já houve quem visse a proibição dos sindicatos paralelos) e ainda a sua mobilização para o processo revolucionário da construção do poder democrático dos trabalhadores.



Odete Santos: «É óbvio que a 'AD' pagou um preço pequeno quando desiste de defender as suas próprias propostas relativas aos direitos dos trabalhadores. E é mais do que evidente que em troca recebe um grande naco — a destruição na prática dos próprios direitos dos trabalhadores.»

Abri, aponta para uma democracia económica e social para o Socialismo. Refira-se, assim, desde já, o que respeita, por exemplo, aos direitos dos trabalhadores, designadamente o direito à greve, e aos direitos mais gerais de todos os portugueses. Não será demais sublinhar, a título exemplificativo, o que se passa em matéria de Comunicação Social, as tentativas de introduzir no texto constitucional fórmulas que viessem a dar consagração a objectivos de reprivatização dos meios de comunicação sob a tutela e responsabilidade do Estado, para além da gravíssima prática que quotidianamente assistimos, o que ainda mais afectaria as garantias de pluralismo democrático e, como tal, mais iria agravar, na nossa sociedade, a situação de manipulação da informação pela direita reacçãoária. (\*) Nestes termos sumários, deve dizer-se que seriam, de uma maneira genérica, extremamente constrangidos os direitos referentes aos trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas; seriam alargados, dentro de uma óptica retrogradista, patronal, de classe possidente, aqueles que concernem às camadas exploradoras do nosso povo antes do 25 de Abril e cujo impune sistema de regabofe a 'AD' quer agora relegar. Não estranha,

servá-lo enquanto moldura do sistema democrático nascido com a queda do fascismo; mas isto não esbata as nossas preocupações, basicamente assentes, no que se reporta à organização do poder político, uma vez que, como já os camaradas referiram, se esse poder e o controlo da constitucionalidade das leis ficarem de tal maneira configurados que impeçam o direito de fazer valer a legalidade democrática e as soluções democráticas ora em vigor, com largo apoio do Povo português, então poderemos encontrar-nos perante uma situação como aquela que, no fundo, a 'AD' intenta, em todo semelhante a que se registava, por exemplo, na vigência da Constituição de 1933. Isto é: consignar um catálogo de direitos, liberdades e garantias que, não obstante a sua clareza formal, a prática política quotidianamente desmentiria, poria violentamente em causa. Aqui, uma vez mais, é importante chamar a atenção para o papel que cabe ao PS (e, mais latamente, aos partidos que integram a FRS) no sentido da defesa de Abril. Cambaleamos como os que se prescrevem em matéria de poder político, por parte da FRS, concorrem para pôr em causa a própria democracia que, ao cabo de tantos anos de mordaaça, conquistámos.

questão mais importante), é a de saber que garantias para a estrutura económica da sociedade portuguesa consagrada na Constituição, que garantias para que essa consagração não seja mera palavra escrita, mero texto constitucional sem aplicação prática?

E a resposta é óbvia: as garantias do cumprimento da Constituição estão todas do lado da organização do poder político, do equilíbrio e interdependência entre os órgãos de soberania, do controlo da constitucionalidade das leis, da inserção da instituição militar no aparelho de Estado. Portanto, em relação à estrutura económica

ca, o que podemos dizer é que, por muito boa que seja a revisão nesse aspecto, ela revelar-se-á sempre totalmente permissível a todas as tentativas de liquidação por parte da direita, por parte da 'AD', das conquistas alcançadas com o 25 de Abril, se não forem acautelados os instrumentos de defesa dessa estrutura económica constitucional na organização do poder político e nas defesas constitucionais que lhe são alinentes. Por outras palavras: não vale a pena discutirmos em detalhe este ou aquele artigo da Constituição na parte económica sem ter em conta as garantias que possam ser dadas em relação ao seu cumprimento. E mais: sem ter em conta se a Constitui-

«Avante!» — O PCP já afirmou que, embora não se colocando contra uma revisão desta Constituição, não encontra na actual lei fundamental muita coisa a alterar profundamente. Que pensam os comunistas que é de mudar?

Vital Moreira — Creio que duas coisas que é importante reafirmar: em primeiro lugar que não há nada de dramático no facto de se rever a Constituição. As revisões constitucionais são

sim a sua existência, como justiça também o seu conteúdo. E ele é caracterizado por alguns aspectos fundamentais: primeiro, é um projecto de revisão constitucional da Constituição, isto é, que respeita integralmente os limites materiais da revisão; é um projecto que visa aperfeiçoar defendendo a Constituição e não que visa alterar aspectos essenciais do seu conteúdo. Em segundo lugar, os princípios a que obedece o projecto do PCP são muito claros: reforçar os direitos fundamentais, incluindo os dos trabalhadores, acrescentando uns direitos, defendendo as garantias de outros, eliminando dúvidas quanto à formulação; conferir alguns aspectos do sistema de organização política de modo a, sem pôr em causa o sistema de Governo, sem pôr em causa o estatuto fundamental dos órgãos de soberania — a começar pelo Presidente da República —, obter em todo o caso, uma melhor formulação dos sistemas assentando sobretudo no reforço do papel da Assembleia da República — no papel legislativo da Assembleia da República face ao Governo. E estas duas ideias fundamentais explicam quase a totalidade das propostas de al-



José Manuel Mendes: «A 'AD' vai mais longe, vai ao confronto directo de algumas das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos que, como é sabido, ultrapassam na nossa lei constitucional, o quadro de referências de um qualquer liberalismo (...)».

«Avante!» — E quanto aos direitos dos trabalhadores?

co-sociais do respectivo sector. O PS não aceitou que se limitasse o direito à greve, não aderiu à constitucionalização das Associações patronais. Avançou mesmo com propostas, algumas delas coincidentes com as do PCP, nomeadamente quanto aos direitos dos dirigentes e delegados sindicais. E aceitou outras propostas do PCP como a constitucionalização do conceito de justa causa para o despedimento. Tudo correria sobre um «mar de rosas» se, quanto à organização do poder político, as propostas da FRS não fossem convergentes com as da 'AD'. Porque, de facto, para que servirão os preceitos constitucionais em matéria de direitos dos trabalhadores, se as Forças Armadas forem governamentalizadas? Para que servirá a fachada de esquerda do PS, se este enfraquece os mecanismos de fiscalização de constitucionalidade? De que servirá tal fachada se o PS acaba com a fiscalização da constitucionalidade pelos tribunais, a chamada «fiscalização difusa», atirando-a apenas para um órgão político a que chama tribunal constitucional? E perguntamos ainda: admitindo o PS que as normas da CEE vigorem directamente em Portugal (como o faz na sua proposta de alteração do artigo 8.º da Constituição), sabendo-se que

normais, é um fenómeno natural nas constituições. Em segundo lugar, e esta é a contrapartida, é que as revisões constitucionais existem para aperfeiçoar e fortalecer as Constituições e não para fazer outras Constituições ou para subverter aquelas que existem. Posto isto, o que nós entendemos é que a Constituição da República, globalmente considerada, provou ser conforme aos interesses e às necessidades do regime democrático em Portugal e que portanto não carece de qualquer reformulação global, de qualquer reforma, de qualquer revisão que ponha em causa os seus pontos fundamentais. Mas o tempo também provou que há lacunas que pode haver vantagem em colmatar, há soluções que a experiência mostrou que talvez careçam de ser corrigidas, há, enfim, aspectos que, com outra formulação, podem ser mais adequados às soluções concretas da vida política. E é por isso que o projecto de revisão constitucional do PCP não só justifica as-

tução, isto é, que respeita integralmente os limites materiais da revisão; é um projecto que visa aperfeiçoar defendendo a Constituição e não que visa alterar aspectos essenciais do seu conteúdo. Em segundo lugar, os princípios a que obedece o projecto do PCP são muito claros: reforçar os direitos fundamentais, incluindo os dos trabalhadores, acrescentando uns direitos, defendendo as garantias de outros, eliminando dúvidas quanto à formulação; conferir alguns aspectos do sistema de organização política de modo a, sem pôr em causa o sistema de Governo, sem pôr em causa o estatuto fundamental dos órgãos de soberania — a começar pelo Presidente da República —, obter em todo o caso, uma melhor formulação dos sistemas assentando sobretudo no reforço do papel da Assembleia da República — no papel legislativo da Assembleia da República face ao Governo. E estas duas ideias fundamentais explicam quase a totalidade das propostas de al-

teração constantes do projecto do PCP. Outras alterações são, digamos, alterações de pormenor, visando corrigir um ou outro aspecto, cuja importância política não tem a importância destas que acabo de indicar. A prova da pertinência de

teração constantes do projecto do PCP. Outras alterações são, digamos, alterações de pormenor, visando corrigir um ou outro aspecto, cuja importância política não tem a importância destas que acabo de indicar. A prova da pertinência de

teração constantes do projecto do PCP. Outras alterações são, digamos, alterações de pormenor, visando corrigir um ou outro aspecto, cuja importância política não tem a importância destas que acabo de indicar. A prova da pertinência de

ta da verdadeira Carta Magna do 25 de Abril.

Acrescento ainda uma pequena nota: é que, em todo este processo, preocupa-nos fundamentalmente o papel desempenhado pela FRS — ou pelos partidos que a constituem — no que respeita a temas tão importantes como o controlo da cons-

«Avante!» — A revisão constitucional processa-se quase em segredo, numa Comissão de onde transpiram apenas os resultados e não as posições que cada partido defende ao longo dos trabalhos, nem os argumentos que cada um deles adianta. Porquê o segredo?

Carlos Brito — Os planos da 'AD' tendo em vista a revisão golpista e inconstitucional da Constituição têm sido muito favorecidos pelo carácter quase secreto de que se tem revestido os trabalhos na Comissão da Assembleia da República. O segredo que rodeia a revisão constitucional é da responsabilidade da 'AD' mas é também da responsabilidade do PS e dos seus antigos aliados da FRS.

Pode mesmo dizer-se que o segredo, o secretismo, foi o primeiro acordo entre a 'AD' e a direcção do PS na revisão constitucional e com consequências extremamente nefastas. Este carácter quase secreto resulta antes de tudo de os trabalhos da revisão decorrerem em certo sentido à porta fechada. Isto é, nem os cidadãos, nem sequer os meios de informação têm acesso às reuniões da Comissão.

Mas o sigilo que rodeia os trabalhos da revisão constitucional resulta de outra circunstância que é geralmente menos notada pela opinião pública, mas que é fundamental também: na AR, a discussão de qualquer lei começa em geral por um debate aberto no plenário com a presença da Comunicação Social e as galerias abertas ao público. O PCP defendeu que a revisão constitucional começasse exactamente desta maneira, com um debate aberto, em plenário. Isto faria não só os partidos a definirem-se e a comprometerem-se em termos públicos relativamente às grandes opções como alertaria desde logo a opinião pública e de modo especial a opinião democrática para as

tucionalidade das leis, a nomeação das chefias militares e outras questões do poder político que já foram aqui referidas. Ou a FRS se comporta como guardião do Portugal de Abril — o que está ainda ao seu alcance e é seu indeclinável dever — ou, conjuntamente com a 'AD' será responsável por mais um severo revés na nossa democracia.

mais graves questões que estão em jogo na revisão constitucional, e dos perigos que elas comportam para os interesses do nosso povo e para a defesa da democracia portuguesa.

A 'AD' opôs-se à proposta do PCP. Nenhuma surpresa com isso. A surpresa foi que o PS e a FRS se juntassem à 'AD' para impedir que o processo de revisão se iniciasse com um debate perante a opinião pública em plenário aberto. Mesmo se verificou quando se discutiu na Comissão Eventual para a Revisão Constitucional a presença dos meios de informação nas reuniões da Comissão. Uma vez mais o PS, a FRS, se juntaram à 'AD' para proibir que a Comunicação Social estivesse presente aos trabalhos da Comissão. Foram o PCP e o MDP, os dois partidos que defenderam a presença da Comunicação Social nas reuniões da Comissão Eventual. Na altura e em face do possível do PS, nós dissemos que parecia que o PS e a FRS tinham alguma coisa a esconder. Ora bem, a experiência revela agora que tinhamos razão: o PS e a FRS tinham realmente que esconder. Quanto menos publicidade das reuniões da Comissão tanto melhor para os cozinheiros com a 'AD' que agora se vê estarem a ser concretizados. O segredo em torno da revisão favorece portanto a 'AD' e toda a reacção, mas a responsabilidade deste carácter secreto que a revisão assumiu é não apenas dos meios reacçãoários, é também da direcção do PS e dos demais partidos da FRS.

Carlos Brito: «A reacção não fez segredo, nem antes nem depois do acordo, do enorme significado e alcance que atribuiu em ganhar o PS para a causa da expropriação dos poderes militares do Presidente da República. O júbilo com que os meios reacçãoários saudaram o acordo PS-AD mostra que, para as forças reacçãoárias ele tem o sabor e o significado de uma vitória sobre a democracia.»

«Avante!» — Para terminar, só mais uma pergunta: é ainda possível impedir a revisão inconstitucional da Constituição?

Carlos Brito — A nossa resposta é amplamente afirmativa.

Repare-se: até agora havia quem sendo sensível aos nossos argumentos achava que nos gerávamos: «o PS não há fazer acordos com a 'AD' em matéria de revisão constitucional», diziam. Agora já se vê que não exageramos nada.

São necessárias acções prontas dos democratas e uma verdadeira mobilização popular. Há um trabalho em curso que mostra que isto é possível. Há uma grande adesão popular às iniciativas em defesa da Constituição. É necessário reforçar o trabalho de esclarecimento. É necessário dar forma concreta à vontade democrática de derrotar os planos de revisão golpista e inconstitucional da Constituição.

Se há no campo da democracia quem queira fazer o frete à reacção na revisão constitucional, deve compreender que isso equivale ao seu isolamento definitivo e irreversível. Não temos dúvida que acordos do PS com a 'AD' em matéria de revisão constitucional serão objecto da mais severa condenação por parte da opinião democrática. Temos confiança, finalmente, que os democratas se juntarão para defender o regime democrático e o 25 de Abril, pois é isso que verdadeiramente está em causa na revisão constitucional.

los partidos políticos com assento na Assembleia da República. 4. Aos conselhos de informação serão conferidos poderes para assegurar uma orientação geral que respeite o pluralismo ideológico».

Na sua proposta de revisão, a «AD» mantém os dois primeiros pontos e pura e simplesmente elimina os dois últimos, isto é, elimina os conselhos de informação. Isto é, elimina qualquer dispositivo de controlo democrático da situação dos meios de comunicação social estatizados.

Refira-se que na proposta de revisão do PCP, não apenas são mantidos integralmente os quatro pontos do actual artigo 39.º, como ainda aos conselhos de informação são consignados constitucionalmente outras atribuições através de um novo ponto: «5. A nomeação de membros e directores das empresas de comunicação social previstas neste artigo será precedida de parecer favorável do Conselho de Informação competente, por maioria de dois terços dos conselheiros presentes».

(1) Segundo o artigo 283.º da proposta de revisão constitucional da 'AD', seria a seguinte a composição do tribunal constitucional proposto: «nove juizes, escolhidos de entre juristas de reconhecido mérito e designados pela forma seguinte: a) O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que preside; b) Dois nomeados pelo Presidente da República; c) Dois eleitos pela Assembleia da República, por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções; d) Dois eleitos pelos magistrados do Supremo Tribunal de Justiça de entre os seus pares; e) Dois eleitos pelos magistrados do Supremo Tribunal Administrativo de entre os seus pares».

(2) Segundo o artigo 284.º da proposta de revisão constitucional da 'AD', seria a seguinte a composição do tribunal constitucional proposto: «quinze juizes, designados do seguinte modo: a) Cinco pelo Presidente da República; b) Cinco pela Assembleia da República, por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções; c) Cinco pelo Conselho Superior de Magistratura, por maioria qualificada de dois terços dos respectivos membros em efectividade de funções». E acrescenta-se no n.º 2 do mesmo artigo: «Os juizes indicados nas alíneas a) e b) são escolhidos de entre cidadãos de reconhecido mérito e indicados na alínea c) de entre magistrados judiciais, sendo dois de entre os juizes dos tribunais superiores e três de entre os juizes dos tribunais de 1.ª instância».

(3) O actual artigo 8.º da Constituição tem o seguinte teor: «1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português. 2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado português. Na proposta de revisão constitucional da «AD», estes dois pontos são admitidos sem alterações, mas acrescenta-se um terceiro do seguinte teor: «3. Portugal aceita a vigência do direito

PCP

# Saberemos superar os obstáculos que se levantem no caminho da reunificação pacífica da Coreia

— declarou o camarada Uyn Gi Bok ao «Avante!»

A reunificação pacífica da Coreia foi questão dominante da entrevista dada ao «Avante!» pelo camarada Uyn Gi Bok, membro suplente do Bureau Político e secretário do Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia, que esteve recentemente em Portugal, chefiando uma delegação deste partido, a convite do Comité Central do PCP.

— O nosso Partido propõe-se reunificar a pátria dividida — começou por nos declarar, especificando: No VI Congresso do nosso Partido o camarada Kim Il Sung apresentou uma nova orientação da reunificação da pátria através da fundação da República Confederal Democrática de Koryo, de acordo com os três princípios da reunificação da pátria.

E acrescentou, pormenorizando: — O nosso Partido propõe-se alcançar a reunificação através da criação de um estado independente e democrático, neutral e não-alinhado, com a instituição de um governo nacional unificado, com participação igual tanto do Norte como do Sul, isto na base do reconhecimento e tolerância recíproca das

ideologias e regimes existentes nas duas partes.

Na orientação política em 10 pontos da República Confederal Democrática de Koryo, apresentada pelo camarada Kim Il Sung, está definido com toda a clareza o tipo de país que será a Coreia e o rumo que irá seguir.

Ao mesmo tempo, para que não seja ponte de agressão para outros países, como no passado, nem vítima das guerras de conquista desencadeadas por países mais fortes, faremos da Coreia um país neutral, amante da paz.

Deixaremos intactos todos os interesses do capital estrangeiro investido na Coreia do Sul.

A fim de concretizar rapidamente a orientação da criação da República Confederal Democrática de Koryo é necessário, antes do mais, levar a cabo a democratização da sociedade sul-coreana, acabar com o perigo da guerra e pôr fim à política das «duas Coreias» promovida pelos EUA, bem como a sua interferência nos assuntos internos da Coreia do Sul.

Nós saberemos superar todos os obstáculos e vicissitudes que se levantam no caminho da reunificação e deste modo alcançar a todo o custo e com a força unida de toda a nação a causa histórica da

reunificação da pátria, que é o desejo nacional supremo do nosso povo.

## A ameaça não vem do Norte

Ao abordar-se a pretensa «superioridade militar do Norte» e a «ameaça de agressão ao Sul» que a propaganda imperialista tanto propalava, o camarada Uyn Gi Bok declarou:

— As autoridades norte-americanas e da Coreia do Sul montaram esta falsa propaganda, com a qual fazem muito barulho.

Pretendem que dispomos de mais efectivos militares do que a Coreia do Sul. Mas só quem não quer é que não vê.

Dois terços da população do país vivem na parte Sul. Deste modo como é que podemos ter mais homens uniformizados do que a Coreia do Sul? Além do mais, no Sul, estão em permanência cerca de 40 mil soldados norte-americanos.

Ainda no que diz respeito ao equipamento militar: também aqui o nosso material não pode ser superior porquanto provém da produção nacional, enquanto que a Coreia do Sul recebe armas modernas de todos os tipos do arsenal norte-americano.

Só nos últimos cinco anos os norte-americanos ofereceram à Coreia do Sul enorme quantidade de armamento ultramoderno, como mísseis, canhões automáticos de 203 mm, novos modelos de tanques, aviões «Phantoms», «destroyers» e outros, com o que a mobilidade e poder de fogo das forças de terra, mar e ar da Coreia do Sul ficaram várias vezes multiplicadas.

Só este ano — acrescenta — o camarada Uyn Gi Bok — os Estados Unidos preparam-se para transferirem para a Coreia do Sul mil tanques do último modelo e outro material ultra-sofisticado incluindo caças-bombardeiros F-16.

Sendo esta a realidade — sublinhou depois — persistir na falsa propaganda sobre a «superioridade militar do Norte» não pode ter outro objectivo senão persuadir a opinião pública de que existe a «ameaça de agressão ao Sul», o que serviria de pretexto para que os norte-americanos continuem a manter e a aumentar a sua presença militar na Coreia do Sul e a defenderem a teoria das «duas Coreias», perpetuando a ocupação.

Repetidas vezes temos declarado publicamente que não queremos a guerra nem temos intenção de «agredir o Sul». Apresentar as coisas deste modo



De visita à 4.ª Assembleia da Célula da Quimigal do PCP, o chefe da delegação do PTC, camarada Uyn Gi Bok saudou os trabalhadores portugueses desejando-lhes «novos êxitos no trabalho futuro pelo desenvolvimento democrático do país»

não está de acordo com a realidade e é pura invenção para nos difamar.

De facto, o que se passa, é que na Coreia do Sul se incrementam as forças militares e intensificam-se os preparativos para uma nova guerra. A realidade

Falando do interesse que o povo coreano manifesta pela preservação da paz no mundo, o camarada Uyn Gi Bok afirmou que a fim de garantir a paz e a segurança mundiais é importante criar zonas desnuclearizadas em diferentes partes

Até ao final da década de 80, o volume da produção industrial da República Popular Democrática da Coreia aumentará 3,1 vezes em comparação com a situação actual e cerca de mil vezes o que se produziu em 1946: em 1990, em apenas 8 horas poder-se-á obter a mesma quantidade de produtos industriais produzida em todo o ano de 1946.

prova que não existe nenhuma «ameaça de agressão ao Sul» pela nossa parte, antes pelo contrário, há sim o perigo de que sejamos nós os agredidos.

## Criar zonas desnuclearizadas

Quando aos sucessos obtidos na construção do socialismo na República Popular Democrática da Coreia, o camarada Uyn Gi Bok apresentou-nos alguns números elucidativos.

Referindo depois o que está programado para se produzir até ao final da década de 80, acrescentaria: — Com a realização destes objectivos até ao final da década o volume da produção industrial aumentará 3,1 vezes em comparação com a situação actual, e algo como mil vezes o que se produzia em 1946. Nesta época, já próxima, em apenas 8 horas seremos capazes de obter uma quantidade de produtos industriais igual à que produzimos durante todo o ano de 1946.

do mundo e expandi-las rapidamente. E acrescentou:

— Esforçamo-nos para converter a península coreana numa zona desnuclearizada, numa zona de paz. Além disso, insistimos em que o Japão, nosso vizinho, deve transformar-se também numa zona desnuclearizada.

## Temos orgulho na amizade com o PCP

Por último, o camarada Uyn Gi Bok referiu-se à sua visita ao nosso país e à experiência recolhida:

— Desde o primeiro momento da nossa chegada a Lisboa fomos alvo de um caloroso acolhimento por parte dos comunistas portugueses. Passámos um tempo muito agradável neste belo país e ficámos francamente impressionados, agradavelmente impressionados, em toda a parte onde estivemos.

Foi visível um sentimento de amizade dos comunistas portugueses para

com o Partido do Trabalho da Coreia e a classe operária e o povo do nosso país.

Durante a nossa estadia tivemos conversações com o camarada Álvaro Cunhal, conversações muito amigáveis de camaradagem. Tivemos igualmente conversações com uma delegação do PCP presidida pelo camarada Carlos Costa e nestas conversações tivemos oportunidade de chegar à conclusão do interesse em desenvolver amplamente as relações de amizade e cooperação entre os dois partidos nos vários campos.

Prosseguindo as suas opiniões sobre a visita que fez a Portugal a convite do PCP, o camarada coreano diria:

— O PTC e o PCP são irmãos verdadeiros de classe que lutam contra o imperialismo, pela paz e pela causa do socialismo.

O PCT apoia inteiramente a justa luta do PCP na defesa das conquistas da Revolução de 25 de Abril e devido à justeza da sua orientação o PCP conta com a simpatia e a confiança de grande parte da classe operária portuguesa.

Regozijamo-nos, pois, com todos os êxitos alcançados pelo PCP e desejamos sinceramente que novos êxitos se sucedam.

O PTC e o PCP estão geograficamente afastados e as suas trincheiras em locais diferentes mas estão juntos na luta comum pela paz e pelo socialismo. Temos orgulho de ter boas relações com o PCP e apreciamos altamente esta amizade, que não pouparemos a esforços para fortalecer ainda mais.

A despedida, o camarada Uyn Gi Bok evocou mais uma vez a importância que tem para o povo coreano o problema da reunificação pacífica para o qual pediu a compreensão e o apoio de todos.

## Delegação do PTC recebida na IV Assembleia da Célula da Quimigal/Barreiro

A delegação do Partido do Trabalho da Coreia deslocou-se no sábado passado ao Barreiro onde teve oportunidade de assistir aos trabalhos da IV Assembleia de Organização da Célula da Quimigal/Barreiro e que decorreram na Casa da Cultura dos Trabalhadores daquela empresa.

Recebido calorosamente pelos comunistas presentes, o camarada Uyn Gi Bok, que presidia à delegação do PTC convidada, proferiu uma breve saudação depois de lhe ter sido oferecida uma lembrança dos trabalhadores comunistas da Quimigal, que assim testemunharam a sua alegria em receberem os camaradas coreanos. Antes, também um representante da Célula saudara a presença ali de uma delegação do PTC.

Referindo a situação presente do seu país, o camarada Uyn Gi Bok declarou que actualmente, na Coreia do Sul, a dominação fascista militar intensifica-se mais do que nunca e, com o pretexto da «ameaça de agressão vindo do Norte ao Sul» incrementa-se o aumento das forças armadas e os preparativos de uma nova guerra.

Mais adiante salientou que apesar disto o povo coreano, beneficiando dos apoios activos e da simpatia por parte dos povos do mundo, inclusi-

ve o Povo português, conseguirá a reunificação independente e pacífica da sua pátria, impedindo e frustrando as manobras dos imperialistas norte-americanos e dos fascistas militares da Coreia do Sul.

Aproveitando a oportunidade para expressar o profundo agradecimento à classe trabalhadora e ao Povo português pelo activo apoio e solidariedade à causa do nosso povo pela reunificação, o camarada Uyn Gi Bok acrescentaria ainda:

No futuro, também, considerando preciosas a amizade e solidariedade entre os dois Partidos, o PCT e o PCP, faremos todos os esforços para fortalecer e desenvolver esta amizade e solidariedade.

A situação actual exige que todas as forças anti-imperialistas do mundo formem uma vasta frente unida e desenvolvam energicamente a luta comum pela defesa da paz, pela democracia e pela vitória da causa do proletariado.

O camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP, que presidia à assembleia da Célula, agradeceu as palavras do camarada coreano, com quem depois trocou impressões em particular.



Durante a visita que fez à Assembleia da República a delegação do PTC teve um encontro com o Grupo Parlamentar do PCP. Na gravura, o camarada Uyn Gi Bok cumprimenta o camarada Carlos Brito



Os membros da delegação do Partido do Trabalho da Coreia foram recebidos igualmente pelo presidente da Assembleia da República, Oliveira Dias

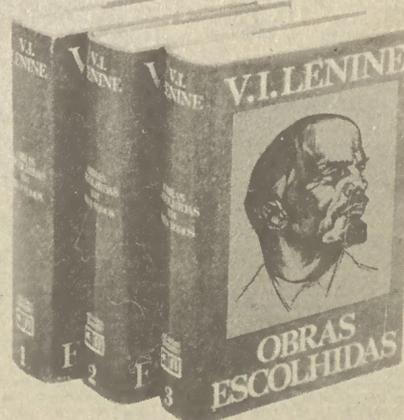


O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebeu a delegação do Partido do Trabalho da Coreia. Na gravura um aspecto da audiência que demorou mais de meia hora

## OBRAS ESCOLHIDAS DE V.I. LÉNINE

O ESSENCIAL DA OBRA DE LÉNINE NUMA TRADUÇÃO RIGOROSA

edições Avante!



## Contacto directo com a realidade portuguesa

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 28 de Outubro a 1 de Novembro, uma delegação do Partido do Trabalho da Coreia, dirigida por Uyn Gi Bok, membro suplente do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PTC e integrada também por Kim Yong Sun, membro do CC e vice-director do Departamento Internacional, Gang Seuk-Jou, chefe de Secção do Departamento Internacional do CC, Baek Ung Ho, funcionário do Partido e Mun Seng Guk, membro do Comité de Cultura para os Assuntos Internacionais.

A delegação do PTC foi recebida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP. Teve conversações com uma delegação do PCP composta por Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional e Luísa Araújo, membro suplente do Comité Central.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação do PTC foi recebida em Lisboa por uma delegação da DORL do PCP, composta por Carlos Aboim Inglês e Romeu Rosário, membros do Comité Central e Maria das Dores Bastos, e no Barreiro por uma delegação da DORS, composta por Américo Leal do Comité Central e Carlos Humberto.

Visitou a Câmara Municipal da Moita e encontrou-se com o Comité Português de Apoio à Reunificação Pacífica e Independente da Coreia.

Uyn Gi Bok foi recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes. Na Assembleia da República foi recebido pelo respectivo Presidente e encontrou-se ainda com os grupos parlamentares do PCP e do PS.

No final da visita, a delegação do PTC assistiu aos trabalhos da IV Assembleia da Organização da Célula da Quimigal/Barreiro do PCP, onde foi saudada por José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP e por todos os delegados e convidados presentes. Na ocasião usou da palavra Uyn Gi Bok.

As duas delegações procederam a uma ampla troca de informações sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos dois partidos.

A delegação do PCP informou sobre a luta dos comunistas portugueses, em estreita ligação com a classe operária e as massas populares, em defesa das conquistas

revolucionárias e do regime democrático consagrados na Constituição da República. Informou também sobre os persistentes esforços do PCP pela cooperação e unidade de acção de todas as forças democráticas para derrotar os planos subversivos da reacção e por uma alternativa democrática ao actual governo e à sua política.

A delegação do PTC informou sobre a orientação traçada no VI Congresso do PTC, sobre os êxitos alcançados pela RPDC na edificação do socialismo sob a direcção do PTC tendo à sua frente o camarada Kim Il Sung, sobre as propostas de criação da República Confederal Democrática de Koryo no quadro da acção persistente do PTC e da RDPC pela reunificação pacífica e independente da Coreia, grande objectivo dos povos do norte e sul da Coreia.

A delegação do PCP manifestou à delegação coreana o apreço dos comunistas portugueses pelos êxitos alcançados pelo povo da RPDC sob a direcção do PTC na construção do socialismo. Manifestou também a sua solidariedade à luta persistente e corajosa que os comunistas e o povo da RPDC têm desenvolvido em defesa da independência e soberania nacional, contra as provocações e agressões do imperialismo, pela reunificação pacífica e independente da sua pátria.

A delegação do PTC expressou a solidariedade dos comunistas e trabalhadores da República Popular Democrática da Coreia para com a luta do PCP e do povo português em defesa das conquistas da revolução de 25 de Abril e do regime democrático constitucional.

As duas delegações procederam também a uma troca de informações e opiniões sobre questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário.

No termo da visita a Portugal da delegação do PTC e das conversações realizadas com o PCP, caracterizadas por um ambiente de compreensão e amizade fraternais, as duas delegações reafirmaram a intenção de continuar a desenvolver as relações de amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido do Trabalho da Coreia, pelo fortalecimento da amizade entre os respectivos povos e o desenvolvimento das relações entre Portugal e a República Popular Democrática da Coreia.

PCP

# Visita da delegação do PCF chefiada pelo camarada Georges Marchais Reforçados os laços de amizade e solidariedade entre os dois partidos

«Esta é a terceira viagem que efectuo ao vosso país desde a queda da ditadura. De todas as vezes pude ver a coragem do vosso povo, a sua determinação de acabar com a miséria nesta terra onde poderia ser tão bom viver, e de assegurar o caminho de um futuro democrático. De todas as vezes pude avaliar, através do acolhimento reservado às nossas delegações, como são calorosos e profundos os laços que unem comunistas franceses e portugueses».

Estas, as palavras proferidas no final da sua intervenção no comício de amizade PCP/PCF realizado na passada sexta-feira, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, última etapa do programa oficial da sua estadia, pelo camarada Georges Marchais, secretário-geral do PCF. Palavras que exprimem de forma clara e simples os profundos laços de amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos irmãos e que quase poderíamos dizer, traçaram um breve balanço da visita de quatro dias ao nosso país efectuada pela delegação do PCF, da qual faziam parte além de Georges Marchais, os camaradas Maxime Graemetz, secretário do CC e membro do Bureau Político, do camarada Jean François Gav, do CC, e Roger Trugnan, da Secção de Política Exterior.

Recebida no aeroporto por uma delegação do PCP constituída pelos camaradas Alvaro Cunhal, secretário-geral, Albano Nunes, do CC e responsável pela Secção Internacional, e Jerónimo Sousa, membro suplente do CC e deputado à Assembleia da República, a delegação do

Marchais salientou que ela se ficou a dever à tomada de consciência dos franceses para a necessidade de se realizarem «mudanças, reformas e transformações democráticas de fundo».

Ainda no dia da chegada, a delegação do PCF teve um primeiro encontro oficial com uma delegação do PCP composta pelos camaradas Alvaro Cunhal, secretário-geral, Octávio Pato, membro a Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional e Jerónimo Sousa, membro suplente do CC.

## Com os órgãos de informação

No dia seguinte, 5.ª feira, logo ao princípio da manhã, uma conferência de imprensa realizada no Centro de Trabalho Vitícola iniciou um intenso programa que levaria depois a delegação do PCF até campos da Reforma Agrária.

Respondendo a uma pergunta sobre a acção do governo francês, o secretário-geral do PCF, acentuou «que é preciso estabilizar o emprego e começar a diminuir a curva do desemprego», acrescentando que no projecto nacional para 1982, actualmente em discussão na Assembleia Nacional, o seu partido fez «várias propostas para relançar a grande indústria, por fim aos estragos

capitalistas e intervir mais eficazmente no desemprego».

Depois de considerar que as eleições de Maio e Junho «não puseram termo à luta de classes» pois o grande patronato insiste em boicotar e combater as novas medidas, como por exemplo, a de tentar escapar de forma fraudulenta ao alcance das nacionalizações, o camarada Marchais, falando da experiência governativa PS/PCF, considerou que os quatro ministros comunistas no seio do governo «detêm ministérios importantes (Transportes, Saúde, Função Pública e Formação Profissional) onde desenvolvem uma grande actividade e respeitam a solidariedade governamental».

A seu ver isto não obsta, no entanto, que no Parlamento e a nível nacional cada partido tenha a sua acção própria. «O PCF não fará críticas injustificadas nem dará apoio incondicional à actuação do governo», — sublinhou.

Embora seja cedo para efectuar um balanço, o dirigente comunista frisou algumas medidas positivas levadas a cabo nestes cerca de cinco meses de governo, como sejam, entre outras, o aumento do salário mínimo, das pensões e do poder de compra dos trabalhadores, o controle das rendas, as nacionalizações de bancos e grandes grupos industriais.

Em resposta a uma pergunta sobre a participação da França na Aliança Atlântica, Georges Marchais esclareceu que o seu país, embora membro da NATO, «não faz parte do seu bloco militar», pelo que não se encontram envolvidos pelas decisões de instalação de mísseis nucleares norte-americanos na Europa Ocidental.

Ainda sobre este tema e sobre o movimento antinuclear na Europa, o nosso camarada referiu a grandiosa manifestação realizada recentemente em Bona, capital da Alemanha Federal, que considerou de grande importância quer pelo facto de ser a «primeira desde o 1930 a favor da Paz e do Desarmamento», quer pela impressionante participação de jovens no desfile.

Sobre este crescente movimento antinuclear, a que o vice-presidente dos EUA, George Bush, recentemente se referiu tentando retirá-lhe importância, o camarada Marchais ironizou a propósito dizendo que ele «faz das tripas coração» para minimizar o impacto das grandes acções de massas realizadas nas capitais da Europa Ocidental.

Para o PCF, segundo as palavras do camarada, o chamado eurocomunismo é uma «fórmula que a medida que o tempo avança passa de moda». Considerando assim que esta já

«está ultrapassada num mundo em plena evolução, onde as coisas não avançam de modo linear», e lembrou ainda que «o socialismo, a democracia, a causa da Paz, a Independência e a solidariedade dos povos andam para a frente», ao contrário do imperialismo que recua. Tanto assim é que «Reagan — acentuou — confunde a época actual em que é presidente com a época em que era actor de cinema, o que é uma pena para um grande país como os Estados Unidos e o seu povo».

## Conhecer a Reforma Agrária

Após a conferência de imprensa a delegação dirigiu-se para o concelho de Avis, distrito de Portalegre, onde a aguardavam no Centro de Trabalho do PCP daquela vila, os camaradas António Gervásio, da Comissão Política do CC, António Casarrinha, membro suplente do CC, José Luis, presidente da Cooperativa 1.ª de Maio e suplente do CC, o camarada Bartolomeu, presidente da Junta de Freguesia de Avis, Diamantino Dias, também membro do CC e vários outros camaradas das organizações concelhias e da Distrital de Portalegre.

Depois da apresentação de cumprimentos de boas vindas, o camarada Gervásio deu algumas informações sobre a vida e a organização do Partido na região, sobre a luta e o esforço dos trabalhadores para fazer frente à ofensiva contra a Reforma Agrária e aumentarem a produção.

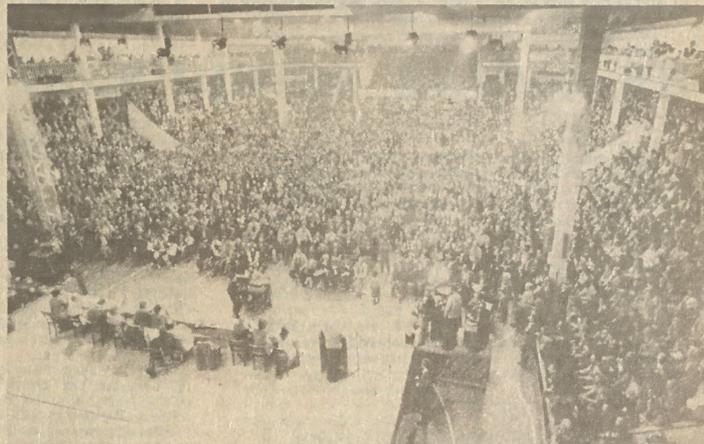
Ainda antes do almoço, que se realizou no refectório das instalações sociais da Cooperativa (local onde os trabalhadores se concentram todos os dias a partir das cinco da manhã antes de partirem para as herdades), a delegação percorreu a pé algumas ruas daquela vila alentejana, tendo visitado a creche da cooperativa, hoje frequentada por cerca de 60 crianças, e o Lar da Terceira Idade que alberga cerca de duas dezenas de pessoas, «todos os que — tal como informou uma das trabalhadoras — antes do 25 de Abril tinham uma vida de miséria, sobrevivendo à custa das esmolas que pediam na rua, mas apenas aos sábados pois nos outros dias os grandes senhores não autorizavam».

Ainda na vila, já depois do almoço, os camaradas franceses visitaram a oficina da cooperativa, onde são arranjadas todas as suas máquinas bem como as de muitos pequenos e médios agricultores da região, que começou com dois mecânicos, contando actualmente com 23 trabalhadores.

Seguiu-se uma breve passagem pelos cinco pavilhões recentemente construídos, que funcionam como armazém dos supermercados, dos adubos, do trigo, aveias e cevada para semente e como parque dos tractores e alfaias agrícolas.

Sempre acompanhada por camaradas da direcção da cooperativa que iam dando todas as explicações necessárias, a delegação visitou depois um estábulo de engorda na herdade do Rabaco, após o que se dirigiram às modernas instalações da vacaria da 1.ª de Maio, grande orgulho dos trabalhadores, onde ao tempo dos agrários apenas existiam duas vacas a dar leite para o patrão e onde hoje se encontram 389 vacas e novilhos das quais 192 estão a dar leite com uma média de produção na ordem dos 2500 litros por dia.

Já no final da visita à Cooperativa 1.ª de Maio, antes de regressar a Lisboa, a delegação teve ainda oportunidade de visitar a creche e o salão cultural situados na freguesia de S. António de Alcôrego (uma das três freguesias abrangidas pela área da Cooperativa).



Com o Pavilhão dos Desportos literalmente cheio, viveu-se uma bela jornada de solidariedade e internacionalismo proletário.

Ai, no decorrer de um breve encontro, foram prestados mais esclarecimentos sobre o funcionamento da Cooperativa, aplicação dos rendimentos, salários, sobre a ofensiva dos sucessivos governos de direita contra a Reforma Agrária e ainda sobre a vontade inquebrantável dos trabalhadores em defender esta preciosa conquista de Abril. «O proletariado do Sul tem características muito próprias: uma enorme vontade de trabalhar e de produzir», afirmou a propósito o camarada António Gervásio na sua exposição.

Intervindo a seguir, o camarada Marchais falou dos «laços fortes que nos unem ao PCP, laços que resistem a todas as condições da vida e da história». Depois de referir a sua «satisfação pelos resultados das últimas eleições, designadamente as de Loures», o nosso camarada acentuou ter percebido a importância e significância que representa a Reforma Agrária para os trabalhadores. «Isso vê-se — declarou — quando se olha e se ouve a maneira com vocês falam dessa conquista da Revolução».

## Encontro com Presidente da República

Cumprindo o programa da sua visita a delegação teve no

dia seguinte, sexta-feira, encontro na Assembleia da República com os grupos parlamentares do nosso Partido, do PS, do MDP/CDE e da UEDS, e com o Presidente da Assembleia da República. Em todos eles o camarada Marchais abordou a situação política em França e ouviu também a posição e o ponto de vista daqueles partidos sobre a situação política nacional.

O camarada Georges Marchais dirigiu-se depois ao Palácio de Belém em visita de cumprimentos onde foi recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes. A saída, classificou a audiência de «muito importante» e informou que manifestara ao Chefe de Estado português a disposição dos comunistas franceses em contribuir para o reforço e desenvolvimento da cooperação entre Portugal e França.

## Um comício fraterno e combativo

A noite, com o Pavilhão dos Desportos completamente cheio, num ambiente de grande combatividade e de solidariedade internacionalista, decorreu o comício de amizade PCP/PCF onde intervieram os secretários-gerais dos dois partidos, cujos discursos reproduzimos na integra noutro local.

Na mesa, para além dos camaradas da delegação francesa, encontravam-se presentes os camaradas Alvaro Cunhal, Octávio Pato, Albano Nunes, Jerónimo Sousa, Marília Cabral e Romeu. Seria, aliás, este camarada que presidiria ao comício proferindo no seu início uma breve intervenção em que referiu a dado passo que «o calor das nossas saudações traduz a fraterna camaradagem e solidariedade desde há muito existente entre os nossos dois partidos». «Traduz também — disse ainda — o conhecimento e relações entre os nossos dois povos, que entroncam na nossa história e cultura».

Diversas saudações de células e organismos do Partido foram enviadas à mesa, tendo ainda sido entregues diversas lembranças manufacturadas por colectivos do PCP do distrito de Lisboa. Também os Pioneiros, vivamente saudados por todos os presentes, subiram à tribuna para entregar flores aos camaradas franceses e manifestar-lhes a solidariedade dos pioneiros e das crianças portuguesas para com as crianças francesas.

No dia seguinte, antes da partida, a delegação francesa realizou um encontro oficial com a direcção do nosso Partido onde foi aprovado um comunicado conjunto que publicamos na integra.

No aeroporto, esteve a apresentar cumprimentos de despedida uma delegação do nosso Partido constituída pelos camaradas Alvaro Cunhal e Albano Nunes.



Encontro com o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República

## Comunicado conjunto PCP-PCF

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 28 a 31 de Outubro uma delegação do Partido Comunista Francês, dirigida por Georges Marchais, Secretário-Geral e integrada por Maxime Graemetz, Secretário do Comité Central e do Bureau Político, Jean François Gau, membro do Comité Central e Roger Trugnan, da Secção de Política Exterior.

A delegação do PCF visitou o concelho de Avis, Portalegre, onde foi recebida por António Gervásio, membro da Comissão Política e da Direcção da Organização Regional do Alentejo. Na Câmara Municipal de Avis, encontrou-se com o respectivo Presidente e restante veração. Visitou a UCP/Cooperativa «1.ª de Maio», onde confraternizou com os seus dirigentes e com numerosos trabalhadores.

Georges Marchais foi recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes.

A delegação foi recebida pelo Presidente da Assembleia da República e encontrou-se com representantes dos grupos parlamentares do PCP, do PS, do MDP e da UEDS. No dia 30 de Outubro, no decorrer de um comício realizado no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, Georges Marchais e Alvaro Cunhal realçaram a amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos e os dois povos.

A delegação do PCF teve conversações com uma delegação do PCP composta por Alvaro Cunhal, Secretário-Geral, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional e Jerónimo de Sousa, membro suplente do C. C.

Durante as conversações, que decorreram no ambiente de fraterno amizade que caracteriza as relações entre o PCP e o PCF, as duas delegações procederam a uma ampla troca de informações sobre a situação nos seus países, a actividade e tarefas mais actuais dos seus partidos e abordaram questões da actualidade internacional e do movimento comunista e operário.

A delegação do PCP informou sobre a luta concluída pelo PCP, em estreita ligação com a classe operária e as massas populares, em defesa das conquistas da Revolução de Abril, contra a revisão inconstitucional da Constituição, por uma alternativa democrática ao governo e à política actual. Referiu a contribuição dos comunistas e do povo português para o reforço da luta em defesa da paz e pelo desarmamento, que se encontra estreitamente ligada à luta contra a política de submissão do imperialismo do governo «AD» e em defesa da independência e soberania nacional.

A delegação do PCP saudou a vitória alcançada pelas forças democráticas francesas nas recentes eleições e a contribuição essencial dada pelos comunistas. Expressou a solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do PCF em defesa dos interesses da classe operária e do povo francês, pela paz e o socialismo.

A delegação do PCF sublinhou que em França, a vitória de esquerda deu início a um período novo da vida nacional. A participação dos ministros comunistas no governo constitui um precioso factor para o êxito do processo de transformações em curso. O Partido Comunista Francês realça com satisfação o facto de importantes medidas orientadas num sentido terem desde já sido empreendidas. Perante a viva resistência da grande burguesia, a solução dos importantes problemas que continuam a existir necessita da intervenção activa dos trabalhadores. O Partido Comunista Francês, que se situa lealmente na nova maioria, desenvolve a todos os níveis a sua própria acção, fazendo tudo para derrotar as manobras do grande capital, responder ao que esperam os trabalhadores e o país, para avançar pela democracia para o socialismo. O PCF expressou a sua solidariedade ao PCP na sua luta em defesa das conquistas da Revolução de Abril de 74, pela salvaguarda do regime democrático consagrado na Constituição.

As duas delegações constatarão, a partir da sua própria experiência, nas condições muito diferentes dos respectivos países, que o papel dos comunistas é fundamental para derrotar a direita e a reacção, defender e aprofundar a democracia, promo-

ver o progresso social, resolver os grandes problemas nacionais e avançar para o socialismo.

Examinando a situação internacional, o PCP e o PCF sublinharam que as realizações, o papel e a influência crescente dos países socialistas, os importantes sucessos alcançados pelos povos em luta pela sua libertação nacional e social, o desenvolvimento das lutas operárias e democráticas nos países capitalistas confirmam que o mundo continua a evoluir no sentido da democracia, da independência nacional, do progresso social e do socialismo. O imperialismo já não pode agir a seu bel prazer.

O imperialismo esforça-se por todos os meios ao seu alcance por salvaguardar as suas posições e mesmo por recuperar as perdas. Pratica uma política de ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Além disso, tenta de novo pôr em causa o equilíbrio das forças militares e obter a supremacia neste domínio. É o que demonstra o empenho da administração Reagan em obter a aplicação da decisão da OTAN de instalar novos mísseis nucleares na Europa, a decisão sobre a produção da bomba de neutrões, o considerável reforço do arsenal de armas de destruição massiva e os seus cálculos sobre a possibilidade de uma «guerra nuclear limitada» no nosso continente. É igualmente o que confirma a sua recusa em considerar as propostas construtivas sobre o desarmamento apresentadas pela União Soviética. Os dois partidos condenam firmemente esta política perigosa, que é necessário derrotar.

A agressividade do imperialismo não é um sinal de força, traduz antes as suas dificuldades perante um mundo que escapa cada vez mais ao seu domínio. E disso uma prova significativa o movimento popular pela paz e o desarmamento que se desenvolve na Europa, com a participação de milhões de homens, mulheres e jovens de opiniões políticas, filosóficas ou religiosas muito diversas. Expressando a sua satisfação por este importante movimento, os dois partidos entendem continuar a prestar-lhe o seu activo contributo.

O PCP e o PCF pronunciam-se contra a instalação de novas armas nucleares no nosso continente, pela abertura imediata de negociações com vista a alcançar-se a limitação e a redução de todas as armas de médio alcance na Europa, pela redução equilibrada e progressiva de todos os armamentos, pela dissolução simultânea dos blocos militares, pelo êxito do encontro de Madrid.

Os dois partidos consideram indissolúvelmente ligadas a luta pela paz e a luta dos povos pela democracia, o progresso social e o socialismo, ainda que possuam objectivos concretos diferenciados e processos específicos de desenvolvimento.

As delegações do PCP e do PCF afirmaram que na actual situação mundial os dois partidos entendem ser da mais alta importância a solidariedade recíproca entre todas as forças revolucionárias.

Manifestaram a sua solidariedade para com todos os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo, pela democracia, a independência nacional, o progresso, a paz e o socialismo. Expressaram em particular a sua solidariedade para com o MPLA-Partido do Trabalho e o povo da República Popular de Angola, na sua luta para rechaçar as tropas invasoras sul-africanas, defender a soberania e a integridade territorial da sua pátria, prosseguir pela via do socialismo. Expressaram também a sua solidariedade para com o Partido Fretilim e o povo moçambicano e os outros povos da África Austral.

As duas delegações expressaram a determinação dos seus partidos de continuar a agir para o reforço dos laços de amizade entre o povo português e o povo francês e o desenvolvimento da cooperação entre Portugal e a França, nomeadamente nos domínios económico, político, diplomático e cultural, no interesse dos dois países.

O PCP e o PCF felicitam-se pelas relações de amizade e solidariedade que os unem. Acordaram em reforçar e aprofundar estas relações tendo para o efeito decidido novas iniciativas de cooperação.

31 de Outubro de 1981



Em visita de cumprimentos, o camarada Georges Marchais foi recebido no Palácio de Belém pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes



A visita à Cooperativa 1.ª de Maio proporcionou aos nossos camaradas um contacto directo e vivo com a realidade da Reforma Agrária



No decorrer dos encontros com os grupos parlamentares do MDP/CDE, PS, UEDS, e com o Presidente da A.R. foram trocadas opiniões e pontos de vista sobre a situação nos dois países

Delegações  
de partidos irmãos  
em Portugal

PCP

# Álvaro Cunhal no comício de amizade PCP-PCF

## «Já teríamos perdido a liberdade se não defendéssemos o palmo a palmo (com determinação e confiança) as outras conquistas da Revolução»

**Camaradas:**  
É para todos nós motivo de alegria ter aqui conosco o camarada Georges Marchais com uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Francês, partido cuja história gloriosa está bem viva no coração dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal. A visita de uma delegação do PCF é sempre para nós motivo de alegria. Mas, neste caso, existe um motivo suplementar.

É o facto de nos visitar a delegação do PCF num momento de grande significado na vida política de França e da Europa, conforme claramente resulta de tudo quanto o camarada G. Marchais disse há pouco no seu discurso.

**Nós saudamos calorosamente o PCF pelo afastamento das forças de direita do Poder que detinham há 25 anos, pela formação de um governo democrático, pela participação do PCF no governo de França.**

### A nova situação política em França

Qual o significado para Portugal destas modificações na situação política francesa?

Desde 1975/76, combatendo a democratização da vida nacional e particularmente as transformações democráticas mais profundas que o povo conquistou e que o PCP teimava (como teima) em defender, tanto a reacção como o secretário-geral do PS, afirmavam que Portugal não podia andar para a esquerda, porque a Europa estava a andar para a direita com governos de direita inamovivelmente fixados no Poder.

O que mostraram as eleições francesas?  
Mostraram (juntamente com outros acontecimentos noutros países europeus) que a Europa deixou de andar para a direita e que está agora a andar para a esquerda.

Também em Portugal, como temos insistido, é possível uma tal viragem.

Desde 1975/76 as mesmas forças e personalidades repetem exaustivamente que os comunistas pouco ou nenhum papel podem desempenhar numa alternativa democrática.

O que mostraram as eleições francesas?  
Mostraram que a contribuição dos comunistas não só é importante, como é indispensável para derrotar a reacção e para abrir caminho a uma alternativa democrática.

Também em Portugal, como temos insistido e a vida tem mostrado, nenhuma alternativa democrática é possível sem o PCP e muito menos contra o PCP.

Desde 1975/76, as mesmas forças e personalidades repetem que em Portugal (assim como nos outros países da Europa capitalista) os comunistas não podem participar no governo porque os Estados Unidos e a NATO não aceitam a participação dos comunistas em governos dos países da Europa ocidental.

O que mostraram as eleições francesas?  
Mostraram que o imperialismo não pode impedir a participação dos comunistas nos governos dos países capitalistas da Europa, desde o momento em que os povos dos respectivos países decidam essa participação.

Trata-se de três conclusões de elevado significado para nós, portugueses.

A inversão para a esquerda da tendência da evolução da política europeia é agora um facto.

Não são só as eleições francesas, que o testemunham. Foram também as eleições do Chipre, onde o partido irmão, o AKEL, ganhou recentemente as eleições. Foram, há poucos dias, as eleições na Grécia, onde a direita foi igualmente corrida do Poder e onde os comunistas reforçaram as suas posições e desempenharam positivo papel para a viragem e a formação de um governo democrático.

Mário Soares felicitou Papandreu da sua vitória, como antes tinha felicitado F. Mitterrand.

Mas não felicitou Papandreu (e nós felicitamo-lo) por defender a saída da Grécia do Mercado Comum e da NATO e porque essa posição contribuiu para a sua vitória.

Não felicitou F. Mitterrand (e nós felicitamo-lo) porque, respondendo às pressões americanas contra a participação do PCF no governo, disse que a composição política do governo da França só aos franceses cabe decidir.

A mudança da situação em França e na Grécia reforça as teses e posições que temos defendido em relação a Portugal: é possível em Portugal correr a direita do Poder e alcançar uma alternativa democrática. Mas estes objectivos só poderão ser alcançados com o PCP e não contra o PCP.

E mais do que isso. Mais dia menos dia, a questão da participação dos comunistas no governo virá a colocar-se como indispensável para que um governo democrático possa dar solução aos grandes problemas nacionais.

Tal ideia não agrada aos americanos? Naturalmente que não e desde o 25 de Abril já assistimos a numerosas pressões e ingerências contra a participação do PCP no governo.

Mas também em Portugal se deve dizer:

**É aos portugueses que cabe determinar a composição política do governo de Portugal e no dia em que o Povo português decide a participação do PCP no governo, o PCP participará no Governo, agrade ou não agrade ao imperialismo norte-americano e às forças reacçãoárias da Europa.**

### O desenvolvimento da luta pela paz

O avanço das forças democráticas e a evolução para a esquerda da situação política na Europa aparece com evidência na grandiosa movimentação de protesto contra a política de Reagan, contra a corrida aos armamentos, contra o fabrico da bomba de neutrões, contra a instalação nos países europeus dos novos mísseis norte-americanos.

Nós saudamos o grandioso movimento de massas que está em pleno desenvolvimento na Europa contra a instalação de novos mísseis americanos e contra a política belicista de Reagan.

Não exageramos quando falamos dos perigos mortais da instalação (exigida por Reagan) dos mísseis norte-americanos na Europa.

Foi o próprio Reagan que pôs tudo a claro, ao fazer a afirmação de que admitia o desencadeamento na Europa de «uma guerra nuclear limitada». Isto é: de uma guerra em que os países capitalistas europeus, para tirarem as castanhas do lume para o imperialismo norte-americano comer, disparassem do seu território contra a URSS e outros países socialistas os novos mísseis nucleares, e fossem naturalmente bombardeados e destruídos, em resposta, pelos mísseis soviéticos.

Os Estados Unidos ficaram de fora para depois, com uma Europa transformada num gigantesco montão de escombros e num cemitério, declarar no mundo o definitivo poder hegemónico do imperialismo norte-americano.

Estas monstruosas declarações do Presidente dos Estados Unidos como nos lembramos, provocaram uma vaga de protestos de governos de toda a Europa. De toda a Europa, menos do Governo português.

Nesse preciso momento da admissão por Reagan da «guerra nuclear limitada», o Ministro da Defesa do Governo «AD», Freitas do Amaral, que se tem manifestado favorável à instalação de mísseis em território português repeliu, numa reunião da NATO realizada na Inglaterra, o elogio da política belicista dos Estados Unidos.

Vê-se que o perigo não resulta apenas das posições do imperialismo norte-americano. O perigo para nós, portugueses, resulta directamente do Governo «AD» que neste momento detém as rédeas do Poder, um Governo reacçãoário, que procura ganhar o apoio dos Estados Unidos para o seu plano de liquidação do regime democrático lambendo as botas de Reagan e pondo Portugal ao serviço dos seus planos belicistas e aventureiristas.

O PCP opõe-se firmemente à instalação de novos mísseis no território português, o que representaria uma ameaça directa à segurança e até à própria existência de Portugal.

Opomo-nos ao armazenamento de armas nucleares em Portugal, ao alargamento das bases militares estrangeiras à utiliza-

ção dos nossos portos por porta-aviões ou submarinos atómicos, à construção do oleoduto para abastecimento da armada dos Estados Unidos.

Opomo-nos firmemente a que Portugal enverede por um caminho que, numa «guerra nuclear limitada» provocada pelos aventureiristas norte-americanos, o poderia condenar a dar a sua vida e a sua existência, como contribuição para o domínio mundial do imperialismo norte-americano.

A luta pela paz é hoje uma das grandes frentes da luta dos povos. Estamos profundamente convencidos de que a política belicista e aventureirista de Reagan será derrotada e que os povos farão triunfar o desanuviamento, a negociação, a coexistência pacífica, a cooperação entre os povos e Estados. Os povos em luta farão recuar a política de guerra. Os povos em luta saberão defender a paz.

Nós em Portugal temos que desenvolver com mais dinamismo a luta pela paz com os seus objectivos gerais específicos comuns a todos os povos da Europa, com as suas organizações e formas de acção próprias.

Mas não devemos perder de vista que em Portugal, no momento presente, a luta pela paz, pela segurança, contra a instalação dos mísseis em território português insere-se na grande batalha política em curso em defesa do regime democrático.

A luta contra o Governo «AD», pela demissão do Governo «AD», por uma alternativa democrática é por isso também uma frente importante e mesmo decisiva da luta pela paz.

### As grandes forças da transformação do mundo

A política belicista e aventureirista de Reagan só é possível na base do enorme potencial económico e militar dos Estados Unidos.

Mas essa política não aparece como revelação do reforço, de vitórias, do engrandecimento do imperialismo, mas como sinal da sua crise, da sua decomposição, das suas sucessivas derrotas históricas, da redução progressiva da sua dominação e da sua influência mundiais.

Aparece, não como desenvolvimento dum processo de avanço do imperialismo, mas como tentativa de estancar e, se possível, fazer retroceder, o avanço vitorioso das forças revolucionárias que, num processo impetuoso e irresistível, ainda que irregular, estão transformando a face do nosso planeta.

A evolução mundial tem actualmente como força determinante, não o imperialismo e a reacção, mas as grandes forças revolucionárias da época actual: a URSS e os outros países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

Nestas quatro frentes principais, as forças motoras da grande transformação no sentido da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz, do socialismo e do comunismo, complementam-se no processo da evolução mundial e são, objectiva e subjectivamente, reciprocamente solidárias.

A URSS e os outros países socialistas constituem, pelas suas realizações, pela sua influência mundial, pela sua atitude de solidariedade activa e internacionalista, pela sua política de paz, exemplos inspiradores da determinação de luta dos trabalhadores e dos povos ainda explorados e dominados pelo imperialismo e a mais sólida fortaleza dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

É por isso que a reacção, utilizando meios poderosos, desinformando, mentindo, caluniando, inventando, conduz sem cessar a sua gigantesca campanha anti-soviética e contra os países socialistas em geral.

É por isso também que, pela nossa parte, informamos incessantemente o Povo português das grandes realizações históricas da URSS e dos países socialistas, da construção do socialismo e do comunismo e de tudo quanto o socialismo e o comunismo representam para o bem-estar, a cultura, a liberdade do ser humano.

O movimento operário e em particular os partidos comunistas e operários dos países capitalistas, constituem outra força essencial na luta anti-imperialista e pela transformação política e social nos respectivos países.

A força e influência dos partidos comunistas é muito variável de país para país. Muitos lutam em cruéis condições de clandestinidade. Muitos não têm uma influência de massas correspondente às suas tarefas nacionais. Mas não só, em muitos países capitalistas, os partidos comunistas têm uma influência real, como toda a experiência mundial tem mostrado que é aos comunistas que o futuro pertence.

O movimento de libertação nacional alcançou nas últimas décadas, vitórias históricas que transformaram radicalmente a situação em grande parte da Terra. Foi a derrocada do sistema colonial. Foi a libertação do jugo colonial e nacional, com a conquista da independência por muitas dezenas de povos e nações.

Para nós, comunistas portugueses, o movimento de libertação nacional e as suas vitórias têm particular significado, porque, tendo Portugal sido um país colonialista e tendo os fascistas e colonialistas portugueses arrastado Portugal a uma criminosa guerra com povos que lutavam pela sua independência, a nossa luta, dos comunistas portugueses, foi sempre activamente solidária para com a luta que os movimentos de libertação nacional travaram contra o colonialismo português, assim como esses movimentos sempre foram activamente solidários para com a luta dos comunistas e do povo de Portugal contra a ditadura fascista. Embora distantes, combatemos lado a lado como irmãos. E assim como os movimentos de libertação deram contribuição valiosa para criar condições para que o Povo português se libertasse do fascismo, assim o nosso Partido e outras forças progressistas de Portugal deram contribuição valiosa para apressar a libertação dos povos oprimidos pelo colonialismo português.

Para nós foi motivo de profunda satisfação revolucionária, que se tenham conjugado e coincido no tempo e com recíproca influência, a conquista da independência dos povos submetidos ao colonialismo português e a conquista da liberdade pelo Povo português tirando meio século por uma ditadura fascista.

Para nós, comunistas portugueses, é também motivo de profunda satisfação revolucionária que movimentos de libertação como a FRELIMO e o MPLA, alcançada a independência e constituindo governo, se tenham transformado em partidos revolucionários de vanguarda, tenham encontrado no marxismo-leninismo o «guia para a acção» e tenham traçado como programa do partido, do povo e do país respectivo a construção do socialismo. Quanto aos países progressistas, países que assumem uma firme posição anti-imperialista e que procuram levar a cabo profundas reformas sociais, o seu valioso papel afirma-se com o tempo.

Em relação a muitos deles, o nosso Partido mantém boas relações de amizade e cooperação com as forças políticas que os dirigem.

A situação mundial e a situação em cada país tornam impetuosa a unidade destas grandes forças motoras da transformação social.

A solidariedade recíproca é essencial. No que respeita ao nosso partido, é uma constante da nossa acção a activa solidariedade para com todas elas.

Somos solidários para com a URSS, os outros países socialistas, para com a Polónia socialista que se defende de acções contra-revolucionárias, para com o Vietnã, Laos e Kampuchea vítimas de repetidas agressões dos hegemónistas de Pequim, para com a luta do povo do Afeganistão em defesa da sua revolução democrática e anti-imperialista.

Somos solidários para com o povo da Namíbia e a SWAPO, para com o povo de Angola vítima de agressões militares criminosas dos racistas sul-africanos empurrados pelo imperialismo norte-americano, para com o povo de Moçambique igualmente vítima de agressões sul-africanas.

Somos solidários para com a luta dos povos da América Latina, para com o povo de Salvador, para com todos aqueles que sofrem a opressão de ditaduras fascistas, para com a revolução da Nicarágua dirigida pela Frente Sandinista.

Somos solidários para com a causa do povo palestino e a causa dos povos árabes.

Somos solidários para com todos os partidos irmãos e para com as forças revolucionárias de todos os países.

Para a unidade das forças revolucionárias, o apoio recíproco, a solidariedade recíproca é um elemento importante.

Mas, a situação actual exige mais que a solidariedade recíproca. Exige cooperação, exige convergência de esforços, exige acção comum.

É com esse espírito que se desenvolvem as relações de amizade fraternal existentes entre o PCP e o PCF.

Somos mútua e activamente solidários. E é nossa disposição comum reforçar os laços de amizade e cooperação entre os dois partidos, relações que, além do mais, constituem elevada expressão de amizade entre o Povo português e o povo francês e uma contribuição para o amplo desenvolvimento das relações entre Portugal e a França.

### Originalidade dos caminhos e ensinamentos universais

O processo de transformação revolucionária do mundo iniciado com a construção do primeiro Estado de operários e camponeses em Outubro de 1917 alargou-se a todos os continentes e desenvolveu-se nas condições económicas e políticas mais variadas.

O caminho revolucionário, o papel das diversas classes sociais, os sistemas de aliança, as características das vanguardas, as formas organizativas, os métodos de acção, o papel das massas, tendem a diversificar-se na medida em que são cada vez mais diversas as condições concretas em que os processos revolucionários se desenvolvem.

Sendo um acontecimento de alcance histórico universal que a construção do socialismo se coloca como objectivo de países nos mais variados estádios de desenvolvimento, seria um absurdo pensar que existem soluções de validade universal para os problemas concretos que cada país enfrenta.

Há ideias, métodos, experiências, ensinamentos e lições que se verificam ser aplicáveis em muito diversas condições concretas. Mas são validamente aplicáveis, não porque sejam copiados ou imitados, mas porque, sujeitos a um exame crítico, mostram a sua validade.

É de tal forma evidente e tão geralmente reconhecido no mundo actual que as revoluções não se copiam nem se imitam, que não há «modelos» e muito menos um «modelo» único de socialismo, que quase se pode perguntar a razão por que se afirma que assim é.

Pela nossa parte afirmamo-lo, não porque pensemos existirem comunistas que defendam a cópia de «modelos» de socialismo, não para nos distanciarmos de tais hipóteses camaradas, mas porque constantemente os inimigos do comunismo atribuem aos comunistas uma tal ideia.

No que respeita a Portugal, é completamente gratuito afirmar (como fazem detractores do nosso Partido) que na revolução portuguesa, o PCP quis «imitar» ou «copiar» tal ou tal «modelo» de revolução.

O carácter e os objectivos da revolução antifascista portuguesa, definida em 1965 pelo nosso Partido como uma revolução democrática e nacional, foram estabelecidas na base do exame profundo da realidade portuguesa, tendo simultaneamente em conta traços característicos gerais do capitalismo e traços específicos e originais da situação portuguesa.

Foi importante discernir novos caminhos, novas rotas, novos processos, novos métodos, não através de especulações separadas da vida, mas como respostas à própria vida, às novas situações e aos novos fenómenos.

A revolução portuguesa, confirmando experiências históricas gerais de outras revoluções, revelou ao mesmo tempo com intensidade uma rica originalidade de objectivos, de processos, de métodos, de soluções.

A fusão da democracia política e da democracia económica, as transformações revolucionárias das estruturas económico-sociais levadas a cabo pela acção das massas sem o poder político e mesmo contra o poder político, o peso relativo da balança de forças e do processo eleitoral, a aliança do povo e das Forças Armadas, os sistemas de controlo de gestão pelos trabalhadores, a intervenção das massas na solução dos grandes problemas nacionais, a forma de organizar as novas explorações agrícolas das unidades colectivas de produção, são entre outras, características específicas originais da revolução portuguesa atestando o espírito criativo da classe operária, dos trabalhadores, e do nosso próprio Partido.

O regime democrático português saiu da revolução e os seus traços fundamentais correspondem às exigências da situação concreta nacional.

As liberdades e direitos dos cidadãos são parte integrante do regime democrático. Mas são também parte integrante do regime democrático, as Nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão, o Poder Local e outras grandes conquistas democráticas do nosso povo.

A liquidação dos monopólios e dos latifúndios, as nacionalizações e a Reforma Agrária não foram medidas precipitadas, não foram consequência de qualquer decisão voluntarista dum vanguarda ignorante das realidades e separada das massas. Além de grandes transformações democráticas, foram medidas de defesa das próprias liberdades, da própria democracia política. E pode afirmar-se que já há muito teríamos perdido as liberdades e a democracia política se não tivéssemos defendido o palmo a palmo, com determinação e confiança, as outras grandes conquistas da Revolução portuguesa.

Por isso a luta continua. Em defesa da liberdade. Em defesa dos direitos dos trabalhadores. Em defesa do nível de vida do povo. Em defesa das Nacionalizações. Em defesa da Reforma Agrária. Em defesa do regime democrático consagrado na Constituição e que corresponde inteiramente aos interesses e às aspirações mais profundas dos trabalhadores e de todo o povo de Portugal.

### A reacção no Poder

Durante 6 anos, sucessivos governos desencadearam sucessivas ofensivas contra as grandes conquistas da revolução, designadamente as Nacionalizações e a Reforma Agrária.

É uma sórdida história de violações da Constituição e da legalidade democrática, de decisões arbitrárias, de favoritismos e corrupções, de abusos de autoridade, de roubos, de violências e de crimes.

Seis anos de ofensiva sucessiva de sucessivos governos. Mas também 6 anos de luta heróica da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares. Seis anos de resistência. Seis anos de determinação e de confiança no futuro.

É por isso que, até hoje, embora a reacção disponha do Governo e da maioria na Assembleia da República, ainda não conseguiu reprivatizar um só dos sectores ou uma só das grandes empresas nacionalizadas.

É por isso que, apesar das feridas profundas abertas na Reforma Agrária, a Reforma Agrária, pela luta heróica do proletariado rural alentejano e ribatejano, continua de pé, resistindo e trabalhando a passar à contra-ofensiva no dia em que a reacção seja corrida do Poder.

As forças reacçãoárias aprenderam com a vida que a liquidação das conquistas revolucionárias não era tão fácil como haviam julgado. Aprenderam que o Povo português, exercendo as liberdades e direitos democráticos conferidos pela Constituição, podendo falar, organizar-se, reunir-se, manifestar-se, é uma barreira invencível.

Por isso a reacção passou ao ataque frontal e global contra o regime democrático e contra a Constituição, a Lei Fundamental que o institui.

O plano subversivo e golpista da «AD» em 1980, de liquidação do regime democrático, deveria culminar com a eleição do general fascista, Soares Carneiro, para Presidente da República e a consequente tomada pela reacção de todos os órgãos de soberania e das chefias das Forças Armadas.

Esse objectivo não foi porém alcançado. Não foi alcançado apesar da quase monopolização pela «AD» dos meios de comunicação social. Não foi alcançado apesar do secretário-geral do PS, Mário Soares, ter retirado à última da hora o apoio ao candidato Ramalho Eanes que tinha sido proposto pelo próprio PS e ter procurado arrastar o PS para essa sua posição, — o que a ter sucedido teria podido significar a vitória do general fascista Soares Carneiro, e a consequente tomada total do Poder pela coligação reacçãoária.

Não foi alcançado, porque a opinião democrática, — incluindo socialistas, comunistas e numerosos sectores de democratas independentes, — elegeram em 7 de Dezembro, Ramalho Eanes para Presidente e assim fez fracassar o plano subversivo e golpista «AD»/1980.

As eleições de 7 de Dezembro de certa forma rectificaram o resultado das eleições para a Assembleia da República de 5 de Outubro, mostraram a existência dum campo maioritário susceptível de ser a base de apoio de uma alternativa democrática.

Entretanto, formou-se um novo Governo «AD» e isso se deve novamente em parte à posição do secretário-geral do PS que defendeu que só um novo governo «AD» deveria ser formado.

O governo «AD»/Balsemão n.º 1 embora com mudanças de fachada, prosseguiu o fundamental a política do governo anterior. Não resolveu, antes agravou todos os problemas nacionais. Provocou a rápida deterioração das condições de vida do povo. Levantou contra si um vaga de lutas e protestos. Desmoralizada pelo insucesso da sua política e batida pela luta popular, a «AD» acusou fortes tensões, divisões, divergências e conflitos internos.

No caído de cultura de crise económica, social e política profunda resultante da política da «AD», germinou a crise da própria «AD» e do seu governo e a demissão do Governo «AD»/Balsemão n.º 1.

Foi uma oportunidade extraordinariamente favorável para afastar a «AD» do governo. Mas, por um lado e novamente, lançando uma bóia de salvação à reacção, Mário Soares insistiu em que um novo governo «AD» deveria ser formado. E, por outro lado outros órgãos de soberania não avaliaram talvez os perigos que resultariam de um novo governo com a mesma composição política e agravado com a entrada do conspirador Freitas do Amaral para ministro da Defesa.

É esta a situação em que nos encontramos. É urgente modificar a e ela pode ser modificada. É urgente demitir este governo reacçãoário que, por toda a sua acção inconstitucional e ilegal, pela sua completa incapacidade para resolver os problemas nacionais, pela sua actuação desestabilizadora, pela sua sistemática «guerrilha» contra outros órgãos de soberania perante os quais aliás responde constitucionalmente, pelo seu plano subversivo e golpista para liquidação do regime democrático, perdeu há muito a legitimidade para governar.

O PCP, pela sua parte, insiste: É urgente que o Governo «AD» vá para a rua. É urgente uma alternativa que afaste os perigos sérios que pesam sobre o regime democrático.

### A democracia portuguesa em perigo

O plano subversivo e golpista da «AD» de liquidação do regime democrático centra-se actualmente na revisão da Constituição. E, na revisão da Constituição, a «AD» aponta com brutal franqueza, o seu grande objectivo: a transferência para o Governo das competências militares do Presidente da República e do Conselho da Revolução.

Neste momento e no imediato a «AD» sacrifica a este objectivo todos os outros. Não interessa à «AD» que a situação económica e financeira do País caminhe para o desastre. Não interessa à «AD» que todos os défices alinhem somas fabulosas. Não interessa à «AD» a degradação das condições de vida do povo, que aliás faz parte da sua política.

Para a «AD» o objectivo principal, actual, fundamental, indispensável para levar por diante o seu plano subversivo e golpista é tirar do Presidente da República e passar para o Governo, passar para Freitas do Amaral e seus acólitos, as competências militares fundamentais que actualmente cabem ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução.

Quando se formou o primeiro governo «AD», Freitas do Amaral proclamou que a entrada no Mercado Comum era «a prioridade das prioridades» da «AD». Agora pode dizer-se: ganhar para o Governo a competência para nomear os chefes das Forças Armadas e poder assim reconstituir uma hierarquia militar fascizante e uma linha de comando que dê à reacção o suporte armado, militar, para o golpe em curso contra a democracia — isto é a prioridade das prioridades da «AD» no Governo e na Assembleia.

Entretanto, a «AD» sózinha não pode levar por diante um tal golpe. Ela precisa de dois terços de votos na Assembleia. E os deputados da «AD» são menos de dois terços. Mário Soares e a Comissão Permanente do PS mostram-se dispostos a dar à «AD» esses dois terços.

Pode observar-se que, no que respeita às chefias militares, o texto sobre o qual foi estabelecido acordo entre o PS e a «AD» não é o texto proposto pela «AD» que passava para o governo a competência de nomear os chefes de Estados-Maior, mas o texto proposto pela FRS, que aparentemente mantém para o Presidente o poder de nomear, mas que obriga a nomear por proposta do governo.

Entretanto, esta proposta da FRS (se fosse aprovada) teria na prática os mesmos efeitos da proposta da «AD». Seria sem qualquer dúvida, na prática, a passagem para o governo da nomeação dos chefes militares, seria a governamentalização e a partidarização das Forças Armadas pela «AD» e é por isso que a «AD» desistiu da sua própria proposta e aceita votar em comum com o PS a proposta da FRS.

É preciso que todos os portugueses e as instituições tenham consciência do que representaria uma tal alteração da Constituição, no caso de ser aprovada.

Do que se trata não é de uma revisão da Constituição nos termos legais. Do que se trata é de um golpe de Estado feito a coberto da revisão da Constituição.

Não é simples coincidência que, na altura da discussão desta questão na Assembleia da República, a «AD» tenha lançado uma série de operações desestabilizadoras das Forças Armadas: foi o «relatório de Timor», foi a venenosa especulação em torno do «documento Melo Egídio», foi a campanha brutal de contestação ao CEMGFA do direito de se pronunciar acerca de quem deve nomear as chefias militares.

O golpe está em marcha.

Atinge os raios do cinismo viem agora o secretário-geral, a Comissão Política do PS e outros dirigentes do PS/pró-soaristas proclamarem que «o objectivo» do PS «é derrotar a AD», que o PS não faz alianças com a «AD», que o PS prepara mesmo «uma viragem à esquerda», no mesmo momento em que chegam a acordo com a «AD» para tirar do Presidente da República a competência efectiva de nomear os chefes militares, e para passá-la para o Governo «AD», ou seja no mesmo momento em que se dispõem a satisfazer à «AD» «a prioridade das prioridades» do seu plano subversivo e golpista de liquidação do regime democrático através da revisão da Constituição.

O perigo é real e por isso é necessário esconjurá-lo. É absolutamente possível, na base da Constituição e das instituições afastar o perigo da consumação do golpe de Estado em curso.

A demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a nomeação dum governo de gestão, a convocação de eleições gerais para que o Povo português possa decidir, são há muito propostas do PCP para solucionar a crise e salvar Portugal de Abril.

As eleições parciais têm mostrado que a base de apoio social, política e eleitoral da «AD» se reduz rapidamente.

Por toda a parte onde têm lugar eleições parciais para as autarquias, a «AD» vem por aí abaixo, perdendo milhares de votos.

Também as eleições parciais e designadamente as de Loures têm mostrado que a estratégia de Mário Soares de aliança com a direita é uma estratégia de derrota para o próprio PS.

Delegações de partidos irmãos em Portugal

Georges Marchais no comício de amizade PCP-PCF «Não há dúvida que o mundo se move! E move-se no bom sentido!»

Em eleições verdadeiramente democráticas, a «AD» sofreria uma estrondosa derrota e, com a derrota eleitoral, perderia a dinâmica da ofensiva, cairia por terra o seu plano subversivo e gopista e abrir-se-ia o caminho (não fácil, mas possível) para uma alternativa democrática.

Balança de forças favorável a uma solução democrática

A «AD» está arrogante. Mas a «AD» tem medo. Tem medo porque sente fugir-lhe de baixo dos pés a sua base de apoio social, político e eleitoral. Tem medo porque a situação económica e financeira se degrada dia a dia rapidamente e essa evolução não pode deixar de provocar profundo descontentamento em largas camadas da população. Tem medo porque a situação social se agrava e uma nova vaga de lutas da classe operária e das massas populares ameaça abalar os já frágeis alicerces da coligação reaccionária. Tem medo porque a influência, o prestígio e o apoio de massas do PCP cresce dia a dia rapidamente, como bem mostram praticamente todas as eleições parciais recentemente realizadas. Tem medo porque no PS dirigentes conhecidos, militantes a todos os níveis, eleitores, se pronunciam firmemente contra a aliança do PS com a «AD», contra a retirada dos poderes ao Presidente da República e pela defesa do regime e da Constituição. Tem medo porque na própria «AD», com o fracasso da sua política e a incerteza do seu futuro, as rivalidades, os conflitos, as ambições, os interesses mesquinhos, estorçam cada dia, por vezes de forma espectacular como foi a derrota à primeira volta do candidato CDS à Presidência da Assembleia da República. Tem medo porque o próprio projecto de tirar as competências para designar os CEM ao Presidente (que é comandante Supremo das Forças Armadas) contraria princípios básicos da orgânica militar e provoca posições desfavoráveis na área militar, mesmo em sectores ideologicamente próximos da «AD». Tem medo porque os tiros desestabilizadores contra as Forças Armadas (o relatório de Timor, a campanha contra declarações do CEMGFA, e outros) lhe estão a sair pela culatra pois, segundo que para aí corre, em vez de atrair apoios para a «AD» reforça a coesão nas Forças Armadas. A «AD» tem medo e tem razões para ter medo. Porque apesar do plano subversivo e gopista em marcha, a reacção está cada dia mais fraca e as forças da democracia são cada dia mais vastas e poderosas. A balança de forças é favorável à democracia. O essencial para derrotar o plano subversivo e gopista da «AD» é a unidade dos trabalhadores, é a unidade dos democratas, a decisão e determinação de todos quantos querem assegurar o prosseguimento do Portugal de Abril. Isso é possível? Sim, é possível. Um grandioso movimento unitário para defesa da democracia está em desenvolvimento. Não adquire ainda uma expressão organizada. Mas constitui já uma série de poderosas

Queridos amigos e camaradas portugueses Há sete anos, praticamente nesta mesma data e nesta mesma sala tive o privilégio de me dirigir a vós. Foi logo a seguir à Revolução de Abril. Não esqueço a emoção e a alegria que senti de encontrar camaradas e amigos finalmente saídos da luta clandestina e em muitos casos das sombrias prisões de Salazar e Caetano. É a mesma alegria que sinto esta noite ao encontrar-me de novo entre vós.

Em sete anos muitos acontecimentos tiveram lugar no vosso país. As forças reaccionárias, com os seus aliados no exterior, gostariam hoje de recuperar os seus antigos privilégios e de tirar ao movimento popular os frutos das suas vitórias. Desencadeiam ataques contra as liberdades, contra a reforma agrária e as nacionalizações, contra os direitos dos trabalhadores nas empresas, consagrados na Constituição do vosso país.

Mas esses que não acompanham a marcha da História não conseguiram amordaçar o povo português. Gostaria de saudar esta noite o amplo movimento de resistência democrática que se desenvolve no vosso país. Desejo saudar o nosso partido irmão, o Partido Comunista Português e o seu Secretário-Geral, o meu amigo Álvaro Cunhal, na primeira linha deste combate pela mais ampla unidade das forças populares. Quero saudar a sua influência no país, a acção dos seus militantes e as importantes vitórias alcançadas na defesa do progresso social, das liberdades, da independência nacional e da paz.

Amigos e camaradas portugueses, sei como vos sentis próximos das lutas e das esperanças dos trabalhadores franceses. Há entre os nossos povos inúmeros aspectos comuns! A França tal como Portugal são países que a dominação do capital mergulhou numa crise profunda.

Em França como em Portugal, a lei do lucro produz o desemprego, o abandono das potencialidades industriais e agrícolas dos nossos povos, desperdiçados a todos os níveis. Em França como em Portugal, os possidentes querem obrigar os trabalhadores, os camponeses, as famílias populares, a suportar a crise do seu sistema.

Mas, ao mesmo tempo, em França e em Portugal, forças cada vez mais numerosas levantam-se para exigir que se acabe com esta velha ordem de opressão e de injustiça.

É isto é verdade aqui, no vosso país, onde se fez e continua a fazer ouvir, bem alto, a vossa vontade de viverem livres. E verdade também em França onde o povo, ao expulsar a direita do Poder na Primavera passada, exprimiu a sua vontade de mudança. E é verdade também noutros países capitalistas: há poucos dias, os nossos irmãos de luta na Grécia, ao correrem com as forças reaccionárias afirmaram alto e bom som a sua exigência de uma nova política.

Não há dúvida que o mundo se move. E move-se no bom sentido! Em poucas dezenas de anos mudou mais do que no passado durante um século.

Vejam o socialismo! Um bilião e meio de homens e mulheres constroem-no actualmente em todos os continentes numa crescente diversidade. Esta construção não se processa sem problemas, sem dificuldades, mas a influência exercida pelos países socialistas na evolução do mundo continua a crescer. E em primeiro lugar a esta influência que devemos este bem precioso acima de todos: trinta e seis anos sem uma guerra mundial! E também sobre o peso dos países socialistas no equilíbrio de forças mundial que se apoiam milhões de homens e mulheres que lutam para se libertarem das cadeias do jugo imperialista.

É aí também, que caminho foi entretanto percorrido! Desde 1945, noventa países libertaram-se do colonialismo. A vossa Revolução de Abril de 1974 deu uma importante contribuição a esta libertação e hoje mesmo esse movimento continua. Em todas as regiões do mundo, do Zimbábue à Nicarágua, do Camboja ao Afeganistão, o imperialismo sofre reveses. Não consegue quebrar a luta dos povos palestiniano, saharoui, namibiano, pelo reconhecimento dos seus direitos. Em todos os

Esta é a razão porque dizemos: é preciso responder à exigência de paz que atravessa todos os continentes!

É preciso impor a redução equilibrada e progressiva de todos os armamentos! Numerosas forças em todo o mundo o pedem: os países socialistas entre os quais a União Soviética, os países neutros, o movimento dos não-alinhados, bem como os mais diversos meios sociais, políticos, religiosos, intelectuais.

Finalmente, na Europa, é necessário iniciar negociações imediatas com vista a conseguir a limitação e a redução de todas as armas nucleares de médio alcance, americanas e soviéticas!

Coloquem estes objectivos no coração do nosso combate. Fazemos tudo para que a França desempenhe um novo papel no mundo, para que pratique uma política externa inovadora e generosa.

Estamos convencidos de que é possível, hoje, fazer fracassar os ataques do imperialismo. Podemos avançar na via do desarmamento, da cooperação e da amizade entre os povos, na via da independência nacional e do socialismo.

Podem contar, amigos e camaradas portugueses, que para tal contribuirá o Partido Comunista Francês! Nesta rápida evocação das mudanças operadas mundialmente nestes últimos tempos apenas fiz uma simples alusão àquelas que nos tocam mais de perto a nós, comunistas franceses: gostaria de falar das transformações em curso no nosso país. É sobre esta questão que passarei a debruçar-me.

Como sabem, quando das eleições dos meses de Maio e Junho últimos, as francesas e os franceses infligiram à direita e ao seu principal representante Giscard d'Estaing, uma derrota esmagadora. Elegeram um novo Presidente da República, François Mitterrand, para o qual nós apelámos a votar na 2.ª volta. Instalaram na Assembleia Nacional uma larga maioria de esquerda. E hoje, pela primeira vez, desde há trinta e quatro anos, participam no governo da França ministros comunistas.

Avaliemos bem como esta presença de ministros comunistas no seio de um governo de esquerda em França é olhada com simpatia, com esperança, para lá das nossas fronteiras, e certamente, também aqui, em Portugal. Esta presença é um reflexo da contribuição decisiva dada pelo nosso partido para o sucesso das forças populares. Com efeito, sem o duro combate travado pelos comunistas contra o poder do grande capital, durante os vinte e três anos em que reinou, se a campanha que conduzimos aquando da eleição presidencial para bater a direita e transformar a sociedade, e enfim, se a contribuição decisiva dos quatro milhões e meio de votos comunistas em François Mitterrand, a França não estaria hoje envolvida no processo de transformação social apenas iniciado.

Trata-se portanto dum novo período da nossa História que se abriu. Naturalmente, não escondemos que este período é também marcado pelo facto de que o nosso Partido sofreu um sério reves nas últimas eleições. Isto não o coloca na melhor posição para contribuir como seria necessário para o sucesso do processo iniciado.

Como vêem, a situação criada em França é rica de possibilidades, de esperanças, para o movimento popular. Mas é uma situação complexa e mesmo, sob diversos pontos de vista, contraditória.

Qual é a situação actualmente? Seria naturalmente prematuro, passados cinco meses apenas, pretender fazer um juízo definitivo sobre a acção governamental. Contudo, está já na forja um conjunto de medidas positivas.

No plano social nomeadamente com a subida do salário mínimo, os abonos de família e as pensões atribuídas às pessoas de idade mais desfavorecidas, isenção de impostos às famílias de menores recursos, a redução da semana de trabalho, ou ainda a antecipação da idade da reforma.

O mesmo se verifica no plano económico e financeiro. Assim, instituiu-se designadamente um imposto sobre as grandes fortunas e, sobretudo, serão realizadas importantes nacionalizações.



correntes sociais e políticas, dos mais variados sectores sociais e quadras partidárias, que podem convergir numa irresistível torrente democrática.

O movimento operário e popular está fortemente organizado, defende com êxito a unidade das massas, revela elevada consciência política e grande determinação de luta.

Os trabalhadores portugueses continuam a dispor de uma poderosa organização de classe — a CGTP-IP.

Nas empresas, os trabalhadores dispõem de uma grande força organizada em que as Comissões de Trabalhadores desempenham papel de relevo.

Os trabalhadores da Reforma Agrária continuam a luta nas UCPS/Cooperativas com os pés firmemente assentes na terra a que têm direito.

Os movimentos dos pequenos e médios agricultores alastram, diversificam-se e unificam as suas lutas.

Os intelectuais destacam-se na batalha política, na batalha social, na batalha ideológica. As mulheres participam cada vez mais activamente e a mais destaque na luta da classe operária e das massas, como bem mostra a magnífica greve na têxtil.

A juventude mostra nova dinâmica e capacidade de intervenção nas batalhas populares.

Desenvolvem-se os movimentos de quadros técnicos, assim como dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos pensionistas, dos deficientes.

E nas grandes movimentações da revolução, dos interesses nacionais, do regime democrático, da Constituição, — o nosso glorioso Partido, indissolubilmente ligado à classe operária e às massas populares por cada uma das suas organizações e por cada um dos seus militantes, mantém-se como a grande força motora da organização e da mobilização de massas, da unidade dos trabalhadores e dos democratas, da acção política e da luta social que visam derrotar o plano gopista da «AD», impedir o verdadeiro golpe de Estado em andamento, atirar a «AD» para a rua e alcançar a formação de um governo democrático.

A delegação do PCF deixa amanhã o nosso país. Pedimos-lhe que transmita aos comunistas e aos trabalhadores franceses, a notícia de que a situação em Portugal é complexa e perigosa, mas que os comunistas e os trabalhadores, continuam firmemente a batalha em defesa das conquistas de Abril, para que Portugal prossiga o caminho aberto pelo levantamento dos heróicos capitães do MFA: o caminho da liberdade, democracia, progresso social, independência e paz, rumo ao socialismo.

Pedimos-lhe também que transmita aos comunistas e aos trabalhadores franceses as saudações fraternais dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal e os votos sinceros de grandes êxitos ao PCF e ao povo francês na luta pela democracia, a paz e o socialismo.

Viva a amizade fraternal entre o PCP e O PCF!  
Viva o internacionalismo proletário!

continentes cresce a exigência duma nova ordem económica e política mundial, expressa nomeadamente através do movimento dos países não alinhados, cujo papel e autoridade se afirmam cada vez mais.

Desejo realizá-lo, esta noite, aqui em Lisboa: Os comunistas franceses estão ao lado de todos aqueles que lutam em todo o mundo contra a exploração e a opressão. Congratulamo-nos de ver crescer e unir-se as forças revolucionárias e progressistas, de ver surgir novas aspirações, participando todas no grande combate pela emancipação da Humanidade.

Esse é o grande desafio do nosso tempo: pôr fim ao velho mundo de guerra, de miséria e ignorância modelado pelo imperialismo e de fazer nascer um mundo de justiça, de liberdade, de dignidade, de solidariedade.

Naturalmente sabemos que as forças do passado não abandonarão a luta por si sós. Por todos os meios à sua disposição o imperialismo procura manter as suas posições e mesmo recuperar o terreno perdido. Por isso nos últimos tempos tenta pôr em causa o equilíbrio das forças militares e conquistar a supremacia neste domínio.

Este aumento de agressividade do imperialismo não é um sinal de força. Como explicou recentemente Álvaro Cunhal, é completamente falso ver nesta vontade belicista o resultado de qualquer mudança na correlação de forças a favor do imperialismo. Pelo contrário: não é mais do que o reflexo das suas dificuldades crescentes.

Isso não diminui em nada o enorme perigo que representa para o mundo a corrida aos armamentos, o aparecimento de novos e terríveis meios de destruição massiva. Sem falar no verdadeiro crime contra a Humanidade que representam as somas fabulosas gastas no fabrico de engenhos de guerra quando, todos os anos, cinquenta milhões de seres humanos morrem de fome, entre os quais quinze milhões de crianças.

Esta agressividade do imperialismo levanta um grande protesto internacional como pôde ver-se recentemente com as reacções indignadas às declarações de Reagan considerando a sangue frio uma guerra nuclear limitada à Europa. A acção das forças da paz alarga-se a todo o nosso continente. Levá consigo em unidade, comunistas e socialistas, sociais-democratas, cristãos, sindicalistas, ecologistas, com uma participação notável dos jovens. Após as grandes manifestações que tiveram lugar em Bona, Roma, Bruxelas, Madrid, Potsdam e Oslo, 100 000 parisienses pronunciaram-se no último domingo contra a instalação de novos mísseis nucleares na Europa, pela proibição total da bomba de neutrões, pela redução equilibrada de todas as armas.

Naturalmente, nós, comunistas, que somos homens e mulheres de paz, nós que lutamos por um mundo sem armas e sem guerra, felicitamo-nos pela amplitude que ganharam estes movimentos para os quais demos a nossa contribuição. Quero aliás lembrar que em Abril de 1980 os partidos comunistas da Europa reunidos em Paris tinham apelado à juventude, a todos os homens e mulheres de boa vontade, não obstante as suas diferenças de opinião e de religião, a unirem os seus esforços pela paz e o desarmamento.

Estas locais cinco grupos industriais, trinta e seis bancos e duas companhias financeiras. Outras sociedades passaram ainda parcialmente para o controlo do Estado. Este conjunto de medidas pode e deve, em nossa opinião, constituir sólidos pontos de apoio ao serviço do movimento transformador para começar a tirar a França da crise.

Finalmente, verificaram-se já progressos importantes no domínio da democracia. Por proposta dos deputados comunistas, foi votada uma lei que permite a numerosos trabalhadores viúvas da opressão patronal serem reintegrados nas suas empresas. Estão em elaboração novos direitos dos assalariados nos seus locais de trabalho e representantes dos trabalhadores participarão na gestão do sector público. No que respeita às instituições, estão projectadas importantes modificações no sentido duma maior descentralização.

Todas estas medidas vão indiscutivelmente no bom sentido. Aliás, nelas encontramos o eco das propostas que desde há muito temos avançado, através dos nossos combates contra o poder da grande burguesia.

Será que isto significa que todos os problemas estão desde já resolvidos em França, que as dificuldades deixaram de assolar os trabalhadores? Infelizmente, não, camaradas. E há ainda muito que fazer para que assim aconteça.

É necessário saber, por exemplo, que no nosso país o desemprego, actualmente, atinge mais de 1 800 000 homens e mulheres e que continua a aumentar. As subidas de preços pressionam, atingindo dolorosamente o orçamento das famílias populares. Os operários, os camponeses trabalhadores continuam a suportar duras condições de trabalho. Numa palavra, a crise em que mergulhou a sociedade francesa continua a fazer sentir os seus efeitos.

Ora, não se trata dum fenómeno conjuntural, provisório. Nós demonstrámo-lo, pelo nosso lado, há mais de dez anos: o que hoje está em crise, em França, são as próprias estruturas capitalistas. Resolver os problemas cruciais que o nosso povo e o nosso país enfrentam, pressupõe portanto que se decidam e ponham em prática transformações que ataquem as causas desta crise da sociedade: a dominação do grande capital.

Evidentemente, a isso se opõem, com todas as suas forças a grande burguesia e a direita francesa. Esta é a razão porque, com os meios ainda consideráveis de que dispõem, tentam sabotar a acção em curso. Em cada passo em frente na via das transformações necessárias torna-se objecto duma verdadeira confrontação de classes.

Mas já não controlam a situação. Milhões de homens e mulheres que, pelo seu voto, na Primavera passada, contribuíram para a derrota da direita não querem que a sua vontade seja frustrada. Querem que se acabe com o desemprego, a inflação, as principais dificuldades do país. E têm ao seu lado os comunistas que põem todo o seu peso na balança para que o processo avance, para que se alcancem progressos importantes.

Como vêem, amigos e camaradas, a luta de classes é dura actualmente em França. Nada está ganho ou perdido à partida. A situação está em aberto. Tudo indica, como afirmámos no pro-

jecto de resolução que submetemos à discussão dos 700 000 comunistas franceses para o seu 24.º Congresso que «não é fatal que a actual situação conduza o país a uma experiência social-democrata. É possível pôr em prática uma outra política que não seja a da gestão da crise em benefício do grande capital».

Isto explica a nossa atitude no momento presente. Temos em consideração os resultados do sufrágio universal, da escolha que os eleitores expressaram quanto à profundidade e ritmo das transformações que deverão ser operadas. Continuando a esclarecer os trabalhadores sobre as causas das suas dificuldades e os meios para as vencer, trabalhamos, dentro deste quadro, com todas as nossas forças para avançar na realização da nova política escolhida pelos franceses. E neste espírito que actuam os nossos ministros. É igualmente esta a actuação dos nossos eleitos ao exercerem plenamente o seu papel de apresentarem propostas e de controlo. E, finalmente com esta mesma vontade que actuam os militantes comunistas onde quer que se encontrem. A todos os níveis, situamo-nos lealmente na nova maioria desempenhando plenamente o papel original e independente do partido revolucionário que somos para corresponder às expectativas dos trabalhadores e do país para avançar pela democracia para o socialismo.

Estamos, com efeito, convencidos de que para conseguir realizar as transformações indispensáveis, para derrotar as manobras do capital explorador, os trabalhadores, por precisarem de um grande Partido Comunista; precisam que o partido revolucionário da luta e de governo que somos desempenhe sempre melhor o seu papel insubstituível ao serviço do povo e da nação.

É por isso que dizemos que o aumento da influência do Partido Comunista Francês é uma questão que não diz respeito apenas aos comunistas mas a todo o movimento popular.

Nesse sentido, somos levados a aprofundar a nossa análise para compreendermos as razões do importante revés eleitoral que sofremos em Maio e Junho últimos. É esta reflexão que o Partido está a levar a cabo no quadro da preparação do seu 24.º Congresso.

Em primeiro lugar é necessário saber que este revés se verificou numa eleição cujo carácter é muito pouco democrático — a eleição do Presidente da República. Esta eleição realiza-se em duas voltas do escrutínio. O Chefe do Estado é obrigatoriamente escolhido na 2.ª volta entre os dois candidatos mais votados na 1.ª volta. Por outras palavras, o mecanismo desta eleição que, por um lado coloca directamente e ao mais alto nível a questão do poder de Estado e, por outro lado, limita a escolha a dois candidatos e apenas dois — este mecanismo institucional leva o eleitor a escolher na primeira volta entre os dois candidatos apresentados como favoritos para a 2.ª volta.

Pela sua própria natureza o escrutínio conduz portanto a «bipolarização» da vida política, como dizemos; conduz a uma marginalização — mesmo a uma eliminação — de todas as forças políticas que não pareçam estar bem colocadas para concorrerem à 2.ª volta. É uma eleição muito difícil para o Partido Comunista — e sei que vocês próprios têm uma experiência semelhante aqui em Portugal.

Acrescento que esta eleição foi ainda mais difícil porque se realizou num clima de verdadeira guerra ideológica contra o nosso Partido.

Sistematicamente todos os enormes meios de manipulação das massas nas mãos da grande burguesia foram utilizados para caricaturar todas as nossas posições, para desvirtuar completamente todas as nossas iniciativas, para levantar contra nós um permanente processo de intenções. Durante anos, milhões de pessoas só receberam como informação a nosso respeito, os estilhaços deste bombardeamento ideológico permanente. Isso teve, evidentemente, influência nos resultados que obtivemos.

É claro que o conjunto destes elementos que devemos ter em consideração não significa que, ao analisarmos os reveses sofridos não tenhamos em consideração as suas causas mais profundas. Somos assim levados a interrogarmo-nos sobre as razões que tornaram mais difícil a intervenção dos trabalhadores na questão vital do conteúdo das transformações necessárias e que, simultaneamente, abafaram as diferenças que separam o Partido Comunista do Partido Socialista, semeando ilusões sobre este Partido e por isso mesmo favorecendo-o à nossa custa.

É esta reflexão sobre um largo período da nossa actividade que estamos a levar a cabo no quadro da preparação do nosso 24.º Congresso. Leva-nos a uma análise crítica, não da unidade à qual estamos e ficaremos indefectivelmente ligados, mas da forma da unidade que prevaleceu durante todos estes anos.

Para que o movimento popular possa ultrapassar as dificuldades que enfrenta e possa avançar no sentido das transformações necessárias nós propomos uma perspectiva nova: aquela que considera a intervenção consciente dos trabalhadores como condição imperiosa do sucesso, a perspectiva de uma unidade popular maioritária construindo através das lutas as condições para caminhar para o socialismo.

É isto que nos designamos por via democrática para o socialismo, uma via que comporta inseparavelmente uma dupla condição: a da luta e a da actividade independente do Partido Comunista para transformar as realidades e as consciências.

Como vêem é portanto necessário criar as condições para o aumento da influência do nosso partido e, ao mesmo tempo, para o avanço democrático do nosso povo e do nosso país na direcção do socialismo — este é o objectivo do nosso 24.º Congresso.

Queridos amigos e camaradas, Os laços de amizade existentes entre os nossos dois partidos foram solidamente forjados durante toda a história dos nossos povos.

Em nossa opinião a solidariedade internacional é uma parte integrante da luta de classes. Cada sucesso, cada avanço de um povo, ao limitar o campo de acção das forças do imperialismo e da reacção abrem novas possibilidades a outros povos e contribuem assim para a obra universal de emancipação.

Por isso o nosso Partido orgulha-se de nunca ter faltado ao seu dever de solidariedade activa com os seus irmãos portugueses nas horas sombrias do fascismo.

Fiel a esta tradição, o nosso Partido entende hoje desenvolver a solidariedade activa dos trabalhadores franceses para com as lutas travadas pelos trabalhadores portugueses em defesa das conquistas democráticas da revolução de Abril.

Como sabem, no passado, o poder giscardiano, a grande burguesia francesa não poupavam o seu apoio às forças reaccionárias do vosso país. Foi nomeadamente o que sucedeu com o encorajamento dado à entrada de Portugal no Mercado Comum sem ter minimamente em conta os interesses dos nossos dois povos. Aí viam o meio de atacar as novas estruturas económicas nascidas da Revolução portuguesa.

Nós, temos uma visão totalmente diferente das relações entre os nossos dois países, e pensamos que as transformações operadas em França podem dar-lhe um novo alento. Eis porque nos pronunciamos a favor duma frutuosa cooperação económica, política, cultural, no respeito dos interesses recíprocos e da soberania dos dois povos.

É este mesmo espírito de solidariedade que nos anima para com os trabalhadores portugueses — que são um milhão — vivendo e trabalhando em França. Fomentando violentas campanhas racistas e xenófobas, as forças de direita que governavam a França tentaram fazer destes trabalhadores, como do conjunto dos seus irmãos imigrados, os responsáveis da crise que o nosso país atravessa. Alguns ministros de Giscard d'Estaing, cujos nomes a História já esqueceu, multiplicaram as leis e os decretos discriminatórios.

Hoje, começam a tomar forma novas perspectivas. No plano governamental foram tomadas algumas primeiras medidas sociais em favor dos trabalhadores imigrados. O nosso Partido, pelo seu lado, entende prosseguir a sua luta pela igualdade dos direitos económicos, sociais, políticos e culturais entre trabalhadores franceses e imigrados por um verdadeiro estatuto democrático da imigração em França. Acrescento que ao mesmo tempo o nosso Partido redobrará os seus esforços a fim de que os vossos compatriotas emigrados em França possam participar plenamente no apoio às lutas democráticas que travam aqui, designadamente por ocasião das consultas eleitorais.

Queridos amigos e camaradas, Esta viagem é a 3.ª que eu efectuo ao vosso país desde a queda da ditadura. De todas as vezes pude ver a coragem do vosso povo, a sua determinação de acabar com a miséria nesta terra portuguesa onde poderia ser tão bom viver, e de assegurar o caminho de um futuro democrático.

De todas as vezes pude avaliar, através do acolhimento reservado às nossas delegações, como são calorosos e profundos os laços que unem comunistas franceses e portugueses.

De todo o meu coração quero agradecer ao Partido Comunista Português e ao seu Secretário-Geral, o meu amigo Álvaro Cunhal, por nos ter convidado a participar neste comício combativo e entusiasta.

De todo o meu coração, desejo-vos muitos sucessos na defesa das conquistas da vossa Revolução.

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Português!

Viva a amizade e a solidariedade entre o povo da França e o povo de Portugal!

Países socialistas

# A Revolução de Outubro na imprensa estrangeira

A tomada do poder na Rússia pelas forças revolucionárias, em 7 de Novembro de 1917 — faz agora precisamente 64 anos — foi, naturalmente, um acontecimento internacional que mereceu a atenção e teve repercussões na imprensa de todo o mundo. Numerosos foram, inclusivamente, os jornais ocidentais que não hesitaram em destacar enviados especiais para o longínquo e insólito país, a fim de ver de perto e contar aos leitores essa coisa extraordinária da classe operária tomar o poder...

O governo soviético tinha plena consciência do interesse suscitado pelo acontecimento e ainda que a maioria dos jornais ocidentais fizessem circular informações deturpadas sobre a revolução sobre a revolução — «Estes jornais difundem a mentira e a calúnia», escrevia Lenine em Abril de 1917 — os dirigentes soviéticos não se furtavam aos correspondentes estrangeiros que acorriam a Moscovo.

**Actividade intensa**

Lenine, como dirigente do governo da URSS e de há muito figura de prestígio internacional, era constantemente assediado pelos jornalistas. A actividade política era intensa. «O trabalho quase não me deixa dormir... O meu sonho é repousar nem que seja por meia hora» — confessou um dia a um jornalista. Lenine pedia muitas vezes para lhe fazerem as perguntas por escrito. Recebia numerosos questionários do estrangeiro pela rádio e pelo telégrafo, mandando transmitir as respostas por radiograma. H. Yarros, da Associated Press, contava a propósito: «... Lenine apareceu carregado de papéis. «Quer falar comigo?» — inquiriu. Apresentei-me e expliquei-lhe a razão da minha visita. Então Lenine pediu-me: «ponha por escrito as suas perguntas que eu respondo...» Vinde minutos mais tarde linha de volta a minha folha preenchida e assinada: Vladimir Ulianov Lenine». Embora não querendo perder muito tempo com os jornalistas, Lenine concedeu mais de 30 entrevistas aos correspondentes estrangeiros e deu 21 conferências de imprensa

entre Novembro de 1917 e Novembro de 1922. Nesses encontros expunha os princípios gerais da política externa e interna da URSS, e as perspectivas do desenvolvimento socialista. «Obter uma paz sólida, desenvolver a economia, são os objectivos imediatos do governo soviético» — repetia ao jornalista americano L. Eire, salientando a electrificação como o primeiro passo importante na via comunista da economia nacional. No plano externo, referindo-se aos projectos agressivos dos imperialistas dizia ainda a Eire: «Eles são, evidentemente, uma ameaça grave mas nós já enfrentamos ameaças piores. Isso suscita no nosso povo um medo menor que o desapontamento de ver os aliados continuarem a tentar alcançar o impossível».

**A guerra ou a paz?**

A paz e as condições em que ela seria aceite pela URSS, eram um dos assuntos frequentemente



Тов. Ленин Очищает Землю от нечисти.

levantados pelos homens da imprensa. As linhas que, neste âmbito, norteavam o regime recém-implantado,

foram igualmente expostas por Lenine ao jornalista americano: «O mundo inteiro sabe que

estamos dispostos a concluir um acordo de paz em condições cuja equidade os capitalistas, mesmo os mais imperialistas, não podem contestar. Declaramos mais de uma vez que queríamos a paz, tínhamos necessidade de paz... Mas não estamos dispostos a permitir que nos estranquem em nome da paz»...

viante ao problema particular das relações EUA-URSS, a questão foi assim posta por Lenine numa entrevista que deu ao correspondente americano L. Bryant: «Uma atitude amigável em relação à Rússia soviética é de todo o interesse dos Estados Unidos... Quer isso agrade ou não... A Rússia soviética é uma grande potência... A América não ganhará nada em praticar uma política de rejeição ao negociar conosco, pela simples razão que o nosso governo não está aqui para lhe agradar»...

As relações entre a União Soviética e os países com regimes sociais diferentes era um outro ponto que os jornalistas, em geral, abordavam. Ao referir-se à Inglaterra, na entrevista que deu a Albert Rhys Williams, Lenine definiu com uma franqueza que seria salientada pelo correspondente inglês, a política de coexistência pacífica da URSS: «Pessoalmente não tenho nada contra vós. No entanto, só meu adversário político e devo fazer o possível por vos infligir uma derrota. O vosso governo tem a mesma posição em relação a nós. Então procuremos uma possibilidade de viver em paz».

**Sofer com o povo**

A revolução de Outubro estava indissoluvelmente ligada a um nome: Lenine. Assim, não eram só os acontecimentos políticos da Rússia soviética que constituíam o tema principal das crónicas dos jornalistas que visitaram a Rússia nos primeiros anos da Revolução. O seu dirigente máximo, cuja afabilidade e franqueza surpreendiam os

representantes da imprensa estrangeira, ocupava muitas vezes o primeiro plano dessas crónicas. Vladimir Lenine, como de resto todos os dirigentes políticos soviéticos, partilhavam com o povo das dificuldades económicas que o país enfrentava. Essa atitude — de que o jornalista e escritor americano Lincoln Steffens fez eco num dos seus artigos — não deixava de impressionar os visitantes estrangeiros: «Lenine alimenta-se, como toda a gente, uma vez por dia: pão, peixe e chá...» — escrevia L. Steffens. O povo, os camponeses, enviam-lhe pacotes com géneros mas ele manda-os distribuir pela população. Aqui, os dirigentes não precisam imaginar as privações que o povo sofre: sofrem-nas com ele».

A sinceridade do dirigente soviético que não escondia as dificuldades com que se debatia a Rússia soviética, foi salientada por muitos jornalistas ocidentais. Escrevia F. Price, do Manchester Guardian, referindo-se à sua entrevista com Lenine: «Ele não esconde as dificuldades; não exagera os êxitos. O sonhador e o realista «coexistem» nele, admiravelmente, não entrando em contradição, pelo contrário, completando-se».

A informação que provinha directamente do país dos soviéticos era principalmente veiculada pela imprensa progressista. A imprensa burguesa, receosa, criava obstáculos à sua difusão. As entrevistas com os dirigentes políticos ou não eram publicadas — como aconteceu com o que foi concedida por Lenine ao jornalista inglês R. Ramsom, que só foi tomada conhecida em 1932 — ou eram resumidas e dilaceradas em pequenos extractos. Apesar dos obstáculos, a verdade sobre os acontecimentos na Rússia socialista e o humanismo dos revolucionários, infiltrava-se nas páginas dos jornais de todo o mundo e chegavam ao conhecimento das massas populares.

## Vasto programa comemorativo em Portugal

A Associação Portugal-URSS organizou um vasto programa comemorativo do 64.º aniversário da Revolução de Outubro, que prosseguirá nas próximas semanas em vários pontos do País.

Tal como aqui já divulgámos, as jornadas evocativas do Grande Outubro («Dias da URSS em Portugal») têm desta vez como «pano de fundo» a República Soviética da Geórgia. Uma delegação oficial georgiana permanecerá em Portugal até dia 10 deste mês, estando previsto um diversificado conjunto de visitas e contactos no País.

Hoje, o conjunto folclórico «Gorda» e o trio musical «Tsisperi» actuam em Alhandra (na Euterpe), amanhã em Lisboa (Coliseu dos Recreios), no domingo em Setúbal actua o agrupamento «Gorda» (Teatro Luísa Todi) e na segunda-feira o trio «Tsisperi» apresentará o seu espectáculo na cidade do Funchal, na Região Autónoma da Madeira, no Teatro Baltasar Dias. Todas estas sessões começam às 21 e 30.

Entretanto, já se realizaram espectáculos em Faro, Vila Real de S. António, Beja, Évora, Santarém, Coimbra, Marinha Grande e Porto.

O conjunto folclórico e popular de danças «Gorda», organizado no Instituto de Agronomia da Geórgia em 1945, tem actuado em concursos, encontros e festivais quer na URSS, quer no estrangeiro. O grupo, constituído por 70 elementos, já foi laureado com vários prémios, assim como o seu director artístico e coreográfico, o artista emérito da URSS, V. Antipovitch Svanidze.

O trio «Tsisperi», conjunto vocal, foi criado em 1970 no Instituto Politécnico Lenine, da Geórgia. Trata-se de um grupo que goza de grande popularidade na União Soviética, sendo também apreciado no estrangeiro, onde já actuou diversas vezes, na Europa, Ásia e África. Os seus componentes foram agraciados com o título de artistas eméritos da República da Geórgia.

**Artesanato**

Lisboa, Barreiro, Marinha Grande e Aveiro foram as primeiras localidades escolhidas para a apresentação de um interessante certame representativo de alguns aspectos da cultura georgiana. A exposição integra peças de artesanato (cerâmica, tapeçaria e metal cinzelado), gravuras, fotografias e desenhos.

A exposição esteve aberta ao público em Lisboa entre 26 e 31 de Outubro, na Casa do Alentejo. Na ocasião, o director da Galeria de Arte Nacional da República da Geórgia, professor Mikhail Kipiani, proferiu uma palestra na sede da Associação Portugal-URSS, subordinada ao tema «A Arte na Geórgia».

De 7 a 14 deste mês, o certame estará no Barreiro (Quimigal), de 22 a 28 na Marinha Grande e de 21 a 31 de Dezembro em Aveiro.

Posteriormente, o certame será também apresentado em Espinho, Évora, Vila Real de S. António, Almada, Montijo, Santarém e Amadora, em datas e locais a divulgar pela Associação.

**Iniciativas dos Núcleos**

Para além do programa central, há ainda a registar as numerosas iniciativas preparadas pelos Núcleos da Associação Portugal-URSS.

Essas iniciativas vão partir de 42 Núcleos e segundo as primeiras informações chegadas à sede da «Portugal-URSS» estão previstas no País mais de 60 exposições, 30 colóquios e palestras, vários almoços comemorativos e estão pedidos mais de 110 filmes, o que corresponderá, pelo menos, a 330 sessões de cinema.

**A delegação oficial**

A delegação oficial da República Socialista Soviética da Geórgia que permanecerá no nosso país até dia 10 é constituída por dois elementos: Otari Melkadze, membro do Comité Governamental da Geórgia (o mais importante órgão da República) e deputado ao Soviete Supremo; Kotchichvadze, deputado ao Soviete Supremo.

**NO PORTO**

A propósito do 64.º Aniversário da Revolução de Outubro, a Associação Portugal-URSS, promove no Porto, uma série de iniciativas. Assim, está patente ao público até dia 10, na Casa de Ramalde, uma exposição de artesanato da Ucrânia e do Casaquistão.

Amanhã, às 21 e 30, no Salão do Cine-Clube do Porto, serão exibidos o filme «Tio Vânia» e o documentário «O Passado e o Presente».

Entretanto, no passado dia 30 de Outubro os portugueses tiveram a oportunidade de ver os filmes da abertura e do encerramento dos Jogos Olímpicos de Moscovo.

## Hungria: o socialismo em construção (2)

### Não há melhor forma de trabalhar que através do colectivo

«A base da nova política económica na Hungria, e que já deu provas positivas nos últimos 13 anos — afirmou o camarada Lajos Rév, presidente da Associação Nacional dos Pequenos Produtores e membro do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro — é o imperativo de constante melhoria das condições de vida, o que só pode ser alcançado com uma política de responsabilização: que as decisões sejam tomadas onde os problemas são mais sentidos e melhor conhecidos». Não se trata, longe disso, de negar o trabalho de planificação e a acção do Estado — base do socialismo. Mas sim de dar mais um passo rumo à construção do socialismo desenvolvido. Optando por caminhos diferentes, em função da realidade histórica, geográfica, socioeconómica e humana de cada país — todos os países socialistas apostam numa mesma linha geral de desenvolvimento: a economia intensiva ligada a uma maior democratização — democratização que assim uma vez mais se destaca como inerente ao próprio desenvolvimento do socialismo. Como nos disse também o camarada Lajos Rév, na sede da Associação Nacional dos Pequenos Produtores, «maior autonomia, maior responsabilização, não constituem só uma necessidade do ponto de vista da política económica, mas também do próprio funcionamento da democracia socialista no nosso país».

A evolução da realidade económica nos países socialistas não é linear. Tem que superar os problemas colocados pela construção de uma economia intensiva a que se somam as dificuldades «importadas» de uma economia capitalista em crise — e já lá vai o tempo das ilusões quanto à impermeabilidade do mundo socialista face a essa gravíssima crise.

O peso da importância dos problemas económicos no socialismo espelhou-se ao longo de toda a nossa visita e no tempo dedicado ao contacto com a realidade económica, a vida das grandes empresas estatais, das cooperativas industriais e agrícolas, a constante preocupação por um abastecimento quantitativamente notável.

**Como funcionam as grandes empresas estatais**

A Csepel é um grande complexo, com 18 mil trabalhadores,

11 fábricas independentes que produzem tubos, cabos eléctricos, peças para camiões. Um complexo com vida própria, profunda actividade social e de investigação técnico-científica.

Fundada em 1842 por Weiss Manfred, o primeiro grande capitalista da Hungria, a Csepel produzia em 1929 bicicletas, em 1930 máquinas de coser, aumentando e diversificando progressivamente a sua produção. Com o socialismo este complexo industrial ganhou novas dimensões e nova vida. Um pequeno exemplo quanto aos ritmos de aumento de produtividade que continua entretanto a colocar-se como uma questão permanente, tanto mais quanto o problema da falta de mão-de-obra aumenta de acuidade): quando do início da produção de cabos, obtinha-se metade da produção actual com 6 vezes mais trabalhadores.

Da vida social da empresa, pode-se destacar a actividade da Casa da Cultura e a política de habitação. Para além da acção sindical e da intervenção

dos trabalhadores no funcionamento deste grande complexo.

Um dado de partida. No conjunto da Hungria, a parte relativa a fundos sociais, corresponde a cerca de 30% da massa salarial. Na Csepel esta percentagem sobe para 42%, contribuindo o Estado com 56 mil forintos por pessoa e a empresa com 11 mil. Somas que cobrem despesas com alimentação, tempos livres, saúde, ensino, nomeadamente ideológico-político, escolas, círculos infantis e creches. Um sector é destacado entre todos estes — a habitação, como problema social número um a resolver com a contribuição de todos.

Que tem feito a Csepel, nestes sectores?

**Da habitação à cultura e o papel dos sindicatos**

Nos últimos 14 anos, foram construídas 2700 novas habitações, com preços inferiores aos da média nacional (20 a 30 por cento). O trabalhador contribui com 40 mil forintos e a fábrica empresta 80 mil, pagável em 35 anos, com o juro de 1%. Se a família tem crianças, paga menos 30 mil forintos por criança. Acresce que o Estado contribui também com uma ajuda directa e individual para a habitação, a título de dotação gratuita.

A distribuição de habitações obedece a critérios rigorosos, dependendo da decisão conjunta do Sindicato, da União da Juventude Comunista e da Direcção da empresa, sendo os nomes indicados por cada empresa ou oficina em particular. Por fim as listas são afixadas publicamente, incluindo os nomes e as razões da escolha.

O «Lar dos Trabalhadores» é o centro cultural, que serve igualmente a população onde a empresa se insere. São inúmeras as actividades que desenvolve. Desde a biblioteca, com 190 mil volumes e uma rede de 30 secções no complexo fabril (cerca de 32% dos trabalhadores estão inscritos na biblioteca), ao teatro, cinema (90 filmes

por ano), concertos, uma orquestra de instrumentos de sopro, grupos folclóricos, artes plásticas (uma prática já desenvolvida desde há 30 anos), ginástica de manutenção para adultos e ballet para crianças, cursos de línguas.

Integrando-se na ampla actividade cultural do «Lar dos Trabalhadores», e beneficiando da utilização das suas instalações, desenvolvem-se dezenas de clubes — de jovens, dos trabalhadores das creches, de protecção ao trabalho, círculos de leitores, de artes plásticas, de fotografia, de dança. Um mundo

**Do enviado especial do «Avante!» Lígia Calapez**

de actividade, profundamente necessária. Porque melhoria de condições de vida no socialismo, não quer dizer simplesmente melhoria de condições de vida materiais, mas o desenvolvimento global do ser humano. A «Casa dos Trabalhadores» é, neste domínio, um exemplo do que é preciso fazer e das perspectivas que o socialismo abre a uma actividade cultural de massas. Na sua actividade participam 250 a 300 mil pessoas por ano.

A acção sindical faz parte do dia a dia da vida da empresa e dos trabalhadores. Será mesmo justo afirmar-se que os trabalhadores estão no Sindicato (96% dos trabalhadores estão sindicalizados) e o Sindicato na vida dos trabalhadores. É difícil afeirar, na curta visita efectuada, da participação real dos trabalhadores na vida sindical — sendo esse um elemento de particular importância. Mas uma coisa não pode suscitar dúvidas a ninguém — a capacidade e as possibilidades de intervenção activa por parte dos sindicatos. Na decisão relativa à distribuição de habitações. Na acção cultural (a «Casa dos Trabalhadores» é do Sindicato e do Partido). Na elaboração das tabelas salariais. Na resolução das questões sociais, desde a saúde à cultura,

às condições de trabalho. Na discussão e elaboração dos planos económicos. Na análise anual da actividade dos directores. Um exemplo entre muitos desse poder: em caso de falta de condições de trabalho, o Sindicato pode fazer parar a produção.

**Produtividade e trabalho qualificado na indústria pesada**

Para além da Csepel, podemos visitar uma outra grande

empresa — a RABA, 20 000 trabalhadores. 18 000 milhões de forintos de produção anual, de que 80 por cento se destinam à exportação. Uma actividade que vai desde a produção de máquinas agrícolas a aviões, concentrando-se hoje fundamentalmente na produção de motores, automóveis, camiões e maquinaria agrícola.

Como as outras grandes empresas estatais, a RABA distingue-se por melhores condições de vida dos trabalhadores (ligadas a uma elevada produtividade), um desenvolvimento técnico próprio (a Csepel tem três institutos de investigação), um elevado nível tecnológico. Assim, em média, o salário hora na Hungria é de 16/20 forintos. Na Csepel é de 24/50 forintos, o que representa 60 000 forintos/ano. Na RABA a média — também superior à nacional — é de 5 a 6 000 forintos/mês, ou seja, 58 000 por ano. Isto de par com maiores regalias sociais (sempre ligadas ao trabalho), à produtividade da empresa. Dos 15 000 operários, 10 000 são operários qualificados. Algumas secções da RABA, das quais podemos ver uma, incluem unicamente máquinas altamente sofisticadas, com menos de 5 anos, e todos os trabalhadores são altamente

qualificados. Uma prática significativa: todos os engenheiros (na RABA há mil engenheiros e 1500 quadros técnicos) devem trabalhar como operários na empresa durante dois anos. Não se trata de obrigarismo. Trata-se sim da importância que é dada ao contacto directo com a produção e à experiência do trabalho e da vida dos que nela trabalham directamente.

Paralelamente a estas características das grandes empresas estatais — deduzindo embora que nem em todas sejam tão boas as condições, pois naturalmente foram-nos apresentados, de certa forma, modelos — destaca-se ainda um outro traço importante. A actividade sociopolítica dos trabalhadores e, através dela, também a sua participação na vida da empresa. 99% dos trabalhadores da RABA são sindicalizados, 20% são membros do Partido, 40% são da UJC (50% dos trabalhadores da empresa têm menos de 30 anos).

**O papel das Cooperativas**

A Associação Nacional dos Pequenos Produtores, que reúne toda a actividade cooperativa do país, tem grandes responsabilidades na vida económica nacional. Abarca os três ramos da economia — agricultura, indústria (indústria ligeira) e serviços (comércio, consumo, em termos gerais). Corresponde a 25% da produção nacional e engloba três milhões e meio de cooperantes. A Associação Nacional tem um Conselho Nacional com 27 membros (9 de cada ramo), com características de organismo consultiivo junto do governo.

Diferenciado o peso relativo da organização cooperativa nos diversos sectores de produção. Assim na agricultura 70% da produção agrícola tem origem nas 1300 cooperativas de produção agrícola. Na indústria o seu peso é muito menor — 7% da produção nacional. Diferenciando indústria pesada e energia e indústria ligeira e serviços, chega-se a uma mais clara compreensão da distribuição de «ta-

refas» entre sector público e cooperativo — assim as cooperativas contribuem com 25% da produção nacional na indústria ligeira e 13% na construção. Abarcam ainda um terço dos serviços. No domínio do consumo as cooperativas detêm 40% do comércio interno — o comércio externo é de Estado.

A tendência que se esboça, dentro da preocupação de responder de forma mais maleável às necessidades do mercado, é acentuar o peso das pequenas empresas — e portanto das cooperativas — na produção destinada directamente ao consumo e nos serviços à população, para além de actividades clássicas no âmbito cooperativo, como é o caso do artesanato. Na agricultura a tendência é inversa.

**Êxitos e dificuldades de uma Cooperativa Agrícola**

A visita à Cooperativa de Produção Agrícola «Veress Péter», foi talvez das mais interessantes experiências que vivemos na Hungria, pelo que representa de capacidade do socialismo para criar uma nova vida no campo e também dos êxitos nefastos que uma política incorrecta pode acarretar.

A Cooperativa «Veress Péter» era antes da libertação um grande latifúndio onde trabalhavam, em condições da maior miséria, cerca de 3000 pessoas. Hoje, a Cooperativa engloba 7 mil trabalhadores e as suas condições de vida são em vários aspectos, nomeadamente no que respeita à habitação, melhores do que as dos habitantes da cidade.

Após a revolução, a vida da Cooperativa produziu de forma bastante clara a evolução do socialismo na Hungria, os erros cometidos neste ou naquele momento, a nível nacional ou local, e a justa orientação que entretanto se imprimiu. Assim, é em 1959, após a vitória sobre a contra-revolução de 1956, que se regista a entrada massiva de habitantes da vila na Cooperativa. Há cerca de 12 anos registaram-se novos problemas (o que se traduziu num défice de 10 milhões de forintos). Superados os problemas então registados, deu-se um aumento fulminante da produção anual (apesar de as terras não serem ricas). Neste curto período de tempo, a produção saltou de 40 milhões para 200 milhões de forintos.

«Não há melhor forma de trabalhar a terra do que através do

colectivo» — disse-nos na reunião realizada na própria Cooperativa, o camarada Kelemen Vinc, presidente da Cooperativa e um dos seus principais obreiros. Uma conclusão a que ele próprio chegou com dificuldade, pois o pequeno camponez nem sempre acolhe facilmente as novas formas de produção. E que hoje todos os cooperantes, trabalhadores agrícolas, compartilham. Porque bem sabem o porquê das suas actuais condições de vida (um dado impressionante refere-se à habitação — 90% são casas novas).

Em visita a uma casa de um casal de cooperantes, reformados — que nos acolheram com a alegria característica da gente de idade, que sempre gosta de receber alguém em sua casa — o velho cooperante afirmou-nos convicto («antes é membro do Partido): «Nantes de 1959 pensávamos que nunca iríamos viver bem. Pensávamos que isso não era possível. Mas hoje tudo é diferente. A nossa filha mais velha é professora. A mais nova ainda estuda». A juntar à reforma de 4000 forintos (a melhor é de 3000), os nossos interlocutores tinham ainda o produto da exploração do seu hectare de terra, de que retiram 130 a 140 mil forintos anuais. Um hectare de terra cultivado palmo a palmo de frutas e legumes (quando é necessário a cooperativa auxilia no próprio cultivo), de onde trouxemos belos peros, da terra não muito rica de um país que está longe de ter clima mediterrânico...

O que não significa que tudo sejam rosas. Em casa de outro cooperante, que se dedica ao gado, pudemos conversar com o filho mais velho, de 16 anos. Um bom trabalhador. Torneiro mecânico ainda em formação, dividido entre a profissão que escolheu e o amor ao gado que aprendeu na casa paterna. A pergunta, em conversa informal, «que fazes nos tempos livres», o rapaz respondeu — «vejo filmes de cow-boys e falo das raparigas». É verdade que no campo a vida social-cultural não tem o nível da cidade. Mas sem dúvida também esta resposta coloca-nos face a uma questão central: a construção do homem novo. A tarefa mais difícil. A tarefa que se executa na prática quotidiana e através de um profundo e correcto trabalho ideológico e cultural de que se não pode ter os frutos senão a longo prazo. E que não pode ser descurada nunca.

Dela falaremos no próximo «Avante!». De como se processa, qual é a política do Partido na grande frente da batalha ideológica e cultural na Hungria.

# SEMANA Internacional

28 Quarta-feira



Recomeça em Madrid a Conferência sobre a cooperação e segurança na Europa, depois de uma interrupção de trabalhos que durou três meses. É divulgado em Genebra, junto da Comissão Internacional de Juristas, que 32 pessoas que se encontravam presas em Rabat, Marrocos, pereceram em consequências de asfixia provocada pela superlotação das celas. Retine em Varsóvia o Comité Central do POUP, a fim de analisar a situação polaca face às atitudes radicais do «Solidariedade». Andreas Papandreu, primeiro-ministro grego, declara que o seu governo apóia a proposta da URSS para a realização de uma conferência internacional sobre a questão de Chipre.

29 Quinta-feira

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) fixa novos preços: o barril de ramos leves passa a custar 34 dólares, após a Arábia Saudita ter concordado com um aumento de 2 dólares por barril. Um dirigente líbio, Salam Jalloud, acusa a França de interferência nos assuntos internos do Tchad e assegura que as tropas líbias se retirarão do território do Tchad quando tal for decidido pelo governo daquele país. O Governo de Cuba desafia o secretário de Estado norte-americano Alexander Haig a provar as acusações que formulou contra o Estado cubano de ter enviado tropas para a Nicarágua e El Salvador. O Senado dos EUA aprova a venda de aviões radar «Awacs» à Arábia Saudita, incluídos num fornecimento de material de guerra no valor de cerca de 560 milhões de dólares. Mais de 120 mil pessoas manifestam-se em várias cidades da Finlândia a favor do desarmamento nuclear na Europa, na maior concentração no país desde os anos 50.

30 Sexta-feira



Morre o poeta e cantor Georges Brassens, com 60 anos de idade, em Sete, sua terra natal, perto de Marselha. O artista, autor de mais de centena e meia de canções, algumas das quais conhecidas internacionalmente, tinha recebido em 1967 o Grande Prémio de Poesia da Academia Francesa. A nave espacial soviética «Vênus-13», não tripulada, é lançada a caminho da planeta Vénus, no qual deverá descer em Março do próximo ano, após ter percorrido um trajeto de cerca de 40 milhões de quilómetros. O Conselho de Segurança da ONU suspende a consideração de candidatos, em virtude do impasse a que se chegou sobre a sua selecção para preencher o cargo de próximo secretário-geral da Organização, lugar que é ocupado hoje por Kurt Waldheim. As autoridades moçambicanas acusam militares sul-africanos da autoria de actos terroristas, nomeadamente da sabotagem de duas pontes sobre o rio Pungué, na província da Sofala.

31 Sábado

O parlamento polaco aprova por unanimidade uma resolução que pede a imediata suspensão das greves e afirma que, caso a resolução seja acatada, estuda-se a forma de equipar o governo com os meios legais necessários exigidos pela situação. Segundo declarações de um porta-voz da FAO, cerca de 15 milhões de pessoas, na maioria crianças menores de 5 anos, morrerão de fome no decorrer de 1981. Estatísticas incompletas indicam que três em cada quatro habitantes de Terra sofrem de fome ou mal-nutrição. É anunciada a descoberta de um verdadeiro arsenal de guerra dos neonazis em Lueneburg, nordeste da RFA. É o 21.º depósito de armas da extrema direita oeste-alemã descoberto numa semana.

1 Domingo



Neste fim-de-semana registam-se de novo grandes manifestações de massas pela Paz, pelo desarmamento e contra o perigo nuclear — na RFA, na Suíça, na Inglaterra e na Itália, onde mais de 100 mil pessoas desfilarão em Milão; também no Canadá, onde a polícia prendeu dois manifestantes. Antigua, Barbuda e Redonda, três ilhas das Caraíbas sob domínio britânico, formam um novo Estado independente sob o nome de Antigua e Barbuda. Na cerimónia de independência, o primeiro-ministro nomeado apela à ajuda da Grã-Bretanha, Estados Unidos e Canadá. Na Tunísia, terminada a votação para as eleições legislativas antecipadas e antes mesmo de ser comunicado qualquer resultado, os três partidos de oposição, entre os quais o PC tunisino, denunciaram «irregularidades e pressões escandalosas sobre eleitores e candidatos opositoristas».

2 Segunda-feira

A administração da «Rolls-Royce» despediu 2500 trabalhadores de uma fábrica subsidiária perto de Glasgow, na Escócia, em resposta a uma greve cumprida desde há vários dias pelos trabalhadores contra os novos turnos de trabalho. Decretado, em virtude da seca, o «alerta vermelho» em 102 localidades do centro e sul de Espanha onde há vários meses não chove. Em Singapura, o candidato da oposição, J.B. Jayaratnam, do Partido dos Trabalhadores, derrotou o candidato do Partido de Acção Popular, no poder, nas eleições intercalares para o Parlamento. É a primeira vez desde há 14 anos que a oposição consegue fazer eleger um deputado.

3 Terça-feira

Em entrevista concedida ao semanário alemão «Der Spiegel», Leonid Brejnev reafirma inteira disponibilidade da URSS para para o diálogo com o EUA sobre as questões do desarmamento e nomeadamente sobre a possibilidade de renegociar o tratado SALT II. O chefe de Estado soviético rejeita mais umavez o conceito americano de guerra nuclear limitada: «um tal conflito tornar-se-ia inexoravelmente universal». O patronato britânico, reunido em congresso, reclama do Governo um programa de combate ao desemprego, admitindo acções conjuntas com a central sindical TUC que visem o mesmo objectivo. O ministério angolano da Defesa denuncia uma nova ofensiva das tropas sul-africanas no sul do território, causando vítimas e destruindo povoações a mais de 100 quilómetros da fronteira.

**Efeméride da semana** — A 29 de Outubro de 1918 inicia-se o Congresso fundador da União das Juventudes Comunistas da Rússia (Konsomol), que terminaria a 4 de Novembro.

## Internacional

# Decénio do desarmamento ou decénio do confronto?

Os anos 80 foram proclamados pela ONU o decénio do desarmamento. A posição de Washington é diametralmente oposta. O secretário norte-americano da Defesa, Weinberger, qualificou estes anos como o «decénio do confronto» com a União Soviética.

Opção significativa que reflecte a total oposição de interesses e perspectivas entre o imperialismo e os povos. Opção particularmente perigosa, presente, como entrave, em todos os encontros internacionais, como no orçamento dos países da NATO, e na surdés à exigência que se ergue do notável movimento de massas pela paz, com manifestações nas ruas das mais importantes cidades europeias. Após um intervalo de três meses, reataram-se em Madrid os trabalhos do encontro sobre Segurança e Cooperação na Europa. Trabalhos que se arrastam há mais de um ano, ultrapassando largamente o período previsto (o início deste ano), face às sistemáticas resistências levantadas ao avanço num caminho essencial — o desarmamento — e que assumem a forma de um total boicote a todas as propostas da União Soviética e do conjunto dos países socialistas, que se batem pela criação de condições que assegurem a defesa no continente e em particular pela ulterior realização de uma Conferência sobre o Desarmamento e o desanuviamento militar na Europa.

Já neste reinício de trabalhos, em Madrid, o representante soviético relembrando as propostas formuladas por Leonid Brejnev em Fevereiro, relativas à aplicação de medidas de confiança. A União Soviética propôs aplicar tais medidas a toda a parte europeia

da URSS, mediante recíproca atitude da Europa capitalista. Prosseguiu entretanto, nos vários países europeus, manifestações populares pelo desarmamento nuclear. Dia 29, mais de 120 mil pessoas manifestaram-se na Finlândia, na maior concentração no país desde a greve geral de 1956. Manifestantes concentraram-se, aos milhares, mesmo no círculo ártico, como é o caso de Rovaniemi. Uma das reivindicações avançadas foi a criação de uma zona livre de armamento nuclear na Finlândia e nos restantes Estados nórdicos. Em Milão, mais de cem mil pessoas realizaram uma manifestação no centro da cidade, sábado passado. Na Bélgica, onde se realizou entretanto uma importante manifestação com cerca de 200 mil pessoas, uma sondagem recente indica que dois terços da população é contra a instalação de mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Simultaneamente têm sido divulgadas expressões de apoio às manifestações contra as armas nucleares, que reflectem a opinião de vastos sectores políticos, como é o caso do comunicado da União dos partidos socialistas da CEE, em que se afirma: «Embora sendo diversas as motivações dos que se manifestaram em Bona como em Roma, em Bruxelas ou em Londres, em Estocolmo ou Paris, a União dos partidos socialistas da CEE partilha a emoção dos que desceram à rua para exprimir a sua profunda inquietação sobre os problemas

relativos à segurança na Europa e a sua indignação contra o desperdício de recursos».

### Quem representa quem?

Face à envergadura das manifestações na Europa, o presidente Reagan reuniu com os seus principais assessores. Segundo o porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, o presidente norte-americano «não crê que os manifestantes representem o ponto de vista da maioria da população europeia». Opiniões entretanto não parece ser partilhada por muita gente, incluindo dirigentes políticos da Europa capitalista. O dirigente do Partido Social-Democrata da RFA, Oskar Lafontaine, afirmou, a propósito das declarações de Reagan relativas à aceitação da possibilidade de uma guerra nuclear de que a Europa seria a vítima, que a Europa e os Estados Unidos têm diferentes interesses no domínio da segurança, pelo que a única alternativa válida seria a retirada do território oeste-alemão das armas nucleares que longo e médio alcance. Também em oposição à concepção norte-americana de «guerra nuclear limitada», o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, com sede em Londres, elaborou um documento comprovando a impossibilidade de controlar uma guerra nuclear. Nos EUA, erguem-se igualmente vozes contra a proliferação de armas nucleares e a opinião da administração Reagan de que o movimento anti-nuclear na Europa não é representativo ou seria «vítima de manobras» de convencimento por parte da União Soviética. Enquanto o

vice-presidente norte-americano George Bush defendia, em Cambridge, no Massachusetts, a implantação de novos mísseis nucleares na Europa, milhares de manifestantes protestavam, rufo de tambores e queimando bandeiras dos Estados Unidos. A manira repetida da superioridade militar soviética — afirmação cíclica, entre períodos em que se reconhece a equiparação, sempre que se pretende justificar mais um passo na escalada da corrida aos armamentos — parece entretanto não estar a dar os frutos desejados a nível de opinião pública e, por reflexo e por realismo político, também a nível de dirigentes do mundo capitalista. Mesmo na RFA, onde a nível de política oficial não se promove propriamente o desanuviamento militar, Helmut Schmidt afirmou, em conferência de imprensa, que Bona tudo fará para contribuir de forma positiva para o imprescindível diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética. Difícilmente se poderá concluir que o dirigente oeste-alemão se deixou convencer pelos soviéticos. O que se passa é que a «superioridade militar soviética» não passa de um mito deliberadamente fabricado, e que o relatório soviético, a divulgar brevemente, sobre o potencial militar da NATO e do Pacto de Varsóvia, certamente ajudará a destruir. Por outro lado não muitos políticos periferários opiniões tão perigosas e ostensivamente belicistas como a divulgada em Portugal, pelo adjunto do secretário-geral da NATO, Van Campen, quem em entrevista a «O Dia» afirmou: «Subestimava o papel extremamente positivo das armas atómicas, como



elemento de paz. Aliás, lembro-me de que foi o antigo primeiro-ministro chinês, Chu En Lai, que disse um dia ser a paz constituída pela existência da NATO e da arma atómica». Santa aliança...

### «Não às armas nucleares», em Portugal

Numa sessão do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPCC), integrada na Semana da ONU para o Desarmamento, foi afirmada a disposição do CPCC de promover, conjuntamente com outras organizações, iniciativas de massas no nosso país contra a instalação de armas nucleares. Nesta importante sessão, o representante das Nações Unidas em Portugal salientou que a luta para «preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra» é um dos «objectivos mais altos do nosso tempo histórico». O movimento de massas por toda a Europa contra as armas nucleares foi destacado pelo

general Costa Gomes, que afirmou: «os países europeus estão a reagir com veemência contra a instalação dos mísseis nos seus territórios, não só através das grandiosas manifestações mas também através de declarações de governantes e dirigentes políticos, que sabem que a eclosão de uma guerra nuclear no velho continente, onde há 16 mil ogivas nucleares, representa risco de mapa a Europa». Na sessão do CPCC foi afirmado que em breve será entregue a um órgão de soberania o abaixo-assinado contra a instalação de armas nucleares em Portugal. Esse abaixo-assinado foi até à data subscreito por 200 mil pessoas. Um testemunho da importância que o movimento contra as armas nucleares vem a assumir em Portugal. A decisão relativa à realização de manifestações inseriu-se nessa dinâmica. Uma dinâmica que põe em cheque a política do governo AD a nível internacional, caracterizada por uma total submissão a Washington.

# Irão, muitos problemas — o futuro está na unidade

A imagem que no dia a dia nos pretendem transmitir do Irão é a imagem da violência, da anarquia, da desorganização, da imposição de medidas obsoletas. Uma imagem alimentada por uma propaganda que pretende esvaziar, aos olhos da opinião pública, o conteúdo antiimperialista do complexo processo que se vive neste país.

Dos atentados terroristas fomentados e organizados pela CIA se diz ser o reflexo da «anarquia» implantada no país com a queda do Xá. Mas dos fuzilamentos de inimigos da Revolução iraniana, afirma-se, tratar-se de exemplo quotidiano da indiscriminada violência que caracteriza a poder actual, hoje mais ainda do que no tempo da ditadura (quando, verdade seja dita, nada se aprova sobre violência). Assim se utilizam, no mesmo pé, e com o mesmo fim, as acções contra-revolucionárias e as de um poder heterogéneo. O objectivo é claro — levar-nos a pensar que as revoluções nada de bom trazem aos povos e, em última análise, do mal o menos... talvez os regimes apoiados pelo imperialismo sejam melhores (!).

### A análise do Partido Tudeh do Irão (comunista)

Em Junho deste ano, o Comité Central do Tudeh emitiu uma

declaração sobre a evolução dos acontecimentos no país. Entretanto novos factos se sucederam, mas no essencial a realidade confirma esta análise. Na verdade, tudo indica que, neste momento, a reacção aposta muito particularmente na destruição da república iraniana «por dentro». Reproduzimos uma parcela dessa Declaração: «A nossa pátria está a atravessar uma etapa de grande responsabilidade na sua história. Os inimigos internos e externos da revolução iraniana, encabeçados pelo imperialismo norte-americano, concretizam rapidamente o sétimo complot contra a república, cujo objectivo é — tal como de todos os anteriores — criar condições propícias para derrubar o poder actualmente existente na República Islâmica do Irão, cuja orientação decisiva é a linha anti-imperialista de Khomeini que unifica todo o povo. Esta orientação, que é a expressão das reivindicações fundamentais de milhões de cidadãos deserdados da nossa sociedade, goza do apoio multilateral de todas as forças revolucionárias, desde os verdadeiros combatentes do Islão até aos verdadeiros partidários do socialismo científico. Esta orientação conduziu a Revolução iraniana à histórica vitória e abalou as bases do despotismo criminoso e espoliador do imperialismo mundial e das forças reacçãoárias na zona do

Golfo Pérsico... Por isso a ponta de lança da estratégia geral do imperialismo e a reacção mundiais, encabeçadas pelo imperialismo norte-americano, viza o restabelecimento da «estabilidade imperialista» em países revolucionários como o Irão e o Afeganistão. Depois de fracassarem nos seis complots anteriores, através dos quais se propunha desorientar a revolução com a ajuda dos conciliadores-liberais e, por fim, liquidá-la ou derrubar o poder revolucionário através da violência contra-revolucionária... a frente única da contra-revolução pôs em marcha o sétimo complot, cujo objectivo consiste em destruir por dentro a República Islâmica do Irão».

### Uma questão muito falada

A posição do Tudeh, relativamente ao problema real da violência, também da parte do poder, é clara firmeza revolucionária, mas não acentuação das acções violentas, repressivas. Como destaca o CC do Tudeh, «é historicamente importante para o prestígio e a autoridade da revolução que o poder revolucionário, actuando resolutamente face à contra-revolução e os fomentadores de tensão, não perca a serenidade e não admita que alguns partidários da revolução cometam acções violentas como resposta às acções violentas dos fomentadores da tensão». «É um dever histórico das forças do poder revolucionário, pensando de forma realista e sensata, impedir que a luta pela defesa das conquistas da revo-

lução e os esforços para frustrar as provocações dos criadores de tensão, saia do caminho justo, razoável e se transforme numa tragédia dolorosa e perniciosamente».

### Unidade, em defesa da revolução

No processo complexo, dialéctico, que vive e se desenvolve no Irão, a unidade de todas as forças revolucionárias (incluindo as que ainda o não compreenderam) é a única resposta

# Calúnia e provocação política contra Cuba

A imprensa norte-americana reflectindo a preocupação permanente por parte da administração Reagan de justificar a sua própria ingerência nos problemas internos de outros países, com histórias fabricadas em que acusam países socialistas de tal prática — afirmou recentemente que Cuba tinha enviado para a Nicarágua, na segunda metade do mês de Setembro, entre 500 e 600 soldados de elite com a intenção de subjugar El Salvador e criar ao leste do país um governo marxista-revolucionário.

Até aqui não passaríamos do domínio da pura calúnia. Mas o facto assumiu proporções mais graves. Posteriormente o secretário de Estado Haig comunicou

possível, a resposta defendida pelo Partido Tudeh. Como recentemente afirmou o camarada Kianouri, primeiro-secretário do CC do Tudeh, divulgando as conclusões aprovadas no XVII plenário do CC do Tudeh, realizado em Março deste ano, «Nós defendemos que para consolidar e desenvolver as conquistas da revolução é preciso aprofundar o seu conteúdo anti-imperialista e popular. Para isso, a condição mais importante é criar a Frente Unida Nacional, de que a base fun-

damental seja a colaboração e a unidade de acção dos lutadores multiculturais que seguem a linha de Khomeini e dos verdadeiros defensores do comunismo científico. Esta frente aglutinará todos os revolucionários e patriotas, independentemente das suas posições ideológicas, servirá os interesses das classes trabalhadoras e de outras camadas patrióticas da sociedade. Nela se baseia a garantia da vitória, a garantia do avanço do Irão pelo caminho do progresso».

a outros governos a calúnia lançada pela imprensa, afirmando que o governo dos Estados Unidos havia detectado o referido desembarque e que tinha provas de tais afirmações. As notificações a estes governos foram acompanhadas com ameaças contra Cuba. Assim se desdobra o jogo e se passa do domínio da calúnia para o de uma perigosa provocação política.

Perante estes factos o governo revolucionário de Cuba emitiu uma declaração denunciando a calúnia propagandeada pela imprensa e pelo governo norte-americano e exigiu as provas das afirmações divulgadas.

Para essa justa exigência de Cuba não veio qualquer resposta. Entretanto, um outro facto se veio somar a estes, apontando para um possível agravamento da política norte-americana de isolamento de Cuba socialista. O governo da Jamaica decretou o corte de relações com Cuba, facto que o ministério dos Negócios Estrangeiros cubano denunciou como inserindo-se na política de Washington de criação de «uma atmosfera de hostilidade para com a ilha de Cuba, que pretende justificar as ameaças que o secretário de estado Haig continua a lançar sem descanço contra o nosso povo». Um conjunto de factos a exigir uma maior vigilância internacional.

# Porquê? Refugiados do Haiti morrem na costa da Flórida

O Haiti é o país mais pobre do hemisfério ocidental. Desde 1975, morreram de fome cerca de 500 mil haitianos e dois terços da população activa encontra-se desempregada.

Duvalier mantém o povo submisso através de repressão vada vez mais severa. A polícia especial organiza buscas e detenções gerais e continuas. As prisões e os campos de concentração estão repletos de prisioneiros políticos. Durante o governo da dinastia de Duvalier, isto é a partir de 1957, foram executados mais de 40 mil haitianos e desapareceram cerca de 3 mil. Além disso, mais de 1 milhão de pessoas, ou seja, um quinto da população, foram obrigadas a abandonar o país. Muitos, para fugir aos sofrimentos diários, preferem arriscar a vida tentando com as suas famílias partir para o estrangeiro utilizando barcos de fabrico caseiro. No ano passado, a opinião pública mundial foi alertada para este problema quando 118 refugiados haitianos que procuravam asilo nos EUA, naufragaram e se viram numa das ermas ilhotas do arquipélago das Baamas. Estes alimentaram-se quase dois meses de algas marinhas mas não quiseram, mesmo assim, regressar à pátria onde reina o terror.

— ao regime de Duvalier, que transformou o país num campo de concentração. A ajuda prestada por Washington estimula o ditador a continuar a sua política de terror, enquanto este, por seu turno, abre as portas do seu país aos investimentos lucrativos das multinacionais americanas.

Recentemente, ao ajudar mais uma vez o governo do Haiti, os EUA, exigiram que fosse colocado à sua disposição um dos portos do país, situado a 50 milhas do litoral cubano. O Pentágono pretende transformá-lo numa base militar dos países de onde seja fácil atacar os movimentos de libertação nacional dos países das Antilhas e existem objectivos semelhantes face a Tortue, ilha litoral haitiana.

— O «duvalierismo» causa nojo ao povo de Haiti — afirma o dirigente dos comunistas haitianos, René Theodore. — Os operários e os pequenos artesãos protestam cada vez mais, bem como os camponeses que não aceitam ser submetidos a uma exploração tão desumana.

Em 1976 assistiu-se a grandes levantamentos operários. No mesmo ano, uma forte seca arrasou a economia do país. Os rios secaram. As fábricas estiveram paralisadas durante três meses por falta de água e electricidade. Os operários ficaram sem vencimentos. Fram inicia-

das várias greves. Naquela altura, pela primeira vez, nas páginas de um dos jornais da capital apareceu um artigo que noticiou a greve dos operários de fábricas de cimento. O seu autor, Raymond Gasner, jornalista de vinte e quatro anos, escreveu ao finalizar a sua reportagem que gostaria, também no futuro dar cobertura à greve. No entanto, não o conseguiu... O seu corpo, desfigurado pelas torturas, foi encontrado numa auto-estrada nas proximidades de Port-au-Prince, capital haitiana.

O assassinio do jornalista provocou várias manifestações de protesto, nas quais participaram operários e jornalistas progressistas apoiados por estudantes. No Verão de 1979, tomou a ditadura de Somoza na Nicarágua. A vitória da revolução nicaraguense teve eco no Haiti, onde as manifestações antitorturais eram de carácter maciço. Ela foram várias vezes noticiadas nos jornais «Inter-Jeune» e «Regard», bem como nas transmissões das «Rádios Haiti-Inter» e «Cacique», emissoras privadas. Foi a primeira vez que os ideais da defesa dos interesses populares se confrontaram abertamente com os padrões do regime ditatorial.

Nos fins do ano passado, uma onda de prisões varreu o Haiti, a maior desde que Jean-Claude Duvalier herdou o poder. Sob a sua pressão caiu esmagadoramente o mito da «liberalização» de regime. Foram destruídas e fechadas três emissoras de rádio e as reacções de dois jornais. Entre os cinquenta detidos figuraram jornalistas, médicos, professores e escritores — activistas da luta pelos direitos civis e políticos. Foi preso o secretário-geral do Centro Sindical Autónomo de Trabalhadores, Yves Richard. Os 18 jornalistas mais influentes foram expulsos do país e acusados de pertencerem a uma «ramificada rede de agitadores inspirados pelos comunistas».

O medo das autoridades face à «ameaça comunista» levou-os a desfechar o golpe contra as forças democráticas. O medo agravou-se, por um lado, pela proximidade territorial do Haiti e Cuba e, por outro, pelo perigo de uma explosão social na vizinha República Dominicana, onde em condições iniciais vivem 300 mil haitianos.

«No entanto, não há represões que consigam travar o au-

Há apenas alguns dias, nos fins de Setembro, trinta e três refugiados haitianos morreram afogados a 500 metros da praia de Hillfork, na Flórida. Para impedir estas fugas sistemáticas do Haiti, Reagan e o ditador Duvalier assinaram no fim de Setembro um acordo que significa a utilização da força militar norte-americana para impedir os fugitivos haitianos de atingir as costas norte-americanas. Para com estes refugiados, não há qualquer publicidade. Os «direitos humanos» evaporaram-se. E entretanto os habitantes do Haiti têm fortes razões para assim se arriscar ao mar, enfrentando mesmo a ameaça das armas norte-americanas. Para os EUA a lógica é simples — o regime repressivo do Haiti, no que aliás não constitui excepção, encontra-se entre os seguros aliados de Washington.

PCP

# Comissões Distritais de Évora, Beja e Portalegre reuniram com a DORA

## Encontro de Quadros da Reforma Agrária ainda neste mês

### O grave problema do desemprego

“Os sucessivos governos da “aliança reacionária” já roubaram aos trabalhadores mais de 324 000 hectares de terra (num total de cerca de 600 000 já roubados), 135 000 cabeças de gado, cerca de 7000 máquinas e alfaias agrícolas, destruindo 60 UCPs/Cooperativas, e deixando a larga maioria das restantes em situação bastante delicada”, salienta a dado passo o comunicado aprovado na reunião das Comissões Distritais de Beja, Évora e Portalegre com a Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) do PCP, encontro esse que se realizou em 27 e 28 de Outubro, no CT de Évora.

Mais adiante, o importante documento do Partido denuncia que a política destruidora dos governos de direita “já lançou no desemprego mais de 30 mil trabalhadores agrícolas nos três distritos do Alentejo”.

“Tal situação”, alerta o comunicado, “poderá vir a agravar-se nos próximos meses, quer porque o Governo, longe de apresentar soluções, vai tentar entregar mais terras aos agrários (ao mesmo tempo que permite que estes deixem as terras ao abandono e com os gados a morrer à fome), quer porque a próxima campanha da azeitona se prevê fraca, e muitos agrários, a exemplo do que já fizeram impunemente no ano passado, não vão apanhar a azeitona”.

Reuniram há dias no Centro de Trabalho de Évora, as comissões distritais de Beja, Évora e Portalegre com a Direcção da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português.

A reunião analisou a situação política na região, constatou as graves consequências para o Alentejo da desastrosa política dos governos “AD”, particularmente do Governo Balsemão-Freitas do Amaral e da sua previsível política futura; fez o balanço dos resultados da campanha organizativa decidida pelo Comité Central para o ano de 80.º aniversário; e apontou as medidas tendentes ao reforço do PCP no Alentejo.

Os comunistas presentes analisaram a actual situação da ofensiva contra a Reforma Agrária, cujas principais direcções de ataque são, nesta fase, a tentativa de asfixiar financeira e economicamente as UCPs/Cooperativas (pressão para o pagamento de dívidas ao CAE e à Previdência, não pagamento das dívidas do Estado às UCPs/Cooperativas, etc.) e a ameaça do recomeço da entrega de mais terras aos agrários.

Constatou-se também o alarmante aumento do número de desempregados devido à ofensiva contra a Reforma Agrária. A reunião exigiu do Governo a tomada de medidas que obriguem os agrários a cultivar as terras que receberam como reservas e sublinhou a importância da organização da luta pelo pão e pelo trabalho.

Com vista ao debate profundo da actual situação na Reforma Agrária e das medidas a tomar para a sua defesa, a DORA do PCP decidiu realizar um Encontro de Quadros da Reforma Agrária, com a participação de trabalhadores e técnicos comunistas das UCPs/Cooperativas, ainda neste mês, na cidade de Évora.

O PCP apoia a realização da concentração de uma delegação de trabalhadores da Reforma Agrária junto da Assembleia da República, prevista para fins de Novembro e apela à ampla participação nesta concentração.

Na reunião foram salientados os êxitos alcançados pelas Câmaras de gestão APU do Alentejo, na solução dos problemas mais prementes das populações e no lançamento de grandes obras e planos para obstar às carências estruturais que persistem, resultado de 50 anos de fascismo, e exigido o fim da ofensiva do Governo “AD” contra o Poder Local democrático (não aplicação da Lei das Finan-

ças Locais, atentados contra a autonomia das autarquias, etc.).

Foi exigido ainda que o Governo dote as autarquias de meios financeiros para poderem minorar os efeitos da prolongada seca e faça a revisão das medidas de restrição à concessão de crédito para compra de habitação própria.

A reunião constatou que também no Alentejo, devido à sua política antipopular e antinacional, a “AD” perdeu a legitimidade para governar e exigiu a demissão do Governo “AD”, a dissolução da Assembleia da República e a nomeação de um

Governo de gestão que prepare eleições antecipadas em clima de liberdade e democracia.

O encontro concluiu que a solução dos problemas da região exige a procura de uma alternativa democrática à actual política, alternativa esta que tem que ser encontrada na análise conjunta, na colaboração e entendimento de todas as forças democráticas, de todos os democratas, particularmente de comunistas e socialistas, e lançou um vemente apelo aos trabalhadores e ao Povo alentejano para cerrar fileiras na luta para a derrota da “AD”, do seu Governo e da sua política.



Com vista à discussão da actual situação da Reforma Agrária e das medidas a tomar para a sua defesa, a DORA do PCP decidiu realizar um Encontro de Quadros da Reforma Agrária, no próximo dia 14, na cidade de Évora. Participarão trabalhadores e técnicos comunistas das UCPs/Cooperativas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal.

## «Almada, Uma Casa do Partido» Campanha encerra em festa!

A campanha “Almada, Uma Casa do Partido” vai fechar em festa. Será no dia 14, de manhã à noite, com actividades desportivas, culturais e políticas, além de um grande espectáculo com conhecidos artistas nacionais.

As 9 horas começará o programa desportivo com futebol de 5 e ténis de mesa. Como assinala o Executivo da Campanha, será um “convívio entre as organizações do Partido do nosso concelho, no Parque de Jogos Comandante Ramiro Correia (Pombal), junto ao Centro de Trabalho concelhio”. As inscrições terminam no sábado.

Entretanto, por volta das 10 horas, a largada de bombos e o lançamento de foguetes “avisação” toda a cidade do início da festa.

As 13 horas, no Pavilhão da Romeira, decorrerá um almoço-convívio com a participação do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC. As inscrições para este almoço terminam no próximo sábado. Haverá um período de intervenções.

A noite, a partir das 21 e 30, no salão de festas da Incrivei Almadaense, haverá o espectáculo

com Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Luísa Basto, João Fernando, José Jorge Letria e Manuel Branco. Os bilhetes estão à venda no CT do Partido e no próprio dia na bilheteira da prestigiosa colectividade.

Recorde-se que a campanha “Almada, Uma Casa do Partido” teve como objectivo a recolha de fundos para a aquisição do novo CT do PCP, um edifício moderno, com excelentes condições de trabalho. A meta estabelecida foi de 15 mil contos!

Atenção camaradas: ainda estamos a tempo de contribuir!



No último fim-de-semana, o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, esteve no concelho de Peniche, a convite da respectiva Comissão do Partido. O deputado comunista, durante os três dias da sua visita, teve oportunidade de realizar contactos diversos com organismos, e estruturas do concelho. Empresas do sector conserveiro (Ramiro e Entrepósito Frigorífico) e da construção naval (Laranjeira e Sales e União da Garboia), a Cerâmica do Rosário (tijolo e telha), a Unicepsca, a colectividade “A Serrana”, e o jardim infantil e a cooperativa, agrícola na Serra d’el Rei, a Cooperativa de Educação CERCI, as obras do porto de pesca, a sede dos Bombeiros Voluntários, a organização religiosa “Stella Maris” (Apostolado do Mar), e Câmara Municipal foram pontos de paragem no percurso da visita de Joaquim Gomes. Nageles locais, o deputado comunista foi recebido por pessoas responsáveis com

quem trocou várias ideias sobre a realidade e os problemas que aí se vivem. Na Câmara Municipal, onde foi recebido pelo seu presidente, vereadores e presidentes de Juntas, trocaram-se impressões sobre a instalação no concelho de uma escola superior de Pesca e do Museu da Resistência no Forte de Peniche, além de questões relacionadas com o abastecimento de água e a construção de uma barragem na freguesia de Atouguia da Baleia. “Teve ainda a possibilidade de passar na “Ribeira”, onde pôde constatar as dificuldades que os pescadores enfrentam na descarga do peixe. Logo que a sua presença foi notada, foi rodeado por pescadores que o saudaram a com ele trocaram impressões sobre os problemas que enfrentam. Para além dos vários contactos, participou ainda numa reunião com militantes do PCP no concelho, onde foram abordados problemas relacionados com a actual situação política nacional e internacional.

### Assembleias de Organização na Quimigal e Fisper

Os comunistas da Quimigal realizaram a sua quarta Assembleia de célula no passado sábado, dia 31 de Outubro, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal. No decorrer da Assembleia receberam a delegação do Partido do Trabalho da Coreia, em visita ao nosso País, a convite do Comité Central do Partido. Calorosamente recebida pelos delegados e convidados, a delegação do PTC foi saudada pela mesa da Assembleia que, em nome desta, manifestou a alegria dos camaradas fraterais saudações aos membros do PTC e ao Povo coreano em geral.

O camarada Uyn Gi Bok, da Comissão Política do PTC, usou da palavra na tribuna da quarta Assembleia da célula e recebeu uma lembrança.

Ao longo de todo o dia os cerca de 290 delegados desenvolveram um amplo debate sobre as múltiplas tarefas da célula, desde os problemas da organização do Partido, aos problemas da empresa, que são diversos e motivo de sérias preocupações para os trabalhadores desta grande empresa nacionalizada.

Para além das 11 intervenções previamente elaboradas abordando temas específicos e a leitura do Relatório do secretariado cessante, foi transmitida à assembleia a experiência de cada núcleo, particularmente as medidas que se pensa tomar para mais ampla participação de todos os camaradas na vida da célula.

Depois de eleito o novo secretariado, foram apresentadas e aprovadas as conclusões.

A encerrar os trabalhos, usou da palavra o camarada José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central, que teve algumas considerações sobre o significado desta importante iniciativa (da maior célula de empresa, concentrada numa única localidade) e sobre a pesada responsabilidade do secretariado eleito. Finalmente, o camarada José Vitoriano fez uma exposição sobre a actual situação política nacional.

Também a célula da Fisper efectuou a sua Assembleia, que teve lugar no Salão Paroquial do Lavradio, na sexta-feira, dia 30 de Outubro. Participou nesta Assembleia o camarada Américo Leal, membro do CC e da DORS.

Entretanto, no sábado, dia 7 de Novembro, reúne a Comissão Concelhia do Barreiro, que, entre outros aspectos, se debruçará sobre a preparação da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia, marcada para 28 deste mês.

### DORP do PCP protesta contra as cedências ao fascista Franco Nogueira

“Servindo-se de expedientes inqualificáveis”, os representantes da “AD” na Câmara Municipal do Porto, contrariando uma deliberação anterior, resolveram em reunião extraordinária ceder a Casa do Infante a Franco Nogueira, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e alto dirigente do regime fascista, para a promoção comercial dum livro onde naturalmente faz a apologia da ditadura que ao longo de 50 anos oprimiu o Povo português.

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP emitiu, entretanto, uma breve nota em que explica ponto por ponto a manobra da “AD” na Câmara, ao mesmo tempo que protesta energicamente contra aquela cedência, “verdadeiro atentado às instituições democráticas”.

Refere a DORP: “Inicialmente, o presidente da Câmara tinha abusivamente autorizado aquela cedência, sem sequer ouvir o seu colega do CDS, Baldaque, responsável pelo pelouro respectivo. No dia 22, a Câmara decidiu contra tal cedência, por 7 votos contra 5. A proposta, apresentada pelos vereadores da APU, foi subscrita também pelos vereadores do PS e ainda por Artur Andrade, do PSD/PPD. Campos Pereira, do PPD/PSD, absteve-se. Voltaram contra os restantes elementos da “AD”.

Posteriormente, o presidente da Câmara, sem qualquer escrupulo legal e moral, convocou, de repente, uma reunião a que chamou extraordinária (mas que mais não foi que a antecipação ilegal da reunião ordinária), com o objectivo previamente garantido de lesar essa votação e arranjar uma maioria a favor de Franco Nogueira. Assim, Campos Pereira, não se sabe a troco de quê, muda de voto e aparece a apoiar a iniciativa fascista, confessando-se sujeito a pressões para que a “AD” se não estafere mais. Artur Andrade, vereador do PPD, afirma hoje que não foi sequer convocado pelo seu colega do PPD, Alfredo Ângelo de Magalhães, que mais uma vez ostensivamente manifesta o seu desprezo pelos seus pares da “AD”. A votação foi de 6 votos contra 6. O Magalhães desempatou, tornando claro o seu crescente enfundamento servil a interesses fascistas”.

A terminar “a DORP do PCP apela a todos os trabalhadores, a todos os democratas e a todos os antifascistas no sentido de manifestarem o seu vivo protesto contra este procedimento antidemocrático do presidente e vereadores da “AD” na Câmara, que, cedendo a Casa do Infante para sessão de Franco Nogueira, querem pôr ao serviço de destacados fascistas o património da cidade”.

### II Assembleia Concelhia da Amadora

Iniciaram-se em meados de Setembro passado os trabalhos preparatórios da II Assembleia de Organização Concelhia dos comunistas da Amadora, o jovem município de Abril onde as forças democráticas e em

particular o PCP estão intimamente enraizadas na acção, na vida e nos sentimentos do Povo.

A II Assembleia reflectirá — e esta é sem dúvida uma preocupação central das camaradas — as experiências e as lutas dum concelho em que os trabalhadores desenvolvem grandes lutas e em que é bastante forte o movimento popular, com as suas diversificadas expressões e campos de actuação: associações e comissões de moradores, colectividade, movimento de mulheres, reformados, pequenos e médios comerciantes e industriais, e também da juventude que desempenha um papel de primeiro plano na vida do concelho.

Recorde-se que nas últimas eleições a APU ganhou nas 5 das 8 freguesias que constituem o laborioso concelho da Amadora.

Toda a organização do Partido está, entretanto, empenhada na discussão do projecto de Relatório elaborado pela Comissão Concelhia.

A II Assembleia decorrerá no Pavilhão da Académica da Amadora, entre as 9 e as 20 e 30. Às 21 e 30 haverá no local um grande comício de encerramento.

Participarão nos trabalhos mais de 600 delegados e à volta de 1500 convidados. A organização convidará também outras forças políticas e organizações unitárias.

A I Assembleia realizou-se em Novembro de 1977, quando a Amadora ainda era freguesia.

### O 60.º aniversário do PCP em Osnabruk (RFA)

Os emigrantes comunistas portugueses que vivem na zona de Osnabruk, na República Federal Alemã, comemoraram com duas iniciativas a passagem do 60.º Aniversário do PCP. A primeira foi um almoço de confraternização que juntou cerca de 40 pessoas, militantes e amigos do Partido, e decorreu num ambiente de entusiasmo, alegria e amizade.

Outra iniciativa foi uma exposição sobre a vida do Partido, desde a resistência à ditadura fascista até à realização da última Festa do “Avante!”. O certame foi instalado numa sede do Partido irmão (DKP) e incluiu vários materiais informativos.

Paralelamente à exposição, os camaradas de Osnabruk promoveram outras iniciativas, tais como uma sessão de esclarecimento sobre a situação política em Portugal a projecção de filmes e de diaporamas e a instalação de um bar no local.

Na sessão de esclarecimento foi aprovada uma saudação ao Partido e ao Povo de Loures e a propósito da vitória recentemente alcançada pela APU nas eleições intercalares para a Câmara.

### Intensa actividade na Figueira da Foz

No passado dia 24, realizou-se o 2.º Encontro de Quadros de Células de empresas da Figueira da Foz. A reunião teve âmbito concelhio e mobilizou a presença de trabalhadores comunistas dos sectores químico, têxtil, indústria naval, Função Pública e Serviços.

A propósito da inauguração oficial das novas instalações do projecto C 81 da empresa “Celbi”, na Figueira da Foz, e perante o carácter discriminatório utilizado pela administração nos convites feitos aos trabalhadores para assistirem à cerimónia, a célula do PCP na “Celbi” divulgou no passado dia 28 entre os trabalhadores um comunicado que teve a mais ampla aceitação e no qual se salienta que, embora os administradores possam convidar quem muito bem entendam para o que quiserem, já não lhes pode ser permitido catalogar os trabalhadores em trabalhadores de 1.ª e de 2.ª.

Os camaradas da freguesia de S. Julião efectuaram no passado dia 31 no CT da Figueira da Foz um animado jantar e magusto em que participaram mais de 50 pessoas. No encontro foi divulgada a realização para breve da 4.ª Assembleia de Organização da Freguesia. O camarada Vasco Paiva, do CC, abordou a actual situação política nacional e internacional.

No mesmo dia, decorreu um Encontro de Quadros do PCP ligados ao trabalho autárquico no Baixo Mondego, particularmente nos concelhos da Figueira da Foz, Soure, Condeixa e Montemor. Os presentes salientaram a necessidade do relançamento de todo o trabalho autárquico na região.

### O acidente de Cascais

No passado dia 27 de Outubro, o Secretariado da Comissão Concelhia de Cascais do PCP divulgava a seguinte nota:

“O Secretariado da Comissão Concelhia de Cascais do PCP lamenta profundamente o acidente que vitimou, esta manhã, duas crianças junto à estação da RN na Rotunda de Cascais.

Consideramos que só fruto do acaso não se deram anteriormente acidentes de tão grande gravidade, dadas as condições extremamente perigosas de circulação e o volume de trânsito naquela zona, agravadas pelos acessos de automóveis à estação da CP, e pelas camionetas da RN, que aí têm as suas paragens.

Este problema, pela sua gravidade, foi objecto de discussão na Câmara Municipal de Cascais há muitos meses, dando origem a uma resolução daquele órgão, de transferir as paragens de camionetas para a Alameda Duquesa de Palmela, junto à linha férrea, aliviando o tráfego

## Uma necessidade e uma exigência

No capítulo dedicado ao reforço do Partido e à sua ligação ao Povo alentejano, o documento aprovado na reunião conjunta das Comissões Distritais do PCP de Beja, Évora e Portalegre com a DORA refere a dado passo:

“O reforço do PCP na região é não só uma necessidade histórica, mas também uma exigência do Povo trabalhador do Alentejo.

“O Balanço já realizado da Campanha Organizativa decidida pelo Comité Central do Partido para o ano de 80.º Aniversário do PCP, permite concluir que foram dados passos significativos para a melhoria da estruturação do Partido, foram contactados milhares de camaradas que por uma razão ou outra, se encontravam desligados das suas organizações, surgiram novos organismos concelhios, de freguesia, locais, de empresa, etc.

“O recrutamento de novos membros para o Partido realizado durante o ano mostra que continua a alargar-se a sua composição social e a melhorar a sua composição etária, sendo de realçar o significativo número de mulheres e de jovens entrados para o Partido (36,5 e 39%, respectivamente, dos novos membros). No entanto, importa melhorar o recrutamento entre sectores em que o número de membros do Partido não corresponde à sua real influência, como é o caso

dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.”

Mais adiante, os camaradas alentejanos salientam:

“A melhoria verificada nas receitas do Partido na região, a partir duma mais eficiente recolha das quotizações dos militantes, mostra que esta é uma importante direcção de trabalho a seguir. O reforço financeiro do Partido é condição essencial para a melhoria e reforço do trabalho de todo o Partido.

“A reunião apontou a necessidade de reforçar cada vez mais a organização e a estruturação do Partido na região, aprofundando a todos os níveis a sua já forte ligação à classe operária, aos trabalhadores, a todo o povo alentejano.

“O apoio crescente que o PCP tem recebido no Alentejo, o alargamento constante das suas responsabilidades na condução da vida política, económica e social da região, exige de todos os comunistas alentejanos uma actividade redobrada, uma resposta cada vez mais eficiente ao conjunto de problemas que se lhe colocam.

“O PCP reafirma que não poupará esforços, lado a lado com os trabalhadores e o Povo da região, na luta em defesa da Reforma Agrária, do Poder Local democrático, das liberdades e das restantes conquistas do 25 de Abril, contra a política destruidora da “AD” e do seu governo.”

de camionetas da zona da Estação, e a construção duma estação de camionagem em Cascais.

“A primeira medida podia ter sido de imediato executada; a outra nem está ainda adjudicada.

“Porque razão não foram aplicadas as resoluções da Câmara? De quem é a responsabilidade deste acidente, que há muito podia ter sido evitado?”

“São inúmeros os protestos da população que “foge” de camionetas em manobras, e dos motoristas da RN que em precárias condições se executam.

“Cabe à Câmara Municipal de Cascais de maioria “AD” dar resposta à preocupação justa de quantos utilizam diariamente os acessos à estação da CP de Cascais. Se não for resolvido este problema, novos acidentes poderão ocorrer a todo o momento!”

### Romagem

Camaradas e amigos de Rui Fernando Couto dos Santos, falecido no dia 4 de Julho deste ano, efectuaram uma romagem ao cemitério de S. Domingos de Rana onde depositaram flores.

O saudoso camarada era mestre de oficina de serralharia civil do Arsenal do Alfeite, onde gozava de grande prestígio e admiração.

### Próximas iniciativas

Amanhã, às 18 e 30, sessão para os trabalhadores da Função Pública, com o camarada Álvaro Cunha, nas instalações do Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa; à mesma hora, no refeitório da “Tepalima”, Assembleia de Organização da célula dos trabalhadores comunistas daquela empresa, com a participação dos camaradas do Comité Central Górgio Duarte e Georgete Ferreira; no Centro de Trabalho de Santa Iria de Azoia, a partir das 21 e 30, sessão-debate para militantes e simpatizantes do Partido; reuniões da célula dos Bairros Cruzes Salgados, para debate preparatório da II Assembleia Concelhia da Amadora; as Comissões de Freguesia de Oeiras e Paço d’Arcos promovem um plenário de militantes, simpatizantes e amigos do Partido no CT de S. Amaro de Oeiras, com a participação do camarada Euclides Pereira, do Comité Central.

Sábado, dia 7, às 15 horas, filme e intervenção sobre o 7 de Novembro no Organismo dos Seguros (Lisboa), com Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central; reuniões das células da Soreme, Bairro da Mina e freguesia da Rebeloira para a preparação da II Assembleia da Organização Concelhia da Amadora; a Comissão de Freguesia de Cascais promove um convívio comemorativo do 64.º Aniversário da Revolução de Outubro, com um conjunto de iniciativas a realizar a partir das 16 horas no CT da localidade (filme e exposição fotográfica sobre a vida de Lenine; magusto à noite, etc.); a Comissão Local de Lançada realiza, com o mesmo objectivo, uma jornada de convívio que incluirá uma manhã futebolística (jogo entre camaradas do Montijo e de Sarihios Grandes), almoço comemorativo e intervenção política pela camarada Odete Santos; plenários sobre o trabalho de fundos em Almada e Sesimbra; no Salão de Festas do Vale do Fundão, em Marvila, realiza-se uma reunião plenária de quadros do Partido na 7.ª Zona do Comité Local de Lisboa, com início às 15 e encerramento às 19 horas.

O objectivo desta reunião é fazer um rápido balanço do trabalho organizativo e político das organizações das freguesias e empresas desta zona (Beato, Marvila e Olivais).

Para uma intervenção final sobre a situação política actual, estará presente o camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido; na Sociedade Filarmónica União Pinheirense, às 9 e 30, realiza-se um plenário de quadros do PCP do concelho de Loures, havendo à tarde um convívio aberto à população.

Domingo, dia 8, Encontro de Quadros dos oito concelhos do Norte do distrito de Lisboa. A iniciativa decorrerá na Casa do Povo de Mafra e integra-se na campanha organizativa do 60.º Aniversário. Está prevista a participação de mais de duas centenas de camaradas, membros de Comissões Concelhias, Comissões de Freguesia, secretários de células de empresa, comités locais, comissões específicas das autarquias, trabalho camponês, trabalho sindical, fundos, informação e propaganda. A JCP participará também no encontro. Na sua preparação, já se realizaram duas reuniões entre o Organismo dos Concelhos do Norte da ORL e camaradas de organismos de direcção dos concelhos (em 17 de Julho e 4 de Outubro). Esta actividade preparatória já proporcionou resultados positivos para o reforço da organização do Partido naqueles concelhos, sendo de destacar, a propósito, a formação de novos organismos, a reanimação de outros, a realização de assembleias de organização, etc.

Dia 10, sessão de cinema às 20 e 30, em Carregueiros, no Centro Cultural e Recreativo, com entrada livre (exibição do filme “A Batalha de Berlim”) — iniciativa da JCP; às 19 e 30, no CT de Alfama, debate sobre a situação internacional para camaradas do sector público da zona de Lisboa; reunião dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal da Amadora, no âmbito da preparação da II Assembleia Concelhia da Amadora.

Dia 11, jornada comemorativa da Revolução Socialista de Outubro, no CT de Santa Iria de Azoia, a partir das 21 e 30, com intervenção, filme, exposição, convívio-festa, castanhas assadas, água-pé e não só...